Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Quatro de Dezembro de Dois Mil e Vinte e Quatro

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, neste momento encontram-se presentes na sala setenta e quatro senhores Deputados Municipais, pelo que temos quórum e daria início aos trabalhos. Em primeiro lugar, cumprimentar os senhores Deputados, os senhores Presidentes de Junta, o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e os senhores Vereadores, a comunicação social, quem nos assiste e os funcionários da Autarquia. Dar conhecimento das substituições para esta sessão. Do grupo municipal Pela Guarda: falta, António José Carvalho Mendes, substituído por Telmo Filipe de Carvalho Vaz; falta, Luísa Margarida Gonçalves dos Santos, substituída por Paula Cristina Barbas dos Santos Palos, falta Lídia Lucas Teles Matos Aleixo, substituída por Rita Alexandra Caramelo dos Reis. Do grupo municipal do PSD: falta, Dulcineia Catarina Moura, substituída por Sara Cristina Paulo Ramos; falta José Carlos de Almeida Alexandre, substituído por Rodrigo Pires Besteiro; falta Rodolfo Alberto Baldeia de Queirós, substituído por António José Venâncio Gonçalves; falta Alina Rosa Coelho Louro, substituída por António Pereira de Andrade Pissarra; falta Guilherme de Azevedo Guimas, substituído por José Alexandre Pires. Do grupo municipal do Partido Socialista: falta Ana Mendes Godinho, substituída por Liliana Alexandra Palos Almeida; falta, Paulisa Dóris dos Santos Marques D`Assunção, substituída por Gonçalo Daniel Saraiva Marques; falta Rui Pedro Torres Ribeiro, substituído por Nélia Paula dos Santos Faria, falta Maria Manuela Cardoso Almeida Fernandes, substituída por Messias Matias Coelho. Do grupo municipal do Bloco de Esquerda: falta, Bárbara Inês Gonçalves de Almeida Xavier, substituída por Beatriz Realinho Pires. Relativamente às Juntas de

Freguesia: falta o Presidente da Junta de Freguesia de Panoias, Luís Carlos Pinto Fernandes, substituído pelo Tesoureiro, Álvaro Pires Marques. Falta a Presidente da Junta de Freguesia de Meios, Maria Teresa Teles Cabral, substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina. Falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, substituído pela Vogal, Maria Isabel Soares Pereira Monteiro. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passando à ordem de trabalhos, nos termos regimentais, tem lugar a intervenção do público, se houver interessados. Neste momento, temos cinco pessoas do público para poder intervir. Nos termos regimentais, cada um dos senhores tem direito a cinco minutos e o Regimento diz que se destina à apresentação de assuntos de interesses municipal, bem como à formulação de pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa. São estes dois temas sobre os quais o público se poderá pronunciar. Pela ordem de entrada, dava a palavra ao senhor José Carlos de Oliveira Mota. Faça favor.” -----

- **José Carlos de Oliveira Mota:** “Muito bom dia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, estimados Senhores, estimadas Senhoras. Peço desculpa pelo reбуçado, mas, sem ele, também não me vão ouvir. O meu nome é José Carlos de Oliveira Mota, resido na estrada que vai para o Cerdeiral, a três minutos do Intermarché e das Piscinas Municipais, ou seja, mais rápido do que do centro da cidade a estas valências. O assunto que aqui me traz é a Linha de Muito Alta Tensão Fundão-Vilarouco. Antes de iniciar o tema, gostaria de ressaltar o empenho de quem foi eleito e que tem cumprido sem descanso a função de servidor para com a sua população: o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Panóias de Cima, senhor Luís Fernandes, que não está cá hoje, encontrando-se a lutar por esta causa. Para aqueles que ainda não tomaram o seu cafezinho, permitam-me começar pelo fim e assim despertá-los. Entregou-se, ontem, queixa no Ministério Público, contra a Câmara Municipal da Guarda e outros, sobre assunto que aqui nos traz. Ressalvo, na entrevista da SIC, leis e regulamentos estão salvaguardados. Acresço que foi por nós solicitada ao senhor digníssimo Procurador reunião sobre o tema “ação popular consagrada no número 3 do artigo 52º da Constituição”. Não há limites para defender os filhos. Poucos limites haverá para que um vizinho que veja um pai defender os seus filhos não o ajude. Foco-

me na presente questão. Neste negócio das linhas de muito alta tensão, há quatro intervenientes: a REN, os produtores de energia fotovoltaica, as autarquias e o último é o desgraçado do contribuinte. Sito o Jornal de Negócios de 4 de abril de 2024: “os consumidores de eletricidade deverão compensar os municípios num valor de 12 milhões de euros pelo atravessamento dos respetivos territórios com as infraestruturas das redes elétricas.” Indo diretamente ao assunto que aqui nos traz, porque só temos cinco minutos. Primeiro pedido ao primeiro responsável da nossa autarquia: a Junta de Freguesia de Panoias de Cima tem a obrigação de ajudar a defender a sua população pelo abominável erro técnico, no parecer da Comissão de Planeamento Urbanístico, efetuado pelo Arquiteto Isidro Almeida, emitido à consideração superior. A Câmara, não prestando socorro financeiro sobre o processo de providência cautelar, será arrestada pelo mesmo. Termine-se com o pedido nas igrejas, de porta a porta, sairá mais tarde ou mais cedo à luz. Segundo pedido ao primeiro responsável da autarquia: o relatório do planeamento urbanístico da Câmara Municipal da Guarda, elaborada em 27 de fevereiro de 2024, parte processual do processo de licenciamento atrás mencionado, é incompleto, demonstra desleixo, displicência, sem rigor, incompetência na elaboração, pois nada assinala entre os postes 127 e 128. Negligência numa rua com catorze casas. O erro existe e, quem já o encobriu, sofrerá as suas consequências. No relatório faltam casas, estudos de som, estudos de monitorização dos campos eletromagnéticos, quando os ortofotomapas se encontram na página mil e sete. Preferiu o gabinete de planeamento efetuar resposta sobre cartas militares que sabia que não estavam lá as casas, conforme carta de 3 de novembro que enderecei ao primeiro responsável desta Autarquia, questionei quem é o responsável desta situação e se foi aberto inquérito interno. A Autarquia não precisa de o abrir, já foi solicitado. O relatório de conclusão será requerido pelo órgão competente para inclusão de instrução do processo. As medidas de monitorização estão como o *“copo meio cheio, meio vazio”*. As casas que lá estão não são apartamentos, as casas encontram-se centradas e recuadas no terreno. Os portões de saída (pois ninguém sai pelos telhados), as áreas de trabalho e de lazer estão sob o efeito dos campos eletromagnéticos. Será o confinamento. No meio das ruas, encontra-se um campo de concentração de quarenta e cinco, perdão, uma faixa de contenção de vinte e dois metros e meio para cada lado, a qual se destina à manutenção das distâncias de segurança. Contado e explicado claramente em tribunal,

nem no terceiro mundo isto acontece. Ninguém poderá afirmar que não haverá um acidente. E se o tentam mudar para o lado esquerdo, afeta as residências de baixo. Como disse o senhor Vereador Rui Melo, em termos de enquadramento, o ruído é um problema, porque, em dias de muita humidade (em sede de conclusão), seria impraticável ali viver, pois não há mais som do que o cabo elétrico, o vento e o ladrar do cão, assim como o efeito corona. O primeiro responsável da cidade não pode ser conivente com esta situação, pois é o nome da Guarda que está em jogo. Por motivos de prazo, e eu refiro outra vez, por motivos de prazo, deve, até sexta-feira, informar imediatamente a APA e a Direção Geral de Energia e Geologia, da alteração da posição da Câmara, tendo em conta o que não foi feito nesse relatório e o que é que lá está efetivamente, dando reporte às...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Mota, eu peço-lhe, com a máxima urgência...” -----

- **José Carlos de Oliveira Mota:** “Eu termino. Dando reporte às Juntas de Freguesia da alteração desta situação, que não é mais do que uma legalidade. Isto terá custos para o país. À primeira hora, do primeiro dia, da próxima semana, entram, no Ministério Público, novas queixas individualizadas, responsabilizando as pessoas desta Autarquia pelos erros cometidos nesse relatório. Não se informaram os jornais, nem as associações ambientais, nem os deputados. Foram todos os responsáveis diplomáticos acreditados em Portugal a serem informados da faixa de contenção de servidão de quarenta e cinco metros em frente às residências e nas laterais, com o qual a Câmara concordou. Na Europa, os cabos são enterrados...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Mota, ou termina ou vou ter que lhe retirar a palavra. Já ultrapassou em quarenta e cinco segundos.” -----

- **José Carlos de Oliveira Mota:** “Na Europa, os cabos estão enterrados. Na Guarda vive-se no período Neandertal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **José Carlos de Oliveira Mota:** “Não concluí, mas está transmitida a mensagem. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Dou, de seguida, a palavra ao senhor Dr. Aires Antunes Diniz. Faça favor.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Muito bom dia a todos. Eu venho falar sobre aquilo que me preocupa e preocupa muitos de nós: porque se esvazia a nossa região. Sentimos a imensa e dolorosa solidão das ruas desta nossa cidade, e saindo delas ainda mais as das nossas aldeias, e nelas as dos nossos campos que exibem, como espetáculo trágico neste fim de Outono, frutos abandonados, já que ninguém os colhe por não haver gente que o faça. Nota-se tristeza na paisagem e as ruas têm homens e mulheres tristes e todos desanimados por não terem esperança em melhores dias. Tenho pena não ter lido ainda *España Fea* de Andrés Rubio, *Casa del Libro*, que diz ser um estudo brilhante das barbaridades cometidas sobre o património espanhol desde o fim da ditadura de Franco até à atualidade, passando pela Espanha faseada e o desastre urbanístico de Madrid, revelando a estratégia urdida por políticos e promotores ignorantes e corruptos com o silêncio cúmplice dos homens e de mulheres da arquitetura, com a indiferença e o desconhecimento do mundo intelectual e dos meios de comunicação. Infelizmente, ainda ninguém escreveu sobre a Coimbra feia (porque eu vivo por lá também), que agora acontece como caos urbano por força da má engenharia, nem sobre o interior esvaziado em que vivemos, onde as casas mostram, na sua feiura, o vazio deixado pelos donos ausentes ou carentes de recursos para reconstruir. Nem sequer escreveram sobre este nosso interior feio. Ninguém ainda sentiu a necessidade de denunciar os nossos problemas, mostrando como a feiura bem patente das nossas casas, nesta nossa cidade e nas nossas aldeias, têm uma causa comum: a nossa desleixada e desumana governação que despreza o nosso direito a uma vida digna, mesmo que frugal. Prometem, por exemplo, fazer requalificações das linhas ferroviárias e essas demoram eternidades, tal como aconteceu na Linha da Beira Baixa e acontece agora com a Linha da Beira Alta. Esperamos que não aconteça o que está a acontecer com a Linha da Lousã, que se transformou num singelo autocarro que só percorrerá Coimbra e arredores. Não queremos, de todo, falsos progressos. Queremos melhorias reais e transportes ferroviários com horários de acordo com as nossas necessidades, algo que agora não acontece. Entretanto, fica prejudicada a nossa mobilidade, e, com esta falha, ficamos sem a possibilidade de termos melhor qualidade de vida, por não termos acesso a bens

que a modernidade técnica e científica permite mesmo. E assim temos vivido desde há muito tempo. E porquê? Pergunto. Tentemos, apesar disso, dizer algo sobre esta nossa realidade nacional, onde faltam cuidados de saúde nos territórios de baixa densidade assim esvaziado, mas feita sem quaisquer ganhos nos grandes centros populacionais, onde mesmo estes cuidados de saúde faltam também e de modo muito dramático. Concluimos assim que há que dotar o país de bons cuidados de saúde, nunca excluindo o Interior. Se inquirirmos as causas dos incêndios, ninguém consegue explicar de modo cabal. Só nos dizem que vão fazer estudos muito científicos, com técnicos florestais e engenheiros muito competentes e depois nada acontece que resolva este nosso problema. Acontece que nem sequer perguntamos por que tanto falham os engenheiros nas suas programações, mesmo quando o dinheiro não falta. Nem sequer perguntamos por que nada dizem os nossos governantes perante tanto atraso, nem sequer nos perguntamos por que nada dissemos até agora. Nem sequer dizemos que vamos estar mais atentos e mais reivindicativos. Apenas resistimos dando vida às nossas aldeias, gastando o pouco que temos de salário e reformas nas coisas de que necessitamos para uma vida frugal, mas só resistimos escassamente à desertificação humana da nossa terra. Temos mesmo de inverter esta marcha infernal, há que fazer tudo para que o interior não seja só um destino de reformados idosos que ficam isolados em aldeias despernadas do nosso Interior agredido por uma governação sempre muito desatenta. Há que tornar o Interior no destino possível de todos os que queiram viver aqui, e bem, claro. Até já.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Dava agora a palavra ao senhor Ismael Escudeiro. Faça favor.” -----

- **Ismael Escudeiro Duarte:** “Bom dia. Como só tenho cinco minutos, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento-os a todos. Caras Senhoras e caros Senhores, falo-vos em nome do MASMI, o Movimento de Apoio à Saúde Materno Infantil do distrito da Guarda, da qual sou o seu porta-voz. No passado dia 1 de dezembro, este Movimento fez seis anos desde a sua apresentação pública. Para quem não sabe ou para quem não se lembra, recordamos o que fizemos nestes seis anos: nomeámos trinta e seis embaixadoras e embaixadores em todo o distrito da Guarda; reunimos nove vezes com a administração da ULS, seis vezes com os chefes de serviço

também da ULS; com todos os presidentes do distrito da Guarda, com todas as forças políticas do distrito, reunimos sete vezes com os deputados eleitos pelo distrito da Guarda; com instituições e associações; duas vezes com a CIM Beiras e Serra da Estrela; reunimos quatro vezes com o Ministério da Saúde. De salientar a atitude empenhada da Ministra Marta Temido, que nas reuniões sempre estiveram presentes os vários organismos decisores neste processo, a Ministra e a equipa, a ACSS, CCDR Centro e a administração da ULS da Guarda. Ainda não reunimos com a Ministra da Coesão Territorial. Até agora, fizemos oitenta e seis reuniões. Em outubro de 2019, fomos acarinhados pela Banda da Armada quando se deslocou à Guarda para um concerto solidário. Estivemos presentes na Feira das Tradições de Pinhel, em 2019, que muito agradecemos o total apoio do Município de Pinhel, que nos ofereceu o espaço e o stand. De registar o enorme empenho, desde a primeira reunião, do senhor Presidente do Município, Rui Ventura. Também estivemos na Feira das Amendoeiras em Flor, também no mesmo ano, com o apoio do Município de Figueira Castelo Rodrigo e com apoio do então Presidente, Paulo Longroiva. A 12 de julho de 2019, entregámos, na Assembleia da República, uma petição em papel. Não foi online, foi em papel. Foi preciso pedir o contribuinte e o nome de cada uma dessas pessoas. Foram dezoito mil, seiscentas e sessenta e uma assinaturas. Uns meses antes, quando reunimos aqui na concelhia do PSD, o saudoso Tiago Gonçalves disse que nos tirava o chapéu se conseguíssemos mais de dez mil. Pois, foi quase o dobro. Ainda teve oportunidade de cumprir a palavra dele. A 19 de fevereiro de 2020, fomos ouvidos na Comissão Parlamentar de Saúde na Assembleia da República. A 30 de setembro de 2020, a petição foi apreciada e discutida, em plenário, na Assembleia da República. Entretanto, a reboque do MASMI, no dia anterior, foram apresentadas e aprovadas duas moções sobre este tema, aqui, nesta Assembleia Municipal. Não temos nada contra. Até foi bom mais umas vozes falarem sobre o assunto. Só lamentamos o facto de não terem feito uma referência a este Movimento que estava, precisamente, no dia seguinte, na Assembleia da República, a ser a discutida e apreciada essa petição. Fizemos cerca de seis mil e duzentos quilómetros para divulgar esta causa que é de todos, para que não se esqueça que há pessoas e que houve pessoas a lutar abnegadamente e sem política por esta causa. No início, ainda houve quem nos criticou por não termos sido mais ambiciosos. Ainda bem que lutámos pelo Pavilhão 5. Se tivéssemos lutado pela segunda fase, ainda hoje não

tínhamos o projeto aprovado. Por fim, não queremos deixar de agradecer o apoio da Freguesia da Guarda, na pessoa do senhor Presidente João Prata, que sempre nos apoiou com o transporte. E não foi pouco. Seis vezes a Lisboa e uma vez ao Porto. Também queremos agradecer o empenho e dedicação de quem nos abriu portas, com os seus conhecimentos, no governo e nos ministérios. Falamos do Deputado Santinho Pacheco, do PS, e da Ministra Ana Mendes Godinho, que sempre estiveram à distância de um telefonema e acompanharam de perto todo este processo. O lobby que exerceram foi determinante. Agradecemos o carinho e o empenho da Deputada Ângela Guerra, do PSD, que, embora sendo de um partido que não estava no poder, sempre nos acarinhou, sempre esteve presente e todas as vezes que fomos à Assembleia da República nos recebeu sempre da melhor forma. Agradecemos também ao Doutor António Mendes, responsável deste departamento, que, desde a primeira hora, nos deu total apoio técnico e foi nosso conselheiro. Caras Senhoras e caros Senhores, as obras de requalificação do Pavilhão 5 estão praticamente prontas há mais de seis meses. Porque é que ainda não estão a ser utilizadas estas novas instalações? Uma coisa é certa, o Estado Português gastou cerca de 9 milhões de euros naquelas obras e agora estão prontas a utilizar e estão paradas? Não entendemos! Pelo que ouvimos dos profissionais, quando estiver a funcionar este Departamento de Saúde da Criança e da Mulher, vai ter as melhores instalações da zona centro. Esta é uma enorme mais-valia para o futuro sustentável deste serviço. Este imobilismo talvez interesse aos nossos vizinhos a sul, mas para a Guarda e para a ULS pode ser fatal. Há anos que todos ansiamos esta requalificação e agora está parada na reta final? Não é aceitável, não é admissível. Esperamos que rapidamente comecem a ser usadas essas instalações renovadas para bem do futuro deste Departamento de Saúde da Criança e da Mulher da ULS da Guarda. Apelamos a todos os presentes e aos decisores que não percam o foco. Este serviço tem que estar urgentemente nas novas instalações. Isto é estratégico para a ULS da Guarda. Bem-haja a todos os que se uniram por esta causa. Desejamos a todos Boas Festas e um excelente 2025. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Dava, agora, de seguida, a palavra ao senhor João António Dias Quintela. Faça favor.” -----

- **João António Dias Quintela:** “Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, senhores Deputados Municipais. Aconselharam-me a não vir aqui. Disseram-me: vais lá em vão, não te ouvem e tudo rapidamente vai desaparecer. Eu acho que tudo vale a pena e eu estou aqui para dizer o seguinte. Vou dirigir-me diretamente ao senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda. Eu vou-lhe falar de transportes urbanos, senhor Presidente. Eu sou bicitadino, vivo em Lisboa e vivo na Guarda. Por uma questão de preservar o ambiente, utilizo mais os transportes públicos do que propriamente o meu carro pessoal. Devo-lhe dizer, senhor Presidente, que, em Lisboa, um passe social na Carris para pessoas com mais de sessenta e cinco anos, que não vivam mesmo na cidade de Lisboa, custa 20 euros. Pode-se utilizar o comboio, barco, o metropolitano, o autocarro à superfície, etc., etc. Eu, aqui na Guarda, que resido na Estação, para me deslocar da Estação até ao Jardim José de Lemos, com a minha idade, para mais de sessenta e cinco anos, eu pago 9,80 euros. Agradecia que o senhor Presidente tivessem em atenção este preço. Dizia também ao senhor Presidente que, utilizando o STUG da Guarda, permita-me que lhe conte uma história muito rápida. Quem gosta de cinema, de certeza que se lembra de um filme: *Serenata à Chuva*. Eu, que utilizo o STUG há um ano, vindo calma e tranquilamente sentado no STUG da Estação para a Guarda, começo a reparar para o meu kispo e começo a ver que eu começo a ficar encharcado com água. Eu pergunto: mas será que sou eu que não me limpei bem do banho? Ou, pelo contrário, o que acontece? Olho para cima, senhor Presidente, para a claraboia e então eram gotículas de chuva que entravam e caíam em cima do meu kispo. Terminei a viagem, saí no Jardim José de Lemos e dirigi-me ao motorista contando-lhe o episódio. Disse-me o senhor em causa: esteja descansado, quando deixar de chover pomos vedante e o assunto fica resolvido. Bom, fiquei descansado e disse: será desta que na próxima já não apanho chuva. Um ano depois, senhor Presidente, apanho o mesmo STUG, não sei se será o mesmo autocarro, mas deparo-me com quatro papéis que diziam assim: não sentar, assentos molhados. Senhor Presidente, será que não foi feito o vedante de há um ano, para termos novamente assentos impedidos do utente se sentar porque chove lá dentro? Senhor Presidente, queria-lhe dizer também, com muita sinceridade e muita honestidade intelectual, que o ônibus que diz *Encosta Tour*, e que eu utilizo também nas minhas deslocações, parece uma machibombo das picadas de África, senhor Presidente.

À frente, do lado direito, ao lado do motorista, é um barulho ensurdecedor. Eu tenho pena que os utentes não tenham feito queixa, mas eu estou aqui para lhe fazer queixa. É um barulho ensurdecedor. Também, senhor Presidente, como ex-utilizador do TST da outra banda de Lisboa, Transportes ao Sul do Tejo, eu verifico que há aqui um autocarro que possivelmente vai ser colocado à disposição dos utentes também. Eu lembro ao senhor Presidente que esses autocarros já vieram da Polónia ou da Holanda, já com uma rodagem de quilómetros enorme, senhor Presidente. Acha que os utentes da Guarda não merecem autocarros novos, decentes e confortáveis? Deixo ao seu critério, senhor Presidente. E, para terminar, queria-vos dizer o seguinte: vou-lhe comunicar que alguns comerciantes (e eu não sou porta-voz deles) disseram que, antigamente, aqui na minha cidade, havia um autocarro que deixava os passageiros perto da Praça Velha. Dizem eles que se houvesse um trajeto que facilitasse o sair de passageiros na Praça Velha, o comércio podia ser mais vitalizado e com mais compradores. Deixo à sua consideração. E, já agora, senhor Presidente, vou terminar com uma frase que todos conhecem. Senhor Presidente, porque será que dá tanta dor aos utentes do STUG, porque é que havemos de continuar a padecer assim? Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Quintela. Dava agora a palavra à Dra. Diana Santos. Faça favor.” -----

- **Diana Soraia Gonçalves dos Santos:** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e todos os que nos assistem à distância. Bom dia a todos. A Guarda está hoje a atravessar um período especialmente difícil. A somar-se à inércia e à falta de um plano estratégico por parte desta gestão autárquica, somos também vítimas de um total desprezo por parte do atual Governo da Aliança Democrática. A nível autárquico, não nos afirmamos nem temos voz, e, a nível nacional, atualmente, não contamos. Começou com a questão da abolição das portagens nas ex-SCUT, uma luta transversal a todos os guardenses e de benefícios incontestáveis para a nossa região. O PSD votou contra esta proposta, argumentando com a injustiça da medida. Quiseram dizer-nos, a nós, constantemente injustiçados pela excessiva litoralização, que não éramos merecedores desta abolição de pagamento, que deveríamos continuar a pagar portagens, que deveríamos aceitar o isolamento. Esta postura do PSD não me choca e é por isso que não sou do PSD. O que me choca

profundamente é assistir a qualquer eleito pelas gentes do Interior votar contra os interesses da população que os elegeu. Isso, para mim, comporta um total desrespeito pela nossa população e pelos princípios democráticos que devem nortear qualquer cidadão que assuma a causa pública. A política sem ética é realmente uma vergonha. E aproveito para saudar a verticalidade e a coragem dos sociais-democratas que publicamente reprovaram e se distanciaram desta conduta. Felizmente, todos nós, a partir de janeiro, vamos deixar de pagar portagens na A23 e A25, sendo que até a Deputada do PSD que votou contra esta proposta irá sentir o impacto positivo da medida. Depois, e mais recentemente, veio a questão da verba inscrita em Orçamento de Estado para o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, em que, de um plano de 155 milhões de euros, inscrevem apenas 1.5 milhões, para 2025, num claro sinal de desinvestimento no Interior. Vários Presidentes de Câmara desta região insurgiram-se contra esta decisão. E o nosso Presidente da Câmara, o que disse publicamente? Absolutamente nada. Isto leva-me a questionar: de que lado está, senhor Presidente? Porque não contesta? Porque não se pronuncia? Será para si mais importante estar do lado do PSD do que do lado da Guarda e dos guardenses? O argumento de outras fontes de financiamento convenceu-o até à anuência? Esperaríamos de si, que está envolvido neste Plano de Revitalização, reivindicação. E, aqui sim, o discurso de vitimização seria legítimo e adequado. Mas, pelo que parece, não podemos contar com a sua voz, enquanto o Governo for do PSD, e, sobretudo, enquanto não estiverem decididos os candidatos às próximas eleições. Agora, e se ainda houvesse dúvidas sobre a importância do Interior para o Governo do PSD, fomos surpreendidos pela notícia da dita fusão de duas entidades, entre as quais o CEIS, Centro para a Economia e Inovação Social, sem qualquer contacto prévio com os envolvidos, nem qualquer tentativa de esclarecimento sobre o trabalho até então realizado. Pior do que não fazer, é desfazer investimento e trabalho realizado na Guarda, ou em qualquer outro lugar, só por mera futilidade partidária. O CEIS afirmou-se a pulso no domínio da economia social e provou que é possível, a partir da Guarda, fazer um trabalho exemplar, inovador e reconhecido nacional e internacionalmente. Falamos de mais de cento e sessenta ações de formação, a maioria, aqui, em formato presencial, que formaram mais de três mil e quinhentas pessoas; quatrocentos protocolos assinados; perto de quatro mil contactos realizados; trezentas e oitenta e seis reuniões;

importantes parcerias, algumas das quais com Espanha, reafirmando o desígnio ibérico que Eduardo Lourenço tanto incitou a Guarda a perseguir; com 2.9 milhões de euros já aprovados através de candidaturas e prevendo muito em breve chegar aos 5 milhões de euros de financiamento, o CEIS é agora extinto, enquanto entidade, pelo atual Governo, para se transformar em algo que não se sabe bem o que é nem onde ficará. Mais uma vez, amputam a capitalidade à Guarda sem qualquer reconhecimento ou auscultação. Enquanto guardense, gostava de ver o senhor Presidente de Câmara defender o trabalho aqui realizado e a sua continuidade e importância na Guarda, mas, mais uma vez, o silêncio confirma a sua anuência para com este Governo do PSD e isto deve preocupar os guardenses. Pior do que termos um Governo contra nós, é termos um Presidente de Câmara e alguns Deputados que não nos defendem, ou por não conhecerem a terra que os elegeram ou por os interesses pessoais se sobreporem aos interesses coletivos. Assim, não há região, concelho ou cidade que resista e qualquer agente de mudança perde a vontade de continuar para o desenvolvimento de um lugar que não lhe garanta condições de evolução, nem saiba reconhecer valor e méritos. Tudo isto existe, tudo isto é triste e tudo isto merece a nossa reflexão e reação. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Encerramos o período reservado ao Público e, nos termos regimentais, colocava, agora, à discussão, a Ata da última Assembleia Municipal de 30 de setembro. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre a Ata? Não havendo inscrições, colocava a ata à votação.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e quatro.** -
- Aprovada, por maioria, com sessenta e oito votos a favor e seis abstenções. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Entramos no período de Antes da Ordem do Dia e, ao abrigo do disposto no número 6 do artigo 54º do Regimento, o Partido Socialista e o Grupo Pela Guarda fizeram a entrega à Mesa de dois requerimentos, no sentido de serem admitidas moções que a Mesa poderá aceitar após consulta e

autorização pelo plenário. A moção do Partido Socialista é: contra o desinvestimento no Interior. Tem este título. A moção apresentada pelo Grupo PG: Linha de Muito Alta Tensão Fundão-Vilarouco. Nos termos regimentais, a Mesa não tem competência para, de per si, admitir ou não admitir. O que fará é consultar o plenário. Se o plenário entender que devem ser admitidas, muito bem. Se entender que não devem ser admitidas, obviamente não são admitidas. Tem cópia das moções? Não se importa de distribuir pelos grupos, se fizer o favor? Pode, pode.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, bom dia. Bom dia a todos. Porque razão está a distribuir as moções, se ainda não foram aceites, pelo plenário, a apresentação delas? Primeiro ponto. Segundo ponto, eu próprio, com uma moção que apresentei dentro do prazo, e por razões técnicas imputáveis à informática da Autarquia, fui impedido de apresentar, aqui, uma moção, há três Assembleias atrás. Portanto, não percebo estas que são apresentadas, agora, em cima da hora. Não entendo porque é que há aqui duas leituras distintas. Mas o plenário será soberano e, portanto, eu aceito que apresente ao plenário. Mas não as moções. As moções apresenta-as depois do plenário decidir. Acho eu.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, respeito, obviamente, a sua opinião. Respeito a sua opinião. O que aconteceu com a moção do Partido Socialista é que entrou um minuto e doze segundos depois... Espere... eu ouvi-o também. Muito obrigado. E essa moção foi recusada pela Mesa. A moção foi recusada pela Mesa. Comunicámos à subscritora que a moção tinha entrado fora do prazo e foi recusada. O PS e o PG servem-se agora de uma possibilidade que o nosso Regimento lhes dá. É óbvio que à Mesa pareceu que para o plenário se poder pronunciar se aceita ou não aceita, terá minimamente que saber o que é que ali consta. Parece-me a mim que sim... Então, colocava à votação do plenário a autorização ou a recusa para discutirmos e votarmos a moção do Partido Socialista que é: Contra o Desinvestimento no Interior. Vou pôr à votação, por filas.” -----

- **Resultado da votação da admissão da Moção: Contra o Desinvestimento no Interior. -----**
- *Aprovada, por maioria*, com setenta e três votos a favor e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu penso que, nesta fase, ela foi admitida, poderá depois fazer uma declaração de voto. Relativamente ao requerimento do grupo PG: Linha de Muito Alta Tensão Fundão-Vilarouco.” -----

- **Resultado da votação da admissão da Moção: Linha de Muito Alta Tensão Fundão-Vilarouco.** -----

- *Aprovada, por maioria*, com setenta e três votos a favor e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Portanto, respeitaremos a ordem das moções entradas tempestivamente e, depois, no fim das moções, apresentaremos a do Partido Socialista e a do PG. Obviamente, dentro do tempo dos seis minutos que é concedido por acordo de cavalheiros. Portanto, esta moção acresce às moções. A primeira moção, que entrou... Ó senhor Deputado, faça favor. Não vale a pena criarmos conflitos por isso.” -----

- **Ricardo Neve de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O PSD votou a favor porque considera que tudo aquilo que contribua para a transparência e para o acréscimo democrático deve ser sempre validado. No entanto, eu gostaria que ficasse aqui registada uma coisa. Ainda bem que isto aconteceu, porque, a partir de hoje, esta atitude faz jurisprudência. Daqui para o futuro, quem entregar fora de horas ou depois de até ler as moções que estão, se quiser rebater com outra moção poderá fazê-lo. Abriu-se esta discricionariedade. E, portanto, hoje fez jurisprudência e os senhores aqui presentes que tenham consciência disto. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. No senhor Presidente, cumprimento todos. Com elegância, que seja um bom dia de trabalhos. Não houve discricionariedade. Foi invocado um artigo que só na última votação do orçamento foi invocado mais de uma dezena de vezes na Assembleia da República. Convém também estudar o regulamento. Nós invocámos o artigo e a alínea adequada para podermos meter uma moção que consideramos de relevante interesse para o concelho, para as populações e para o Interior todo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos, particularmente ao senhor Presidente da Mesa, onde cumprimento todos os presentes. Faço o pedido de esclarecimento, porque é o seguinte: houve aqui uma declaração de voto, por parte do senhor Deputado Doutor Valbom, e, segundo o que tem sido o entendimento da Mesa, quem apresenta moções, ou requerimentos, o que quer que seja, não pode depois fazer uma declaração de voto a dizer porque é que votou a favor de uma coisa que foi ele que apresentou. A minha palavra foi retirada na última Assembleia, porque é que esta declaração de voto foi permitida? Gostaria de saber.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado... Senhor Deputado, uma coisa é uma moção, uma coisa é um requerimento. Esta é uma... mas o Regimento diz que é uma situação excecional. Se o senhor Deputado apresentar a moção e vier cá fazer declaração de voto, não vem. Agora, este aqui é um requerimento que é uma coisa completamente diferente. É o entendimento da Mesa. Pronto. É o entendimento da Mesa e espero que a Mesa não se tenha enganado. Espero que a Mesa não se tenha enganado. Passávamos, então, agora, a ler as moções pela ordem de entrada, ficando aquelas duas para o fim. Dava a palavra ao senhor Deputado do CHEGA. Faça favor.” ---

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Cumprimentava todos, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Uma nota introdutória, antes de passar à leitura do documento. Espero que venha a ser um documento. Acho que toda a gente está familiarizada, pelo menos pelo título do relatório Draghi. Quem se aprofundou na leitura, dá-se conta que este relatório vem, no tempo, em atraso. Há mais de cinquenta anos começou este processo de destruição da economia no aspeto da industrialização: a desindustrialização do continente Europeu. Primeiro foram os japoneses que começaram a substituir os rádios, os pequenos eletrodomésticos por marcas orientais. Ainda hoje, na parte da manhã, ouvi notícias muito preocupantes relativamente ao que está a acontecer à indústria automóvel. A indústria automóvel tem sido o motor da economia Europeia. Estamos em vias de perder essa valência e condenados, na Europa, a transformar-nos em terceiro mundo. A economia é o motor e a razão da existência de um modo de vida de qualidade na União Europeia. Eu, antes de mais, acho que posso resumir, enfim, numa frase, Mario Draghi. Ele diz, basicamente, é mais ou menos isto: se não travarmos a desindustrialização da Europa, estamos tramados. E esta moção tem

um bocado a ver com isso. Costumamos celebrar, enfim, académicos, cientistas, desportistas, e eu, na pesquisa que fiz, dei nota que efetivamente nunca celebramos pessoas que são decisivas e muito importantes, neste caso, para o nosso território. Passo, então, a tentar ler, da melhor forma, o documento que vos proponho à aprovação. «Criação do cidadão 2.0» Poderia ser o cidadão 6G. Numa discussão acalorada ali com a minha colega de bancada, (acalorada por causa da temperatura ambiente, atenção!) chegámos à conclusão que, se calhar, o cidadão 6G poderia ser o nome mais adequado a esta moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já despendeu três minutos, portanto tem metade do tempo, faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “A sério? Tenho que começar a controlar e olhar ali para a direita para ver se é tudo verdade. Então é assim: Na passada quarta-feira do corrente, comemorámos os 825 anos da cidade da Guarda, com uma série de eventos onde também foram homenageados, para além do fundador Dom Sancho I, pessoas e instituições que contribuíram e que fizeram do concelho e da cidade da Guarda o que ela é hoje. Certo de que todos pretendemos o mesmo, que a nossa cidade e concelho seja muito mais um local de fixação de pessoas, um local onde se que crie riqueza e conseqüente bem-estar e qualidade de vida, venho submeter à vossa consideração a aprovação da criação da figura do Cidadão 2.0. que poderá, como eu disse, ser o Cidadão 6G. O Cidadão 2.0, será o individuo munícipe que seja ou tenha sido relevante na capacitação do nosso território como fator impulsionador do desenvolvimento económico do concelho e conseqüentemente do país. Tanto se diz e tanto se fala da necessidade do nosso país aumentar as exportações para equilibrar a nossa balança comercial com o exterior, que, como todos sabem, é deficitária. Julgo necessário, por isso, proceder em conformidade. Pois bem, o nosso concelho e cidade são preponderantes nesta batalha que temos que ganhar, se queremos ter, no futuro, melhores salários e pensões. É único e o primeiro, em matéria de exportações, pelo menos relativamente aos que nos são mais próximos. Isto foi o que eu estive a investigar, efetivamente é assim. É-me dado saber que, em 2023, o nosso território transacionou para o exterior bens e serviços no valor de cerca de 415 milhões de euros. Mais do que Coimbra, note-se, Viseu, Aveiro, Castelo Branco, Figueira da Foz (onde se

situa uma indústria fortemente exportadora na área do papel e pasta do papel) ou qualquer outra cidade conosco comparável. Ou seja, nós somos primeiros em matéria de exportação. Mas, se tivemos este papel e demos esse contributo, muito o devemos ao Cidadão 2.1, Eng. João Cardoso da COFICAB (ele é conhecido por esse nome, eu não o conheço pessoalmente, mas está associado à COFICAB) que teve um papel decisivo para que assim fosse. Ao contrário de outros que, no passado, não conseguiram fixar, por exemplo, a REICAB. Estamos perante um Cidadão que conseguiu, não só fixar a COFICAB, como ancorá-la com um Centro de Investigação Tecnológico onde trabalham dezenas de engenheiros, sendo centenas os que trabalham nas unidades fabris. E eu acrescento...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já terminou o seu tempo. Peço-lhe que termine.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “No meu entendimento é, sem dúvida, neste primeiro quarto de século, o Cidadão que mais contribuiu sobre o ponto de vista económico, para o sucesso do nosso território. Que seja, pois, o Eng. João Cardoso, o nosso primeiro Cidadão 2.0. Submeto à Assembleia Municipal a aprovação desta proposta, com o desejo de que brevemente celebremos o Cidadão 2.2. É tudo. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava a moção à discussão. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir sobre esta moção, faça favor. Deseja? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Bom dia. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimentar todos os presentes, assim como aqueles que nos acompanham através de casa. Bem, a nossa discordância com esta proposta em nada tem a ver com a pessoa em questão que consta na proposta. Tem apenas a ver com o facto de acharmos que é uma redundância, uma duplicação daquilo que já é feito, como foi feito, agora, recentemente, no Dia da Cidade, além de que achamos que os critérios são muito pouco claros.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Presumo que não há mais nenhuma inscrição. Colocava, então, a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Criação do Cidadão 2.0** -----

- Aprovada, por maioria, com cinquenta e três votos a favor, treze abstenções e dez votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, mais uma vez, isto é repetitivo, é recorrente. A Mesa pede que se ausentem o mínimo possível e que na altura das votações percebam que se estamos a votar não entrem na sala na altura das votações! Não custa nada. Senhor deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. O Partido Socialista votou contra esta moção, não tendo nada a ver com a pessoa que estava descrita na moção, mas sim com os critérios. É que não havia critérios nenhuns. E, portanto, a partir de agora teremos o cidadão 2.0 - 2026, 2027, 2028, segundo os critérios do CHEGA, que ninguém sabe quais são. Eu chamo à atenção para aquilo que os senhores Deputados acabaram de fazer. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto? Não, o senhor apresentou moção, não pode ter declaração de voto. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Bom dia, senhor Presidente. Bom dia a todos. Nós votámos a favor da moção porque achamos que o princípio da moção é um princípio digno e que não vem nenhum mal ao mundo termos um cidadão 2.0, 2.1, 2.2. Queria ressaltar aqui, no entanto, ao CHEGA, que o nome da pessoa não deveria vir nesta moção, mas sim o critério ou uma comissão que todos os anos elaborasse ou votasse uma pessoa para essa denominação de Cidadão 2.0. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. Senhor Presidente, em si, cumprimento todos os que nos ouvem aqui ou noutra local qualquer. Votámos a favor pelo princípio. Entendemos que como um voto de louvor ao cidadão João Cardoso, um voto de louvor que é mais do que merecido, mas não foi fundamentado. É intuitivo para todos nós quais são as razões e sabemos-las todas, mas é por isso que os sistemas de

condecorações têm regulamentos expressos e têm de ser todos fundamentados. E, no que respeita ao Município, deve continuar a pautar-se por aquilo que sempre fez, este Executivo e os outros todos, no que respeita a condecorações, por critérios estritos, fundamentados e transparentes. Mas o voto de louvor, e é assim que eu o entendo enquanto cidadão da Guarda e enquanto deputado transitoriamente, estou plenamente de acordo que seja feito um voto de louvor, de agradecimento, de reconhecimento, de tudo, porque tudo é pouco para o cidadão João Cardoso, caro amigo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor.” -----

- **Pedro Pinto, Deputado (PS):** “Ora, bom dia a todos. Eu também votei contra. Congratulo-me pela ideia, porque acho que a ideia é boa. Mas, como já foi aqui referido, são precisos critérios. E eu percebi agora destas intervenções que as próprias bancadas estão um pouco baralhadas. Dali falou-se que é um voto de louvor, aqui falou-se que o nome devia estar ocultado. E bem. Acho que me parece bem. E a questão que eu coloco é, quem é que será o próximo? Com critérios é que vamos definir o próximo e quem é que o vai definir? Por isso, também alerta para a votação que foi feita. Congratulo-o pela ideia, acho que é importante homenagear e dar nome às pessoas que fazem alguma coisa por esta cidade. Mas tem que haver aqui alguma consistência naquilo que fazemos, porque, senão, agora temos aqui um problema em mãos que é: quem é que será o próximo?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Ó senhor Deputado, o Regimento permite a declaração de voto. Não posso restringir a declaração de voto, a não ser a quem apresentou a moção. Se vierem vinte dizer o mesmo estão no seu direito e os direitos não podem ser coartados. Seguidamente entraram as recomendações do CDS. A primeira proposta para a fixação e valorização... Eu penso que não, senão, nós não saímos disto: esclarece, esclarece... Senhora Deputada, tem a palavra: proposta para a fixação, criação de estatuto municipal do dador e plano de emergência. Faça favor, tem a palavra.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos. Na sua pessoa, senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e a quem nos segue também por outras

vias. Começo com uma recomendação que é a criação do estatuto municipal do dador de sangue. A recomendação para a criação de um Estatuto do Dador de Sangue no concelho da Guarda tem como objetivo reconhecer e valorizar o importante papel dos cidadãos que, através deste gesto altruísta, contribuem para salvar vidas e apoiar o sistema de saúde. O Estatuto de Dador de Sangue poderá incluir benefícios que, dentro das possibilidades legais e orçamentais do município, representem um reconhecimento concreto, mas simbólico. Entre as medidas a considerar, sugerimos: Isenção ou redução de taxas municipais em serviços como estacionamento, acesso a equipamentos culturais ou desportivos geridos pela autarquia. Parcerias com instituições locais e outros organismos para proporcionar vantagens adicionais aos dadores, como descontos em eventos culturais ou em serviços de entidades privadas que se associem à causa. Além disso, é crucial que esta iniciativa seja acompanhada por uma campanha de sensibilização contínua, de modo a informar a população sobre a importância da doação de sangue e captar novos dadores. Reconhece-se que o sucesso desta recomendação depende de uma estreita colaboração entre o município, as instituições de saúde locais e as associações de dadores de sangue. O Estatuto do Dador de Sangue será um marco importante para o concelho da Guarda, não só como forma de reconhecimento e incentivo, mas também como uma demonstração de compromisso com o bem-estar coletivo e a solidariedade. -----

A segunda recomendação que apresentamos, tem a ver com o plano municipal de emergência para as catástrofes naturais. Há pouco tempo, e infelizmente, podemos ver algumas notícias de país vizinho, em que, de facto, as populações e os municípios têm que estar preparados. A criação de um Plano Municipal de Emergência para Catástrofes Naturais tem como objetivo garantir uma resposta eficaz e coordenada em situações de risco que possam afetar o concelho da Guarda. Este plano deverá ser abrangente, atualizado e ajustado às especificidades do território, contemplando medidas específicas para lidar com fenómenos como incêndios, inundações, tempestades e outros desastres naturais. A sua conceção deverá ter em conta a geografia local, a densidade populacional, a proximidade de áreas de maior risco e os recursos disponíveis para a gestão de crises. Entre as medidas prioritárias, destaca-se a necessidade de estabelecer rotas de evacuação seguras e bem sinalizadas, assim como identificar locais

de refúgio capazes de acolher a população em caso de emergência. A implementação de um sistema de alerta rápido e eficiente assume também um papel central na gestão de crises. Este sistema deverá assegurar que toda a população, incluindo as áreas rurais mais remotas, receba informação atempada através de diversos canais de comunicação, como mensagens de texto, redes sociais, rádios locais e sirenes. A informação transmitida deverá ser clara e orientadora, permitindo à população adotar comportamentos adequados em situações de emergência. Complementarmente, é fundamental realizar exercícios e simulações de emergência de forma regular, envolvendo a população, as autoridades locais e as entidades de socorro. Estas atividades permitirão avaliar e melhorar a eficácia do plano de emergência, promovendo uma maior familiarização da comunidade com os procedimentos a seguir em caso de catástrofe. Outra dimensão crucial desta recomendação é a sensibilização da população. Para isso, propõe-se a realização de campanhas informativas abrangentes sobre os riscos naturais que podem afetar a Guarda, acompanhadas de orientações sobre práticas preventivas, como a preparação de kits de emergência, a identificação de rotas de evacuação e a adoção de comportamentos seguros em situações críticas. A promoção de uma cultura de prevenção e segurança é essencial para reduzir os impactos de eventuais catástrofes. -----

A minha terceira recomendação, tem a ver com um tema que me é muito caro e que penso que a todos os guardenses, à Guarda e ao concelho. Tem a ver com a proposta para a fixação e a valorização dos jovens. Vivemos tempos marcados por uma crescente mobilidade geográfica, em que os jovens frequentemente optam por centros urbanos maiores na procura de melhores condições de trabalho e oportunidades de desenvolvimento. Este fenómeno coloca um desafio significativo para a nossa região, que enfrenta dificuldades na retenção de talento jovem. Como mãe de dois jovens, vejo-me confrontada também com esta situação. Neste contexto, proponho a realização anual de uma Feira de Emprego e Fórum de Oportunidades. Esta Feira de Emprego já existe noutros Municípios, existe também ligada a algumas instituições universitárias e é uma iniciativa estruturada para aproximar as empresas locais e regionais dos jovens da nossa comunidade. Este evento deverá constituir-se como uma plataforma interativa, onde as empresas possam apresentar ofertas de emprego, estágios e

programas de formação. Por outro lado, os jovens terão a oportunidade de interagir diretamente com empregadores, compreender as exigências do mercado de trabalho e explorar trajetórias profissionais alinhadas com os seus objetivos. Esta feira poderá ser enriquecida com sessões de orientação profissional e workshops temáticos, abordando tópicos como a elaboração de currículos eficazes, estratégias para entrevistas de emprego e desenvolvimento de competências transversais, fundamentais para o sucesso no mercado de trabalho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe poder de síntese. Já ultrapassou o tempo.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Nesta proposta para a fixação e valorização, reconheço também o estabelecimento de parcerias com instituições do ensino superior e centros de formação profissional. Isto é feito, por exemplo, pela UBI, pelos ISCTE e também pelo Politécnico que hoje vai ter aqui também um Voto de Louvor. A implementação de uma plataforma integrada, que combine oportunidades de emprego, formação e empreendedorismo, terá um impacto significativo na retenção de jovens talentos no concelho da Guarda. Esta abordagem poderá contribuir de forma decisiva para o crescimento económico, a valorização social e a construção de um futuro mais próspero e sustentável para a nossa comunidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava estas três recomendações do CDS-PP à consideração da Assembleia, se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir. Estamos ainda nestas do CDS. Já lhe dou palavra. Presumo que não haja intervenções. Dava então a palavra ao Bloco de Esquerda... Quer intervir sobre isto? Faça favor.” -----

- **Beatriz Realinho Pires, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos e a quem assiste a partir de casa. É extremamente importante termos um plano municipal de emergência e que este esteja adaptado às necessidades do concelho e que preveja as dificuldades relatadas até agora. Temos referido constantemente essa necessidade do município de se adaptar às alterações climáticas, nomeadamente aos fogos florestais e nós, enquanto Bloco de Esquerda, já propusemos medidas nesse sentido com a doação de material de proteção civil e combate a incêndios para as juntas de freguesia, na formação e

utilização dos mesmos, assim como também aprovámos, nesta Assembleia Municipal, uma proposta do Bloco da criação de uma equipa municipal de sapadores florestais. É de lembrar que, até ao momento, nenhuma destas medidas foi aplicada. Obrigada.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, pode permanecer. Penso que não há mais ninguém... Quer falar? Senhor Deputado, não entendi. Peço-lhe desculpa. Para a moção, sim. Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, e, na sua pessoa, todos os colegas Deputados, cumprimento o Presidente da Câmara e os senhores Vereadores também, cumprimento os senhores funcionários da Câmara, os Senhores Presidentes de Junta, de uma forma particular, e também o público que aqui está e aqueles que nos estão a ouvir por outros meios. Dizer o seguinte: naturalmente que nós concordamos com o teor, digamos assim, de forma geral, da moção. O Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres, este assunto é uma chaga, como vocês sabem. E, portanto, eu próprio falei neste dia, nas minhas turmas, aos meus alunos, que me ouviram com muita atenção e mostraram a sua preocupação. Dizer também... só um momento. Só um momento, eu já lá vou. Dizer também que este é um assunto que nos devia envergonhar a todos...” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe desculpa. Mas qual é a figura regimental que o senhor Deputado pretende utilizar para usar agora da palavra?” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “É um pedido de esclarecimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “À Mesa.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Não, não. É um pedido de esclarecimento à senhora Deputada através da Mesa. É. É e eu explico já. Vou direto ao assunto. Neste texto está aqui, no último parágrafo, o seguinte: sublinhar a importância do Município da Guarda, marcar o dia 25 de novembro como Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres, evidenciando, desta forma, a luta feminista pelos direitos das mulheres. Ora bem, este é um assunto que diz respeito a todos e não só às mulheres. É um assunto que deve preocupar todos, homens e mulheres. E, portanto, nós concordamos com o texto na sua generalidade, mas não neste ponto. E, portanto, pedia-

lhe, para obter a nossa concordância... Posso? Pedia-lhe que retirasse esta parte final do texto e assim votaríamos também a favor. De outra maneira, temos que nos abster. Depois, só uma outra coisa. A Senhora cá em cima, no texto, diz: infelizmente, a Câmara Municipal da Guarda optou por impedir a iniciativa, em vez de se aliar à mesma..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhora Deputada, não se queira substituir à Mesa. A Mesa é soberana em deixar o senhor Deputado falar. Pode estar a errar. Agora, não pode estar sistematicamente a interromper. Peço-lhe desculpa." -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** "... infelizmente, a Câmara Municipal da Guarda optou por impedir a iniciativa, em vez de se aliar à mesma. Pedia-lhe um esclarecimento: qual foi a iniciativa que a Câmara impediu? Só isso, obrigado." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhora Deputada, aquilo que eu penso que o senhor Deputado veio dizer é se, na última conclusão da sua moção, retirava a violência contra as mulheres, não é? É retirar o parágrafo todo? A luta feminista. Entendeu? Pedido de esclarecimento à Mesa? Faça favor." -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** "Senhor Presidente, aquilo que aconteceu foi trocar completamente o Regimento. Desculpe, tentaram, neste momento, ludibriar a Mesa e toda a Assembleia e o senhor Presidente foi complacente com isto que aconteceu. Vem um Deputado fazer um pedido de esclarecimento, em forma de intervenção, acerca de uma moção que ainda nem sequer tinha sido apresentada! Então, se calhar, não vale a pena pôr as coisas nas plataformas, senhor Presidente. E, depois, a seguir, o senhor Presidente acha que estas assembleias têm decorrido mal? Porquê, quando o senhor Presidente é conivente com uma situação destas? É que o senhor Presidente está a ser conivente. E, portanto, o meu pedido de esclarecimento à Mesa é: porque é que o senhor Deputado é tratado de maneira diferente do que outros Deputados nesta Assembleia?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, só um minuto. Se a Mesa autoriza, é conivente, nas suas palavras. Foi aquilo que o senhor acabou de dizer. E é conivente com uma ilegalidade, que é isto que está subjacente à sua intervenção. Se a Mesa não dá a palavra: aqui-d'el-rei que é autocrática, ditadora. E como o senhor aqui

diz muitas vezes: não há democracia. Se deixamos falar, o senhor critica que deixamos. Se não deixamos falar, não há democracia. Para defesa da honra, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, eu não ludibriei ninguém. Porque se houve aqui alguém que ludibriou não fui eu certamente. Houve aí uma votação, há bocadinho, com documentos que não entraram atempadamente e isso aí é outra questão. Agora, o que eu quis significar aqui foi o seguinte: nós quisemos dizer atempadamente e pedimos um esclarecimento à senhora Deputada, porque nós já lemos a moção e o nosso sentido de voto faz depender de uma possível alteração. E usei a figura do regimental do esclarecimento para a senhora esclarecer se vai fazer ou não. É tão simples quanto isso. Portanto, não há aqui nenhuma outra coisa a não ser isto. É transparente. Não usei aqui nenhuma estratégia, porque eu tenho a declaração de voto para fazer e aí vou fazê-la, como é evidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada do Bloco de Esquerda, faça favor.” -----

- **Beatriz Realinho Pires, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos, mais uma vez. Agora sim, posso apresentar a moção que trago aqui hoje que é a moção do 25 de Novembro, Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Neste dia lembramos todas aquelas que já sofreram qualquer ato de violência, seja ela física, psicológica ou sexual, assim como aquelas a quem a vida lhes foi tirada pelos seus parceiros. A violência contra as mulheres continua a ser um obstáculo na igualdade entre mulheres e homens, em relações desiguais, em discriminações tanto na sociedade como na família como na lei. Tais obstáculos fazem-se sentir nas múltiplas crises, no aumento do custo de vida, no acesso à habitação, na saúde, no trabalho e em contextos de guerra. A violência doméstica é dos crimes que mais mulheres mata em Portugal. Segundo os dados da Comissão para a Igualdade de Género, só no ano de 2024 já foram registadas vinte e três mil e oitenta e sete queixas de violência doméstica, e, na passada segunda-feira, o relatório do Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, revelou que desde o início do ano até dia 15 de novembro, existiram trinta tentativas de feminicídio. Até à data, vinte e cinco mulheres foram assassinadas em Portugal, dos quais vinte foram feminicídios em contexto de relações de intimidade. Em 2024 continuamos a assistir à falta de cumprimento da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, continuando-se a

negar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva. Do mesmo modo que se continua a falhar com as pessoas gestantes grávidas e é necessário garantir as condições e cuidados na gravidez, no parto e no pós-parto. São necessárias também medidas eficazes de apoio à habitação para as vítimas de violência doméstica e a inversão da prática da retirada de mulheres e crianças das suas casas. Quem tem que sair são os agressores e não as vítimas. No trabalho é também necessária uma maior e eficaz proteção laboral, garantindo o direito a licenças remuneradas para tratamento médico e psicológico, assim como medidas para proteger o emprego destas mesmas mulheres. Por fim, parabenizamos o Coletivo Venham Mais Cinco pela iniciativa, a 25 de novembro, que consistia na realização de um mural em memória e homenageando as vinte e cinco mulheres vítimas de violência doméstica (está escrito na moção), só este ano, em Portugal. Infelizmente a Câmara Municipal da Guarda optou por impedir a iniciativa em vez de se aliar à mesma. Assim, esta a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 4 de dezembro, aprovação - Saudar o Dia Internacional de Eliminação de Violência contra as Mulheres como dia de luta e de memória de todas as mulheres que passam por qualquer ato de violência ao longo da vida, seja ela psicológica, sexual ou física; -

Sublinhar a importância de campanhas permanentes de sensibilização pública que abordem todas as formas de violência contra as mulheres, a par de mais e melhores mecanismos de prevenção e combate à violência doméstica, assim como o apoio, principalmente a mulheres que se encontram em zonas rurais do interior do país; - Reafirmar o compromisso desta Assembleia Municipal em promover e implementar medidas políticas que pugnam pelos direitos das mulheres e para a erradicação de todas as formas de violência; - Parabenizar as iniciativas que têm trazido a debate, no concelho da Guarda, a temática da igualdade de género e direitos das mulheres, através dos mais variados recursos, nomeadamente do Coletivo Venham Mais Cinco; - Sublinhar a importância do Município da Guarda em marcar o dia 25 de novembro como o Dia Internacional de Eliminação de Violência contra as Mulheres, evidenciando, desta forma, a luta feminista pelos direitos das mulheres. Só então fazer aqui a nota de que a luta feminista é a igualdade entre mulheres e homens. E custa-me um bocadinho que, em 2024, ainda tenha que explicar aos senhores Deputados que feminismo significa igualdade e feminismo não é sinónimo de machismo. Obrigada." ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores deputados, está aberta a discussão. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre esta moção? Senhor Deputado, deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, bom dia. Saúdo e associo-me naturalmente a esta moção na sua íntegra, porque é de facto uma luta feminista. Feminista como eu, João, homem, sou, e não tenho vergonha de me assumir. Feminista como Partido Socialista é e não tem vergonha de se assumir.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Presumo que não. Vou colocar a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **25 de novembro** -----

----- **Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres** -----

- *Aprovada, por maioria*, com cinquenta e quatro votos a favor, vinte e três abstenções e três votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.”

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “O meu voto contra, tem a ver com o seguinte: se feminismo é sinónimo de igualdade, machismo é o quê? Sinónimo de igualdade? Não sei.” -----

- **Luciano Calheiro Gomes, Deputado (PSD):** “Declaração de voto. Como disse há pouco, e, portanto, já toda a gente percebeu, eu teria votado a favor, naturalmente, este texto. Mas, perante aquilo que aconteceu não o posso fazer, reconhecendo que este assunto é da maior importância. Como estava a dizer também, estes atos dever-nos-iam envergonhar a todos. Os dados da ONU dizem-nos que cento e quarenta mulheres mortas, diariamente, são por alguém de família, alguém próximo. Em Portugal temos trinta mil participações por ano, fora aquelas que não participam. Embora hoje haja postos de atendimento mais personalizados, mesmo assim é difícil as pessoas exporem-se perante esta matéria. O distrito da Guarda tem quatrocentas e oito participações por ano, nestes últimos seis anos. E, portanto, é um assunto que nos deve fazer refletir,

sobre o qual devemos refletir. Devemos denunciar e, uma vez que é crime público, acho que temos essa obrigação. Portanto, há uns tempos a esta parte é um crime público, como sabeis, e, portanto, todos temos essa obrigação. Eu disse isto, outro dia, numas aulas que dei aos meus alunos nesse dia. E como eu estava há pouco a dizer, todos estavam com atenção porque, efetivamente, este é um assunto que diz respeito a todos, homens, mulheres, crianças, a toda a sociedade. Porque nos lares as principais vítimas até são as crianças. Isto são assuntos muito sérios e que nos devem fazer refletir. O que eu não embarco, senhor Presidente, é com ideias extremistas, com um tipo de linguagem que é recorrente noutras ocasiões, vêm aqui sempre com a mesma coisa. E, portanto, nisso é que eu não embarco. Muito obrigado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, muito obrigado. É assim, isto é um assunto extremamente importante para a nossa sociedade. É um assunto que nos deve envolver a todos e, portanto, eu acabei por votar a favor. Tive algumas dúvidas porque acho que algumas expressões usadas no texto eram perfeitamente escusadas. O texto tem exatamente o mesmo impacto e a votação iria sempre ser favorável de todos os deputados, tenho a certeza, se tivesse escusado utilizar aqui expressões que são equivalentes a movimentos que já tiveram a sua história. Na sociedade que hoje vivemos, não sei se são tão necessários esses mesmos ou essa identificação em movimentos. Somos todos, acho eu contra, a violência à mulher, somos todos contra a violência também em relação ao homem, somos todos contra a violência, em suma. Muito obrigado.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, bom dia. Votei a favor porque não encontrei problemas nenhuns com as expressões utilizadas no texto. Não acho que haja grande problema, não acho que seja assim tão extremista querer que a violência contra as mulheres acabe ou qualquer tipo de violência. E, quanto ao uso da palavra feminista, enfim, Oscar Wilde tinha uma peça que era a importância de se chamar Ernesto e aqui se falamos desta moção, vai ser um pouco a importância de se chamar feminista. Para algumas pessoas pode a palavra ter outro sentido que não é o que querem. Eu, uma vez que estou na Guarda, terra da Carolina Beatriz Ângelo, acho que não há problema nenhum em dizer que ela era feminista e em dizer que aquilo que ela

fez foi bem feito e, se possível, gostava de fazer igual dentro das minhas possibilidades. É só.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” --

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez, senhor Presidente, e, em si, cumprimento todos os que nos ouvem. Votei a favor porque sou contra toda a violência. Não concordo nada que se façam segmentos da violência. Por isso, concordo com tudo o que disse aqui o meu amigo Calheiros, está bem fundamentado. Contra a violência, sim. Por isso votei, pendeu mais esse valor. Mas obviamente que está mal formulado o assunto. Os partidos do centro devem ser a favor da pessoa humana, não do homem nem da mulher nem de outro género qualquer. É da pessoa humana. Só agora para o meu amigo Vaz, do grupo parlamentar do PS: aconselho-o a ler o último livro do Professor Agostinho Almeida Santos, as últimas 46 páginas, onde explica clarissimamente o perigo desta armadilha do wokismo e outras coisas do género. Não vou explicar porque são quarenta e seis páginas. Por acaso já as li, mas aconselho-o a ler.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Está encerrada esta moção. Passávamos, agora, às moções e votos do PSD. Moção «Projeto de Construção de uma Linha Elétrica de Muito Alta Tensão, com passagem pelo Concelho da Guarda». Quem usa da palavra? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. A projetada construção e futura instalação de uma Linha de Muito Alta Tensão de 400 kv no eixo Fundão-Vilarouco, numa extensão total de cento e vinte e nove quilómetros e que prevê a colocação no terreno de mais de trezentas torres, muitas das quais no território do concelho da Guarda, nomeadamente nas Freguesias de Arrifana, Benespera, Casal de Cinza, Codesseiro, Guarda, João Antão, Panóias de Cima, Pêra do Moço, Santana da Azinha, União de Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo e Vila Franca do Deão, constitui uma afronta e um atentado ao bem-estar, saúde e condições de vida das populações atravessadas por esta empreitada. O projeto, tal como está, constitui um perigo para a saúde pública. A ciência é muito clara sobre os riscos das linhas de muito alta tensão para a saúde do ser humano, sendo que a exposição

prolongada a campos eletromagnéticos está associada a problemas médicos, incluindo um aumento no risco de leucemia infantil e outras condições debilitantes. É inaceitável que postes elétricos de grandes dimensões, estejam planeados para serem instalados junto a residências e explorações agrícolas, expondo diretamente os habitantes daquelas freguesias a estes perigos. A colocação daquela linha elétrica provoca também um alto impacto ambiental e económico, uma vez que o traçado do projeto coloca em risco zonas de elevada sensibilidade ecológica, incluindo reservas naturais e o montado de carvalho-negral, essenciais para a biodiversidade local. O corte de árvores e a intervenção no terreno acentuam o risco de erosão, afetando os cursos de água e os ecossistemas. Além disso, a atividade agrícola e pecuária, bases da economia local, será gravemente prejudicada. A radiação das linhas de alta tensão ameaçará a fertilidade dos animais, comprometendo a sobrevivência de empresas e explorações agrícolas sedeadas naquelas localidades. Como se isto não bastasse, todo o processo enferma de aparentes ilegalidades, particularmente cometidas aquando da sua divulgação, em concreto ao nível da transparência no âmbito da consulta pública, tal como preconiza o Decreto-Lei n.º 151B/2013, com as posteriores atualizações, ao excluir os autarcas e fregueses daqueles territórios. A Câmara Municipal da Guarda não afixou editais, não publicou anúncios, nem garantiu a devida informação às partes interessadas, deixando um vazio democrático e abrindo o flanco a decisões arbitrárias. Paralelamente, ignoraram-se alternativas e fez-se um planeamento inadequado pois, como tudo leva a crer, desaproveitou-se um traçado já existente de uma linha de 200 kv como opção para instalação da nova linha. Por exemplo, ignorando ou não ponderando sequer a existência de alternativas mais favoráveis para a Freguesia de Panóias de Cima, vem a REN propor, com a aceitação da APA, e a anuência, por omissão, dos Serviços e do Executivo da Guarda, no incompleto parecer que elaboraram, em que o traçado projetado para a linha, faça, à entrada do território da Freguesia, uma repentina, apertada e aparentemente injustificada guinada para a esquerda, criando um corredor que, sem qualquer justificação técnica, vai atravessar áreas residenciais, agrícolas, florestais e de exploração animal. Este erro é ainda mais censurável ao estar agravado pela utilização de mapas desatualizados, uma vez que ignoraram a existência de habitações junto aos postes planeados no projeto, dado que estas pura e simplesmente não existiam à data da conceção dos referidos mapas. Sublinha-se que a Câmara

Municipal da Guarda, não só falhou em consultar as partes interessadas, como emitiu pareceres baseados em informações desatualizadas, sugerindo mudanças cosméticas no projeto sem qualquer vistoria técnica ao terreno. Esta atuação revela um descaso relativamente aos direitos dos cidadãos e levanta sérias dúvidas sobre a imparcialidade e a competência desta entidade. Em face do exposto, o Grupo Municipal do PSD vem propor: 1. A revisão imediata do projeto, considerando alternativas menos prejudiciais do ponto de vista da saúde pública; 2. O desenvolvimento de novas soluções mais racionais e favoráveis à preservação da saúde e bem-estar das populações, do meio ambiente e dos legítimos interesses das populações afetadas. E depois será enviado às entidades que constam desta Moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava, então, esta moção à discussão dos senhores Deputados. Quem deseja intervir? Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. E, na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos. Hoje vai-se debater aqui um dos assuntos mais importantes, provavelmente, do mandato desta Assembleia. Esta moção trata de um assunto importantíssimo. E o assunto tem a importância e a dignidade, na minha modesta opinião, de tentar consensualizar uma opinião forte sobre a readaptação da linha. Efetivamente, pode não se conseguir fundamentar o perigo para a saúde pública, mas, uma coisa é certa, afronta o princípio cautelar da segurança e da saúde pública. Como é óbvio, um parecer técnico pode estar dentro da lei (e já fiz muitos pareceres técnicos) se determinada coisa cumprir, daqui até além, três metros. Mas, se estiver a trinta, obviamente que o risco para a saúde pública reduz. Então, nós concordamos plenamente com os princípios da moção aqui lida. Não concordamos na divisão política, porque estamos em tempo de pré-campanha eleitoral, vamo-nos aqui dividir. O que é uma coisa muito apelativa e muito boa para as entidades, para a APA, para a Direção Geral, para até o Executivo não fazer nada. Um bocado aquilo que aconteceu na luta que nós tivemos nesta cidade durante anos: um hospital novo ou um novo hospital. Era o que queria ouvir o Ministro da Saúde que não nos fez nenhum. Por isso, eu apelo, em nome da opinião e da posição a tomarmos nesta Câmara, que devemos ir juntos a esta luta. Nós propomos a fusão da nossa moção com a moção do PSD, porque concordamos

com todos os princípios. Dizemo-los na nossa moção. Só não concordamos, não aceitamos, votaremos contra as referências, que são injustas, à Câmara e aos técnicos. Não verão o PG a tratar mal, em público, os nossos técnicos e a nossa Câmara. Porque é isso que, efetivamente, lá longe, eles quererão que nós façamos. E a proposta é muito simples: aceitam fazer a fusão e fazemos uma proposta conjunta que provavelmente irá ter unanimidade? Irá ter mais força, irá defender as nossas populações. Sim, porque, como é óbvio, não há aqui ninguém que goste mais de um Presidente ou do outro, ou de uma população ou da outra. Eu moro próximo das Panóias. O Presidente das Panóias é igual a todos os outros Presidentes. O nosso território é uno, somos todos a mesma coisa. Vamos fazer a fusão? Sim ou não? Isto que eu estou a dizer, posso dizer porque já propus ao líder do PSD, em devido tempo, a fusão. Por razões que o senhor líder saberá, disse que não o podia fazer. Podemos fazer agora aqui ou vamos a votação separados? Sujeitamo-nos a votações dispersas. Se houver fusão, nós acompanhamos o princípio, expurgando todas as referências, aliás, injustas, aos presidentes de junta, à Câmara e aos técnicos. Eles fizeram um parecer técnico. Um parecer técnico é um parecer técnico. Se está na norma que é assim, é assim. Agora, em relação ao princípio cautelar, concordo convosco. Vamos fazer a fusão? Sim ou não?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Faça favor." -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** "Senhor Presidente, é assim. O líder de bancada do PG fez uma intervenção correta, do ponto de vista técnico, e, no fundo, vem de encontro à nossa moção. A nossa moção vai ficar como está. Nós achamos, tal como aqui foi dito por alguém do público que veio aqui hoje falar, há dúvidas em relação aos procedimentos e à forma como tudo decorreu. Se nos esclarecerem cabalmente como é que decorreu, se nos esclarecerem cabalmente que alguém do público que veio falar hoje de manhã não tem razão, que estas entradas no Ministério Público, etc., por aí fora, de queixas contra a Câmara e contra técnicos (pelo menos foi o que foi dito aqui hoje de manhã) não têm razão de ser, pois, nós iremos reavaliar a moção. Mas, para já, não vemos motivo para a modificar nem fazer fusão. Obrigado." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja falar? Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor." -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, ainda sem contar tempo. Eu não sei se o senhor Presidente da Câmara quer falar, neste momento, acerca deste assunto, uma vez que... Não? OK. Então dizer que nós iremos votar a favor desta moção, da mesma maneira que iremos votar a favor da moção do PG, porque nós realmente somos a favor dos interesses da Guarda. Portanto, defenderemos sempre os interesses da Guarda, como fizemos sempre nesta Assembleia, fossem as moções de que lado fossem. Estamos junto das populações. E, portanto, neste momento, votaremos a favor, quer da moção do PSD, quer da moção do PG, relativamente a este assunto. Ainda mais quando vimos um cidadão falar da maneira que falou.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **António Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana (Independente):**
Senhor Presidente, bom dia. Bom dia a todos. Por economia de tempo, permitam-me que os cumprimente de uma forma geral. Só para fazer aqui algum esclarecimento, relativamente a todo este processo. A Arrifana acaba por ser a freguesia, provavelmente, onde o maior impacto irá ter esta linha na sua passagem, no seu traçado. Acontece que, na moção que foi aqui apresentada, é dito que não foi utilizado o corredor da linha antiga. Na Arrifana é o contrário. É utilizado o corredor da linha antiga, da linha de 200 kv e esta linha é projetada para passar em paralelo à linha existente. Portanto, há aqui um problema a montante em que, quando foi definido o corredor da linha de transporte 200 kv, não houve estudo de impacto ambiental, à data, e o traçado que foi definido é um traçado que atravessa populações, atravessa áreas empresariais e vem condicionar todo este processo agora. Portanto, aquilo que eu entendo e daquilo que analisei, tentaram, de alguma forma, passar pelo corredor existente. Existem aqui algumas situações que me suscitaram algumas dúvidas. No caso da comissão de avaliação que a APA define, os municípios não participam. Isto é, são convidadas um conjunto de entidades a participar, em termos de comissão de avaliação, e os municípios não estão lá. Os municípios são entidades consultadas já posteriormente. Portanto, isto é, os municípios emitem efetivamente um parecer sobre um corredor de quatrocentos metros onde está a ser definida a linha e baseiam-se, naquilo que é o meu entendimento, em questões meramente técnicas. Pasmese, que esta comissão de avaliação vem ao terreno a 6 e 7 de março, portanto, penso eu, já fora

do período de consulta pública. Isto é, há um processo de consulta pública, há um conjunto de entidades que estão a fazer o processo de avaliação deste estudo de impacto ambiental e vêm ao terreno a 6 e 7 de março. Aquilo que eu questiono também é se efetivamente houve uma comunicação e um pedido de acompanhamento, por parte do município, nesta visita aos locais. Portanto, não sei. Aí desconheço, mas o senhor Presidente poderá nos esclarecer relativamente a isso. Mas penso que efetivamente estamos a colocar o ónus na entidade errada. Efetivamente isto tem um caráter político. Tudo tem política e nós estamos aqui para exercer política e para exercer as políticas que melhor defendam os nossos cidadãos. Também é preciso perguntar à APA, porque é que no caso da Freguesia da Arrifana, recebeu uma informação, via email, a dizer que iria estar em consulta pública a avaliação do estudo de impacto ambiental deste projeto, naquele período, no Portal Participa, e, daquilo que eu tenho conhecimento, os meus colegas das outras freguesias onde a linha também vai passar, onde serão colocadas estas infraestruturas, não receberam qualquer informação. Portanto, a APA é a entidade responsável pelos estudos de impacto ambiental, não são os municípios. Houve municípios que não se pronunciaram, simplesmente. O Município de São João da Pesqueira emitiu um parecer desfavorável e isso não foi tido em conta. Basicamente, todos os pareceres que foram emitidos, só a CCDR Norte, por aquilo que eu entendi, emitiu um parecer favorável. De resto, tudo emitiu parecer desfavorável. Nós, enquanto entidade e enquanto autarquia, só tivemos oportunidade de ir à consulta pública. Fomos à consulta pública, fizemos as nossas considerações. Efetivamente não queremos lá a linha. Achamos que a linha é extremamente prejudicial para os nossos territórios, para as nossas populações. Só que, o que colocamos lá, a APA, a seguir, no final do relatório aquilo que diz é que a REN terá que fazer ou terá que tomar medidas cautelares ou terá que minimizar o impacto sobre as populações, afastando o mais possível a linha. Não diz mais nada. Mas, contudo, emite um parecer favorável condicionado, que basicamente é um parecer favorável. Agora, o processo passa para a Direção-Geral de Energia. A Direção-Geral de Energia é quem vai licenciar esta obra. Pasmese que um membro da comissão de avaliação da Direção-Geral de Energia, foi convidado a estar presente nesta comissão de avaliação pela APA, e não se fez representar. Portanto, há aqui um conjunto de situações. E nós estamos a colocar o ónus no município, quando há um conjunto de entidades que me

parece que efetivamente terão alguma responsabilidade neste processo. Esta é a minha leitura. Eu estarei, efetivamente, sempre contra a passagem desta linha na minha freguesia, por todas as razões e mais algumas. Efetivamente, após a nossa intervenção no estudo de impacto ambiental, existiu um projeto de alteração ou uma proposta de alteração, por parte da REN, ao traçado inicial. Nós estamos a analisar efetivamente esse traçado. Minimiza um pouco o impacto que causa sobre a nossa freguesia, mas, contudo, causa-nos graves prejuízos. Eu não falo de saúde, desconheço efetivamente os estudos. A Organização Mundial de Saúde define uma coisa, a nossa Direção Geral de Saúde emitiu um outro documento técnico. Não sou técnico dessa área. Mas, quer a nível de impacto visual, quer do ruído que causa, quer o condicionar todo o processo de desenvolvimento da freguesia, os prejuízos são evidentes. Obrigado. Fiz este esclarecimento só para trazer algumas informações adicionais.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Só um esclarecimento. O senhor Secretário da Mesa utilizou uma faculdade que está prevista no artigo 41º do nosso Regimento. Usando da palavra como Deputado eleito, neste momento não pode reassumir funções enquanto a moção não for votada. Era este esclarecimento. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Esclarecer aqui o senhor Deputado que o ónus, na nossa opinião, e na moção, não recai sobre a Câmara Municipal ou sobre o Executivo. Contudo, vamos ver e vamos verificar que a Câmara Municipal tem conhecimento de todo este projeto desde maio de 2022 e não o partilhou. Foi dito aqui que os Presidentes de Junta não tinham conhecimento, não partilhou com os Presidentes de Junta por onde passava o traçado. Isto é o suficiente para nos interrogarmos de que lado está a Câmara Municipal. E ainda não vimos o senhor Presidente vir-nos esclarecer em relação a nada do que foi dito na moção. Continuamos a aguardar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Torno a questionar o senhor Presidente se não quer intervir, no sentido de esclarecer os senhores Deputados. Não querendo, eu relembro uma Assembleia Municipal onde se falou de Minas de Lítio e onde o senhor Presidente

foi, nesse momento, sim, o defensor de todos os guardenses. Se, neste momento, não o está a fazer, alguma coisa deverá estar por detrás disto. Por isso mesmo, eu já duas vezes questionei isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja falar? Penso que não. Senhor Presidente, deseja falar?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, era minha intenção falar no final do período de antes da ordem do dia, mas apenas aqui uma nota telegráfica que devo dizer, neste momento, para esclarecer. Até porque tentou-se deixar aqui a pairar no ar... não sei antes, desculpe, senhor Presidente, cumprimentá-lo a si e à Mesa, aos senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados Municipais, aos senhores Chefes de Divisão, colaboradores da autarquia e, naturalmente, ao público aqui presente e àqueles que assistem online. Tentou-se aqui deixar pairar no ar algumas dúvidas. A Câmara Municipal da Guarda teve conhecimento na discussão pública, senhor Deputado, e aí os técnicos do Município atuaram. E devo realçar o trabalho técnico por eles feito, bem atento, bem fundamentado e que foi efetivamente uma boa base para a discussão pública e alterações no traçado. Se isso não tivesse sido feito, senhor Deputado, a linha passaria por cima do Cerdeiral, por cima de Panóias do meio (e mais, senhor Vereador?) e por cima do Barracão, se os técnicos do município não tivessem feito o trabalho atempadamente. Mas agora, como os senhores não sabem, toca a dizer coisas para o ar para ver se cola. Senhor Deputado Miguel Borges, não há nada por trás disto? Não deixe no ar qualquer clima de suspeição, porque o nosso interesse, tal como na mina de Alvarrões... onde é que estavam, na altura, muitos dos senhores Deputados e outras pessoas com responsabilidade política que hoje falam e que ontem falaram na mina de Alvarrões? Não falaram! Mas nós tomámos uma posição. Porque, de facto, aquilo que estava lá plasmado ia contra aquilo que são os interesses legítimos da população. E aqui, no caso concreto da linha de alta tensão, nós não queremos saber se há por lá proprietários que querem é vender a casa para se irem embora, porque já tinham tomado essa decisão no passado. Mesmo que isso aconteça, é legítimo. Não nos interessa que haja pessoas que estejam na calada da noite a picar outros para virem publicamente falar sobre as coisas, mas depois andam a negociar postes para os seus

terrenos. Nós não queremos saber disso para nada. Aquilo que nós devemos dizer é lamentar que alguns estejam mais interessados em politizar este processo, usando-o como arma de arremesso político-partidário contra a Câmara da Guarda, contra os seus técnicos, mais interessados nisso do que salvaguardar os reais e legítimos interesses dos cidadãos. É isso que nós temos que lamentar. E por isso, aquilo que está aqui em causa, e muito bem dito pelo Deputado José Valbom, é precisamente este problema. Porque a Câmara da Guarda estará sempre ao lado dos seus munícipes, sejam meia dúzia deles ou seja o conelho inteiro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Penso que... só se for uma pergunta, porque o senhor Presidente já falou e é o último a falar. Senhor Deputado, mas é o que eu lhe estou a dizer. Se é para pedir um esclarecimento àquilo que o senhor... vamos ler... espere. Isto é recorrente da vossa parte e é recorrente a resposta da Mesa. Espere... Em relação ao que ele acabou de dizer, certo. Faça favor. Muitas vezes é àquilo que ele não disse e o que o Regimento diz é: pedir um esclarecimento sobre aquilo que ele disse. Faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, muito obrigado por me permitir usar da palavra. O senhor Presidente da Câmara levantou aí suspeições, torno a repetir, levantou suspeições em relação a proprietários de terrenos; em relação ao proprietário de uma casa que vai vender a casa e se vai embora; proprietários de terrenos que andam a negociar torres, etc., e por aí fora. Mas o que é isto? O senhor Presidente levantou suspeições. Cuidado que isto é grave, vindo de um Presidente de Câmara. Segundo ponto, eu acho que não respondeu à minha pergunta, também não me esclareceu. Desde maio de 2022 que sabe de tudo isto e não partilhou com os senhores Presidentes de Junta? Torno a fazer a mesma pergunta. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, também na mesma sequência daquilo que o senhor Presidente disse.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Antes de mais, só dizer ao senhor Presidente que eu não levantei qualquer tipo de suspeição relativamente ao senhor Presidente. Eu questionei duas vezes o senhor Presidente se queria ou não queria dar esclarecimento

a esta Assembleia. O senhor Presidente, das duas vezes, não quis esclarecer, e foi na sequência disso que eu disse as palavras que disse. Relativamente a isto, aquilo que me pareceu que o senhor Presidente quis dizer é que todos nós devemos estar unidos e, portanto, todas as moções que venham em defesa da população da Guarda são bem-vindas. Sejam elas do PG, sejam elas do PSD, parece que estamos todos de acordo.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava, então, a moção à votação... Senhor Deputado, peço desculpa. Tem toda a razão. Muito obrigado. Quando tem razão, tem razão. Colocava, então, a moção do PSD à votação.” -

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Projeto de Construção de uma Linha Elétrica de Muito Alta Tensão** -----

----- **com Passagem pelo Concelho da Guarda** -----

- Rejeitada, por maioria, com quarenta e dois votos contra, sete abstenções e vinte e oito votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já lhe dou a palavra. Primeiro foi o senhor Presidente da Junta. Já dou a palavra depois aos senhores Deputados.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos assiste lá em casa. Eu votei contra, simplesmente porque esta moção foi politizada e não vai ao encontro da defesa da população. Desculpem, a Câmara é o maior parceiro para nos proteger neste assunto. Por isso é que nós fomos convocados, para o próximo dia 19, para uma reunião com eles, para negociar o melhor traçado para nós, para não prejudicarmos ninguém. Por isso é que já foi feito pela Câmara Municipal o pedido de esclarecimento, também, à APA, porque é que nós não fomos consultados, Presidentes de Junta, e só foi a Junta de Freguesia de Arrifana. E isso é que é importante. Isso é que é importante. Por isso é que eu votei contra, não é por causa de não defender as populações, é por causa do sentido da moção. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, está o senhor Deputado para usar da palavra.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Eu votei a favor da moção no seu essencial e comungo naturalmente das preocupações que foram aqui trazidas na intervenção do público. É um assunto demasiado importante. É um assunto de saúde pública e, portanto, eu acho que se nós nos colocarmos no lugar das pessoas que vivem ali, e eu coloco-me, naturalmente que eu teria esta mesma reação e ficaria preocupado. Portanto, no essencial, volto a dizer, não quero aqui lançar ónus sobre ninguém, nenhum órgão político, muito menos sobre os funcionários da Câmara. Isso, de todo. Agora, voto no essencial, repito, naquilo que é o essencial das duas moções. Portanto, é essa a minha posição. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, foi o senhor Deputado que apresentou a moção e agora quer usar da palavra para? Um pedido de esclarecimento? A quem? À Mesa? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Enquanto representante, nesta Assembleia, de todos os guardenses, eu gostaria de lhe endereçar uma questão. No entanto, tenho que a enquadrar. Vou citar uma célebre frase de um pastor luterano chamado Martin Niemöller, que dizia assim, nos idos anos 30 do século passado: “Primeiro vieram buscar os socialistas, e eu fiquei calado porque não era socialista. Então, vieram buscar os sindicalistas e eu fiquei calado porque não era sindicalista. Em seguida, vieram buscar os judeus e eu fiquei calado porque não era judeu. Foi então que eles vieram me buscar e já não havia mais ninguém para me defender.” E, portanto, eu questiono porque é que os senhores que votaram contra esta moção, em que estão mais preocupados com o futuro político de um Executivo moribundo e não estão preocupados...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, desculpe lá. O senhor Deputado, agora, enganou-me. Agora, enganou-me. O senhor Deputado disse que vinha pedir um esclarecimento à Mesa. O senhor Deputado está a fazer uma declaração de voto. Portanto, ou faz a pergunta à Mesa ou eu retiro-lhe a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Então, eu vou ser muito direto e objetivo. Senhor Presidente da Mesa, estimado Dr. José Relva, enquanto representante de todos os guardenses, eu gostaria que se dirigisse a esta Assembleia e perguntasse a cada um

dos que votaram contra o porquê desta opção, à revelia daquilo que são os interesses legítimos das populações e dos seus pares, muitos deles até no seu próprio território. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu ir perguntar, na qualidade de Presidente da Mesa, a cada Deputado, porque é que votou assim ou para a esquerda? Há uma coisa que eu lhe garanto, senhor Deputado: nunca fui PIDE, nem nunca serei PIDE. Muito obrigado. Tem a palavra.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu votei a favor desta moção pelos mesmos motivos que o Senhor Presidente da Junta votou contra. E, já agora, acrescento, é sobretudo importante defender os interesses dos guardenses, nem que seja só um. As pessoas que diretamente se sentem afetadas, temos que os defender. Estamos aqui a representar essas pessoas, nem que seja só um cidadão. Nós temos que defender os interesses destas pessoas, sobretudo quando se trata de saúde, que é o que está aqui em causa.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu votei a favor desta moção, porque qualquer moção que tenha aqui vindo para defender os interesses dos guardenses foi votada pelo Partido Socialista. Também não entendo como alguns senhores Deputados que têm responsabilidades para com populações mais pequenas do que aquela que tem o senhor Presidente, não votaram a favor desta moção. Por vezes, nas nossas funções, cometemos erros. E quando cometemos erros, não custa nada responsabilizarmo-nos à conta disso. Eu não vejo que a moção do PSD seja tão política quanto isso. A única coisa que diz é que foram cometidos erros. Foram cometidos erros pela APA, foram cometidos erros por várias instituições e o município também cometeu erros. O que é normal. Todas as pessoas cometem erros. Aqui, estamos para defender o interesse dos guardenses. E eu peço a todos, mais uma vez, que ponham a mão na consciência, no sentido de perceberem se hoje foram defendidos os interesses de todos os guardenses. Torno a repetir, nós iremos votar favoravelmente a moção do PG, tal como fizemos relativamente à moção do PSD, porque acho que as duas defendiam os interesses dos guardenses.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faz favor.”

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Na verdade, quero declarar o meu voto a favor, e quero dizer que esta moção, ao fim e ao cabo, trouxe bastante entusiasmo e bastante discussão aqui dentro. Talvez por isso e também por isso ela mereceu a pena. A minha declaração de voto favorável é porque, na realidade, esta moção pretendia defender o interesse de todos os guardenses, mesmo aqueles que não foram defendidos, em tempo útil, pela Câmara Municipal. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se não houver mais nenhuma declaração de voto... Faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “A bancada PG votou contra porque a defesa intransigente de todos os guardenses é o que aqui é comungado por todos. No nosso entender, desta moção aproveitava-se este sentimento uno desta Assembleia para fazer também política numa coisa que é demasiado importante. E é nesse sentido que nós, e com o reconhecimento dessa importância, tentámos o consenso e depois apresentámos uma moção que pugna, exatamente, pela defesa de todos os guardenses. Obrigado.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Sandra Macedo Madeira, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos, antes de mais. Só apenas para dizer, e acho que deveríamos terminar esta discussão porque já não estamos a acrescentar nada, só dizer que partilhamos das preocupações da população. Não vamos contra o sentido da moção do PSD, contudo, estão a politizar a vossa posição, nessa moção, ao fazerem finca-pé de não fazerem a correção. Para quê estar a enfatizar os erros, os funcionários, para quê? Qual é que é a necessidade disso? Isso é politizar. Agora, que fique claro que todos partilhamos da preocupação com o bem-estar das nossas populações. Ponto! É isso que eu não entendo o que é que estamos aqui a fazer.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Se não houver mais nenhuma declaração... Pedro, já interviei para declaração de voto. Defesa da honra? Faça favor.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Bom dia, uma vez mais. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Foi aqui dito, por dois Deputados, basicamente, que eu não defendo a minha freguesia

por não ter aprovado esta moção. Não foram vocês estiveram nas reuniões, não são vocês que estão lá diretamente a defendê-los todos os dias. Posso ter muitos defeitos, mas esse não o tenho, podem ter a certeza.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Passava, então, ao Voto de louvor e Reconhecimento a Instituições de Ensino Superior. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. As intuições do ensino superior, hoje, mais do que nunca, são âncoras fundamentais do desenvolvimento dos territórios onde estão inseridas e, paralelamente, importantíssimos motores do dinamismo económico das mesmas regiões. O Instituto Politécnico da Guarda, pela sua proximidade geográfica, pela representativa dimensão material e imaterial e pelo notável percurso de serviço público à Guarda, constitui-se como uma das mais importantes e fundamentais entidades do território. Para além do contributo intangível para o crescimento da ciência, consubstanciado na investigação académica, da formação de quadros e profissionais altamente qualificados através do ensino e da criação e desenho de soluções viáveis para a indústria e administração pública, através dos mecanismos de transferência tecnológica, o IPG injeta anualmente na economia guardense várias dezenas de milhões de euros, constituindo-se como um dos principais contribuidores para o produto interno bruto regional. Reconhecendo o papel estruturante da inovação no fomento da competitividade territorial e na alavancagem económica, durante o ano de 2024, o IPG conseguiu atrair para a sua incubadora de empresas desnuclearizada, quatro start-ups tecnológicas, nomeadamente a “Seed by Seed”, a “AG-Transformer” e a “Solo”, de capitais exclusivamente norte-americanos e a “MobiSmile” de capitais indianos, perspetivando-se que, até ao fim do ano, mais uma empresa, também do setor tecnológico e de capital estrangeiro, se instale na referida incubadora. Todas aquelas empresas, para além da dimensão económica, ao permitirem a colaboração de estudantes e investigadores do IPG estão, não só, a contribuir para o reforço do ecossistema regional da inovação, mas também, para a melhoria do sistema de educação português, conduzindo naturalmente ao incremento do prestígio do IPG, da Guarda e de Portugal. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária de 04 de dezembro de 2024, decide

atribuir um Voto de Louvor e Reconhecimento ao IPG, pelo inegável e expressivo contributo para a dinamização e projeção da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Alguma senhora ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este voto de louvor e reconhecimento? Penso que ninguém. Colocava, então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor e Reconhecimento** -----
----- **ao Instituto Politécnico da Guarda** -----

- Aprovado, por maioria, com setenta e quatro votos a favor e três abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Seguidamente, ainda o PSD... Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O PS, como é óbvio, vota favoravelmente esta moção. Até porque foi o PS que trouxe a esta Assembleia uma moção aquando da criação da incubadora pelo Instituto Politécnico da Guarda. Por outro lado, achamos que ficou demasiado curto porque, para além dessas atividades, o IPG tem outras atividades, nomeadamente a criação de um curso novo, por exemplo, agora, ainda há bem pouco tempo. E, portanto, como é óbvio, continuamo-nos a associar. Acho que estas instituições é que devem ser nomeadas todos os dias pelo trabalho que fazem no nosso concelho e em prol da nossa população.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Naturalmente, estranho apenas que não tenha havido unanimidade. Mas pronto, enfim. É um assunto que é pacífico, o IPG é muito importante e qualquer escola de ensino superior será importante em qualquer território. Acresce que, aqui, na Guarda, é muito mais importante ainda. Eu não sei quais são as relações que tem havido entre a Academia e a Câmara Municipal ao longo dos anos. Houve, em tempos, alguém que se queixou que não havia o verdadeiro apoio. Sei que está mais uma start-up em gestação também, será a quinta. Sei disso. E, portanto, o trabalho que eles estão a fazer é merecedor de todo o apoio por parte da Câmara

Municipal. E, portanto, senhor Presidente da Câmara, é isso que se espera porque acima das pessoas estão as instituições. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Pedro Pinto, Deputado (PS):** “Obviamente, votei a favor, porque é a minha casa, é a casa de todos nós, é a casa da Guarda. Também estranho haver aqui abstenções. Não se entende, porque, de facto, o Politécnico da Guarda é um forte motor de desenvolvimento da cidade e do distrito. E também reforço essa colaboração entre entidades, porque não é só o Politécnico que tem que andar sozinho, nem o município tem que andar sozinho, nem outras empresas. Todos nós temos que nos unir para sermos mais fortes. Porque senão a Guarda continuará, daqui a muitos anos, a ser conforme é, e não é isso que nós pretendemos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Mais uma vez, bom dia. Para dizer o seguinte: durante muitos anos, o Instituto Politécnico da Guarda foi uma ilha neste deserto que tem transformado, cada vez mais, a Guarda. E estou a falar sobre o ponto de vista económico, como é evidente. A Guarda, nos últimos anos... aliás, o senhor Deputado do PSD resumiu muito claramente o trabalho que tem sido feito, a aproximação, por iniciativa do Instituto (principalmente por iniciativa do Instituto, porque senão continuaria a ser essa ilha), de se aproximar da economia e das empresas, propondo e promovendo cursos que efetivamente interessam para o desenvolvimento do nosso território. Por isso, o meu voto sim a esse louvor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Presumo que não haja mais declarações de voto. Dava a palavra, de novo, ao PSD para um voto louvor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Bom dia, senhor Presidente, uma vez mais. Bom dia a todos. O Centro de Karate Bushido da Guarda, participou no Campeonato Mundial FSKA 2024, na Índia, em Goa, nos dias 8, 9 e 10 de novembro. Os extraordinários resultados obtidos pelos atletas e treinador neste campeonato, merecem o nosso mais sincero voto de louvor e reconhecimento. Esta notável conquista é fruto de muita

dedicação, disciplina e espírito de equipa, que são um verdadeiro exemplo de excelência e perseverança. O sucesso obtido não é apenas um testemunho das habilidades técnicas e táticas dos nossos competidores, mas também de sua integridade, disciplina e paixão pelo karaté. Este triunfo é uma fonte de orgulho, não apenas para a associação, mas para toda a nossa cidade, inspirando novos praticantes e elevando o nome do nosso país e da nossa cidade, a Guarda, a nível internacional. Gostaríamos também de expressar com este voto, a nossa gratidão a todos os patrocinadores, com uma especial atenção à “Câmara Municipal da Guarda” e à “Junta de Freguesia da Guarda”, cujo apoio inestimável foi fundamental para tornar possível esta realização. A confiança e o investimento permitiram que os nossos atletas competissem ao mais alto nível e demonstrassem todo o seu potencial. É com grande orgulho e admiração que felicitamos todos os envolvidos por este feito memorável e que este caminho seja de muitas outras vitórias e realizações. Obrigada a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado se deseja pronunciar sobre este voto de louvor? Presumo que não. Colocava-o à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----

----- **Centro de Karate Bushido da Guarda** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Seguidamente, o voto de congratulação do PG.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “A Guarda acolheu, entre 22 e 27 de outubro, as comemorações do dia do Exército pela primeira vez na sua história. Este momento foi assinalado com um programa extenso e eclético, com iniciativas para os cidadãos da Guarda e demais visitantes que se deslocaram aos diferentes locais onde se desenrolaram estas comemorações. Em seis intensos dias, realizaram-se cerimónias solenes, de homenagem e de carácter militar, exposições, eventos culturais como concertos ou o sarau gímnico e musical e atividades radicais, entre outros. Esta iniciativa foi um sucesso organizacional, envolveu o concelho e colocou a Guarda em destaque.

As Comemorações do 825º Aniversário da Cidade, celebrado a 27 de novembro, mas com uma programação que se estendeu de dia 21 a 29, foram mais um momento de celebração. A sessão solene, momento cimeiro e muito participado das celebrações, contou com a presença a Senhora Ministra da Administração Interna e figuras cimeiras do Exército, das forças de segurança, proteção e socorro e da sociedade civil, muitas delas homenageadas nesta cerimónia. As comemorações do Dia do Exército e do Dia da Cidade revestiram-se de relevância pela projeção que deram à Guarda, pelos compromissos celebrados e assumidos e pelas personalidades que se associaram aos guardenses na homenagem e celebração da sua cidade. Face ao exposto, o grupo municipal Pela Guarda propõe um voto de congratulação pela realização e impacto destes dois momentos e agradece ao município e aos seus funcionários pela concretização exemplar dos mesmos. Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir sobre este voto de congratulação, tem a palavra. Presumo que não. Colocava, o voto, à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Congratulação** -----

----- **Dia do Exército 2024 e Dia da Cidade da Guarda 2024** -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e nove votos a favor e oito abstenções. -----

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento o a si, a todos os presentes e a quem nos acompanha via digital. A bancada do PS absteve-se na votação deste voto de louvor porque entende que o reconhecimento ao Exército já foi devidamente prestado na cerimónia do Dia da Cidade, com a condecoração do Chefe do Estado-Maior do Exército, com a Medalha de Honra do Município - Grau Ouro. Esse momento de grande relevância e simbolismo foi um marco adequado para homenagear as Forças Armadas pela sua colaboração e contributo para o desenvolvimento da nossa cidade. Embora o trabalho do Exército e das Forças Armadas, na organização das comemorações do Dia do Exército, tenha sido de elevado nível e tenha trazido um impacto positivo à nossa cidade, consideramos que o papel da autarquia, ainda que importante, se limitou ao cumprimento das suas responsabilidades institucionais. Não obstante, destacamos o empenho e a dedicação dos funcionários

municipais que foram essenciais para o sucesso das comemorações. Assim, ao nos abstermos, expressamos o nosso agradecimento e apreço por todo o trabalho realizado, mas reafirmamos que o reconhecimento devido já foi adequadamente concretizado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma declaração de voto? Penso que não há mais nenhuma declaração de voto. Passava, então, à moção do Partido Socialista sobre o CEIS.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mais uma vez, bom dia. O Governo do Partido Socialista prometeu e cumpriu! O Centro para a Economia e Inovação Social foi instalado na Guarda, em abril de 2023. Uma visão estratégica, ambiciosa e de futuro, tendo como objetivo obstar à desertificação do Interior, porque todos os investimentos nesta região são fundamentais para construirmos uma unidade como País. Este Centro tinha como principal missão transformar e digitalizar a área da Economia Social, criando literacia, capacitando pessoas e definindo estratégias para que os recursos humanos que trabalham nesta área fossem ainda mais valorizados. Afinal, a Economia Social é a Economia das Pessoas! Desde que foi criado, passaram até à data seiscentos dias! O CEIS adquiriu instalações próprias na nossa cidade, onde emprega atualmente dezanove pessoas da região (e não só) e conta com cerca de cem formadores, ou seja, estamos a falar de um universo já com mais de cento e vinte pessoas. Neste curto tempo de vida o CEIS conseguiu impor-se, ganhar o seu espaço na Economia Social e ser reconhecido pelo seu empenho que é fundamental para o desenvolvimento da Economia Social. Foi desenvolvido um trabalho profundo, sério, de impacto e modernização deste terceiro setor. Além de todas as ações indicadas, destaque também para as candidaturas realizadas, candidaturas essas que sempre tiveram elevadas pontuações e que podem chegar aos 5 milhões de euros. Mas o atual Governo da AD decidiu extinguir o CEIS, reforçando a sua falta de compromisso e respeito pelo Interior. O atual Governo da AD decidiu extinguir o CEIS sem qualquer tipo de respeito pelo trabalho realizado, sem respeito por quem integra o Centro e sem qualquer tipo de respeito pelos Guardenses. O atual Governo da AD decidiu extinguir o CEIS sem qualquer tipo de estudo ou avaliação. O atual Governo da AD decidiu extinguir o CEIS sem qualquer tipo de reunião ou informação antecipada com os parceiros espanhóis, o que deixa uma imagem péssima do nosso país perante Espanha. O atual Governo da AD decidiu extinguir o CEIS,

tomando uma decisão... só “porque sim”, destruindo o trabalho em curso, deitando ao lixo “milhares de euros investidos que são dos portugueses”, mesmo que isso impacte o futuro. Por que razão desistiu o governo da AD da Guarda e do Interior? Estamos todos confortáveis para que este Centro possa ser mais uma dependência de Lisboa? É mais uma machadada de retrocesso? É isto que queremos para a Guarda? Ou há alguma informação que o PS não saiba? De lembrar que o grupo do PS da Assembleia Municipal da Guarda sempre votou, ao longo dos anos, favoravelmente, as propostas de qualquer proponente, que tinham como finalidade o bem do Interior. Esta foi uma decisão que foi tomada sem respeito pelo trabalho levado a cabo por este Centro e pelos seus profissionais, à revelia do interesse que esta Instituição tem para o desenvolvimento do Interior e dos compromissos internacionais assumidos. Esta decisão prejudica manifestamente a Guarda, a Economia Social e as nossas relações internacionais para com o país vizinho. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão do dia 4 de dezembro de 2024, exige, junto do Governo, que mantenha a sede e centro de decisão na Guarda do novo Centro para a Economia Social. Depois, enviar esta moção a todas as entidades. No seguimento das moções que já foram anteriormente apresentadas, o Partido Socialista, no sentido de defesa dos guardense e de defesa de tudo aquilo que se faz na Guarda, estamos dispostos, caso alguma bancada não se sinta confortável com o texto inicial, a poder alterar o texto no sentido de defender os guardenses.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava esta moção, do Partido Socialista, à discussão. Senhor Deputado, deseja falar? Faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, comungamos, obviamente, em praticamente tudo o que está contido na moção e principalmente na defesa intransigente dos interesses dos guardenses. Comungamos, também, naquilo que sabemos de positivo que o CEIS tem efetuado e a importância e a alavanca que é para a economia local e para a formação local. Portanto, não temos qualquer dúvida em votar favorável esta moção. Contudo, há aqui dois pormenores, que para vocês podem ser maiores, que tem a ver com a palavra extinção. No fundo, o CEIS, tecnicamente, é extinto, mas vai resultar numa fusão com outro centro

parecido com o que nós temos aqui. Por outro lado, eu penso que daqui não resulta ou não se pode concluir que o Governo PSD, do qual eu não faço parte, como é óbvio, mas que o Governo PSD tenha tido uma atitude diferente para com a população da Guarda, ou de desinteresse ou de fazer cair este projeto. Nós, Deputados aqui do PSD, e o PSD distrital, vamos, obviamente, lutar para que o CEIS - não como CEIS, mas com fusão de duas instituições - os órgãos de decisão permaneçam na Guarda e as estruturas aqui montadas continuem, obviamente, na Guarda, até porque custaram dinheiro ao erário público. Portanto, se aceitarem alterar a palavra extinção e transformá-la em fusão e não colocarem tanto ónus em cima do Governo numa situação de desinteresse, porque acho que não existiu desinteresse, nós, obviamente, iremos votar a favor. Obrigado.” --

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Repito exatamente aquilo que acabei de dizer: estamos abertos a todas as sugestões. Como é óbvio, iremos acolher vossa sugestão no sentido único de defesa dos guardenses e do interesse da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, parecendo à Mesa haver abertura para uma adaptação ou uma pequena alteração à moção, e como são 12h27 e não vamos almoçar já, interrompemos por 5 minutos (mas são 5 minutos), para vos possibilitar uma fusão. Pode ser? Não é preciso? Pronto, está entendido então. Muito obrigado. Mais alguma intervenção sobre esta moção? Penso que não. Então, colocava esta moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS)** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Terminadas as moções que entraram tempestivamente na plataforma, dávamos agora continuidade e dava, de novo, a palavra, ao senhor Deputado Miguel Borges, ou quem entender, sobre a Moção Contra o Desinvestimento no Interior. É a senhora Deputada? Faça favor.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, todos os que nos estão a ouvir. Moção Contra o Desinvestimento no Interior. Nós não somos um mero Interior, uma mera palavra. Interior. Nós somos as

peças do Interior, aquelas que viveram sempre à beira de Espanha, mais perto da Europa. Aquelas pessoas que foram para a Europa muito antes do que a maior parte dos senhores e senhoras de Lisboa, chamemos-lhe assim. Os senhores e as senhoras de Lisboa, esquecem-se que os seus antepassados, e até os próprios, vieram de lá, os seus pais viveram lá no Interior, quando os mandaram estudar para a cidade! São também eles emigrantes do tal Interior. Outros, os que nunca lá viveram, perguntam, na sua ignorância, se no interior há peixe fresco. Lá, ou seja, cá, onde de facto há peixe fresco, água pura, ar com menos poluição, vivem pessoas. E essas pessoas fazem trabalho de excelência como em qualquer parte do mundo. E fornecem Lisboa e o mundo com os melhores escritores, os mais competentes técnicos e eficientes trabalhadores de todas as profissões, com a melhor comida, o melhor queijo e vinho do melhor. O Interior infelizmente, enfrenta uma crescente marginalização devido a decisões políticas recentes, centralistas e desprovidas de visão estratégica. A extinção do CEIS - uma conquista inovadora para o setor da Economia Social alcançada pelo PS - simboliza o retrocesso e a desvalorização do potencial do Interior. O corte em projetos emblemáticos como o Programa de Revitalização da Serra da Estrela, a paralisação do Porto Seco da Guarda, crucial para dinamizar a logística e a economia locais. Escandalosamente, a verba para o programa de revitalização da Serra da Estrela teve um corte para cem vezes menos, passando de 155 milhões de euros para 1 milhão e meio de euros neste orçamento. Ainda não satisfeitos, durante a votação do OE na especialidade, o PSD, o CDS e o Chega votaram contra a proposta do Programa de Valorização do Interior do Partido Socialista, que promovia um conjunto de medidas de promoção e desenvolvimento do Interior, nomeadamente melhorias nas acessibilidades, na mobilidade, no emprego e no reforço das escolas e instituições de Ensino Superior. Nessa proposta, mais precisamente no ponto 2 desta proposta, propõe-se a continuidade do processo de desenvolvimento do Porto Seco na Guarda. Foi chumbada. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão de 4 de dezembro, decide: 1 - Condenar as políticas do Governo PSD que desvalorizam territórios de baixa densidade, enfraquecendo conquistas estruturais. 2 - Exigir um compromisso claro do Governo para priorizar projetos estratégicos como o Porto Seco e os programas de revitalização regional. 3 - Exigir a continuação dos projetos que visam o desenvolvimento do Interior, o reconhecimento da sua equidade relativamente às

grandes cidades do litoral transformando-nos finalmente num país onde a coesão territorial e o respeito por todas as pessoas seja uma realidade. 4 - Enviar esta moção ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Colocava esta moção à discussão. Não sei se alguma senhora ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre a mesma? Senhor Deputado Miguel Borges, na sequência da moção anterior, creio que retiraram a palavra extinção, não foi? Por fusão. E nesta mantêm a expressão extinção? Aqui mantêm. Só para não haver aqui dúvidas. Colocava, então, à discussão, esta moção. Não parece haver. Colocado, então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Contra o Desinvestimento no Interior** -----

- Aprovada, por maioria, com cinquenta e um votos a favor, três abstenções e doze votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Naturalmente que a declaração de voto contra deve-se ao facto de, numa comunicação desta natureza, ir buscar decisões da Assembleia de um órgão nacional, transportando para a Assembleia Municipal da Guarda, onde, de facto, também estamos aqui a representar os partidos, mas politizar este assunto não me parece bem. Aliás, eu vi, ontem mesmo, umas imagens, umas fotografias publicadas pela Câmara Municipal da Guarda, em que, suponho, o senhor Presidente da Câmara tenha estado reunido recentemente com o Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz. E dessa reunião resulta que há a promessa para que a Linha da Beira Alta esteja em pleno funcionamento no próximo ano e também o arranque definitivo do Porto Seco. O senhor Presidente da Câmara está aqui, poderá falar sobre o assunto. E, portanto, o Governo do PSD não é contra o desenvolvimento da Guarda. Isso não é, de todo. Não há nenhum governo, que eu saiba, que seja contra o desenvolvimento de um território. Podemos ser mais assertivos. É evidente que sim, podemos tomar outras iniciativas. Agora, quando um Ministro vem à Guarda e diz: “isto

é assim”, temos que acreditar que assim seja, como é evidente. Uma das questões que eu ia colocar ao senhor Presidente, no período final desta Assembleia, era exatamente com o que é que se comprometeu o Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz. Quanto a isso, acho que não há aqui nenhuma má vontade e, portanto, o nosso voto contra é mais pela politização, como já houve votos anteriores também no mesmo sentido. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Beatriz Realinho Pires, Deputada (BE):** “O Bloco de Esquerda votou, obviamente, a favor da desta moção, mas gostaríamos também de ter visto o PS, na altura, a fazer o que agora está a apregoar, não é? Nomeadamente, a reabertura das linhas ferroviárias, assim como a proposta do Bloco de Esquerda de acabar com as portagens, que já tinham sido propostas na antiga legislatura. Gostávamos de ter visto o PS com a mesma posição na altura que tem agora. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado Oliveira, faça favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Eu venho aqui prestar uma declaração de voto sobre esta moção, por uma razão simples. Eu acho que todos somos poucos, quando é para reivindicar benefícios para o Interior e para as populações que cá estão. E eu compreendo mal que haja, de facto, políticos e posicionamentos contra esta premissa. Nós devíamos ser pagos para estar no Interior. Os nossos governantes, os nossos governos devem pensar que nós não usufruímos dos benefícios que as pessoas têm nos grandes centros e, portanto, têm que estar atentos. Nós devíamos usufruir de condições especiais em termos fiscais, em termos de transportes, em termos de saúde. E, portanto, tudo o que reivindica bem-estar para as nossas populações, devíamos estar sempre por aí, sempre com este sentido de voto. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Mais uma vez, acho que já é boa tarde. Eu concordo em absoluto, aliás, subscrevo tudo o que o senhor Deputado acabou de dizer. A minha

abstenção tem a ver que o seguinte facto: concordo em absoluto com o conteúdo, não concordo é com a forma. Deixem-se de politiquices!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja fazer declaração de voto? Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu votei favoravelmente esta proposta e é claro que é uma proposta política. Não tem nada a ver com outra coisa. É uma proposta política. E aqui está quem defende ou quem não defende a Guarda. É assim: abolição de portagens - PSD votou contra; redução do custo do IVA da eletricidade - PSD votou contra; Programa de Revitalização da Serra da Estrela, 150 milhões de euros - PSD reduziu para 1,5 milhões. O CEIS, nós hoje já votámos uma moção por unanimidade. E, portanto, veja, no Programa de Revitalização do Interior está lá escrito, no ponto número 2 (votado, em Orçamento, na especialidade): continuar a financiar o Porto Seco. Sabem o que é que o PSD fez? Votou contra! Portanto, é político, senhor Deputado. Claro que é político. É a diferença, entre o Partido Socialista e o PSD, quando está no Governo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom, declaração de voto por que é que votei contra. Em primeiro lugar, também por algum respeito pelo CDS. O Governo é da AD. Coitado do CDS que é tantas vezes esquecido e também está no Governo, por respeito aqui à senhora Professora. É só uma achega. Eu, ainda há pouco, numa situação um pouco inusitada, até fui aplaudido pela bancada do PS por uma coisa que disse. Creio que, desta vez, já não vou ser aplaudido. Fazendo também referência a essa intervenção que tive, falei de uma peça de teatro de Oscar Wilde, que é a importância de se chamar Ernesto e, na mesma senda, agora faço referência a uma peça de teatro de Shakespeare, que é o Much Ado About Nothing - tanto barulho por nada. Porque tanto nesta moção, como um pouco na anterior... quer dizer, na anterior parecia que houve a extinção do CEIS. Parece que, se formos lá hoje, o CEIS não está lá até com o logotipo na porta. Não foi bem assim. E, desta vez, também, não quer dizer que tenha passado a haver um

desinvestimento brutal para o Interior. Isto da questão das portagens também já sabem qual é a minha posição, creio eu. Portanto, nem vamos por aí. Mas dizerem que num ponto da proposta do programa de valorização em que estava a continuidade ao processo de desenvolvimento do Porto Seco na Guarda e foi chumbado, quer dizer que já não vamos ter Porto Seco. Não é bem assim, não é? Como? É o que aqui está: “nessa proposta, mais precisamente ponto 2 dessa proposta, propõe-se a continuidade do processo de desenvolvimento do Porto Seco na Guarda, foi chumbada.” Mas já estiveram aqui a dizer que ainda ontem esteve cá o Ministro das Infraestruturas e Habitação e voltou a reafirmar o compromisso com o Porto Seco. E, por exemplo, aqui o escândalo do programa de revitalização que passou para 1 milhão e meio. Também não estamos contentes com isso e, da nossa parte, fazemos uma exigência também ao nosso Governo, até porque somos da AD...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, os 2 minutos...” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Não posso acabar?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode acabar.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Eu peço desculpa, alonguei-me. Peço desculpa. Mas agora são aqui 1 milhão e meio. Eu pergunto, dos 150 milhões de euros que aqui estão, quanto é que de facto entraram? Porque, falando dos orçamentos, e falando particularmente do PS, tínhamos uma coisa que eram as cativações. De todos estes investimentos que o PS fala, quantos é que, de facto, entraram, na prática, no nosso território? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Penso que há mais uma declaração de voto. Faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “O que eu acho sobre isto é que o senhor Deputado do PS, e o PS, não pode continuar e não pode questionar a paralisação do Porto Seco, por um erro, quase que de palmatória, do PS. É que a candidatura foi feita à CCDR do Norte, quando devia ter sido apresentada à CCDR do Centro. É verdade que o Porto de Leixões pertence à CCDR do Norte e isto vai atrasar tudo. E eu acho, sobretudo, senhor Deputado, que devíamos aqui ser leais um bocadinho com as nossas

convicções, mas não esquecer que todos podemos errar, afinal todos podemos errar e vocês também erraram.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em si, cumprimento todos os que me ouvem. De uma forma muito telegráfica, votei a favor com muita convicção. Mas também gostava, como diz aqui o PSD, e bem, que os que estão na primeira fila dissessem: condenar todos os políticos de todos os governos que extinguiram ou não fizeram algumas coisas Interior. Porque, se formos à extinção, esta é uma proposta. O PS extinguiu mesmo a Secretaria de Estado e fazia-nos cá falta. Eu gostava que cá estivesse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, então, à última moção entrada hoje. Senhores deputados, já terminaram os apartes, de modo a que possamos avançar? Muito obrigado. A última moção é a moção do PG, Linha de Muito Alta Tensão, Fundão-Vilarouco. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, mais uma vez, senhor Presidente, em si, cumprimento todos os que me ouvem. Vamos, então, agora, falar do assunto desta Assembleia. É o assunto mais importante. Tem impactos na saúde das nossas populações. Concordamos com tudo o que é dito na argumentação geral da moção do PSD. Não concordamos, e é a única diferença que temos, em relação à incriminação de um órgão que não é licenciador, que é a Câmara, nem concordamos que sejam menosprezados os técnicos da nossa Autarquia. Por isso nós distribuímos, e foi só por isso que distribuímos o texto para que vocês tenham acesso ao texto da moção. A moção, penso eu que é clara. A moção é clara e sublinhamos, para todos os Presidentes de Junta, para todo o território, hoje e no futuro e sempre, que: “No entanto, é inaceitável que postes elétricos de grandes dimensões estejam planeados para serem instalados junto de residências, explorações agrícolas, expondo diretamente os habitantes daquelas freguesias.” Está escrito clarinho na nossa moção. A colocação de linhas elétricas tem, obviamente, impactos significativos no meio ambiente. Os ecossistemas sofrem, obviamente, com isso. A responsabilidade pelo planeamento e execução do traçado...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, está um orador a falar. Muito obrigado.” -----

- **José Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eles ouvem-me, que eu vou falar mais alto. Obrigado pela interrupção, deu-me oxigénio. A responsabilidade pelo planeamento, execução ou traçado deste projeto cabe exclusivamente à REN (Redes Elétricas Nacionais) e à APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Aqui, fora do texto, entidades que estão sobre a alçada do Governo da Nação. O Governo não é do PSD, nem é da AD. É o Governo de todos nós. Pode, acredito, que o PSD e o CDS (aqui ilustremente representado) que alterem no sentido de proteger as populações. O PSD tem a faca e o queijo na mão. O PSD tem a faca e o queijo na mão. Pode, se quiser, fazer até ajustamentos normativos para facilitar a vida dos residentes do Interior, porque não são só os guardenses que estão em causa, obviamente. Apelo até para que isso seja feito. É crucial, ainda, que Assembleia Municipal da Guarda assuma um papel de liderança na preparação para a nova discussão pública - que pensamos que deve ser revisitada - promovida pela Direção-Geral de Energia e Geologia, após negociações com os proprietários, os seus representantes, a definição do traçado. Esta discussão será determinante para que o Município se deva posicionar como o principal defensor das vozes das populações e das entidades locais, instando a Direção Geral referida e a REN a incorporar soluções que respeitem os direitos das comunidades afetadas. É clarinho, para nós, isso. Assim, e em síntese porque vocês têm o texto disponível, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 4 de dezembro de 2024: - Exige que estas entidades garantam a implementação das melhores soluções técnicas para minimizar os impactos sobre as habitações, os terrenos agrícolas e os valores ambientais das freguesias afetadas; - Solicita que a APA e a REN realizem sessões de esclarecimento para as populações locais, promovendo transparência e diálogo no desenvolvimento dos seus projetos; - Apela e propõe que a Câmara Municipal da Guarda acompanhe e dê apoio jurídico aos proprietários das habitações que considerem os seus direitos afetados... (fui claro?) Apelamos e propomos que a Câmara Municipal da Guarda acompanhe e dê apoio jurídico, se necessário, aos proprietários das habitações, ou seus representantes, que considerem os seus direitos afetados, assegurando que as populações sejam devidamente representadas; - Reconhece a importância de projetos de sustentabilidade

energética, mas reforça que a sua implementação deve respeitar a qualidade de vida das populações e as especificidades do território. Aqui, sobre isso, só um pontinho fora: o nosso território é, provavelmente, juntamente com as populações, o bem do Interior. Nós não podemos deixar beliscar o nosso território, nem podemos deixar que belisquem a dignidade das nossas populações. Desta Moção deverá ser dado conhecimento a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, à Senhora Ministra do Ambiente e Energia, ao Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), às Redes Energéticas Nacionais (REN), à Direção-Geral de Energia e Geologia, Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e à Câmara Municipal da Guarda. Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta moção? É agora o momento oportuno. Deseja? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, em relação a esta moção, concordamos em tudo o que disse o Dr. Valbom. Só que ficou algo por dizer. Mas pronto, concordamos com tudo o que ele disse. É um assunto importantíssimo, concordamos, claro. Contudo, a moção foi só apresentada, hoje, em cima da hora. Interessante. É tão importante que a moção foi apresentada hoje e foi preciso recorrer ao plenário para ser aprovada e para ser apresentada. Pede-se, na moção, para visitar a discussão pública que nunca foi visitada. Não houve discussão pública até agora. Agora vamos visitar o quê? O que não se visitou. É quase cópia da nossa moção, da moção do PSD. Se estiverem atentos, há quase um *copy past*. E ainda bem. E daqui foi retirada, da nossa moção, foi retirada a intervenção aparentemente menos positiva ou displicente da Câmara Municipal. Quiçá, foi no recato, como é habitual, e só agora vamos a reboque da espuma das ondas. A espuma das ondas não faz mover nada. Não move, não mexe. Lealdade à população versus lealdade ao movimento político, ao PG, faz a diferença. Votaremos favoravelmente, obviamente, porque nós somos leais ao povo. Obrigado.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como já tínhamos dito, iremos votar favoravelmente. Pensamos que esta moção nem sequer devia ter entrado, uma vez que a moção do PSD praticamente dizia tudo isto. E, como eu disse há pouco, reconhecer os erros também faz parte da política. Depois, dizer-vos que o Partido Socialista está disponível para todo o tipo de ato que nós aqui achamos que será o melhor para defender as populações. Quer dizer, se todos acharmos que nos devemos manifestar à porta das entidades, o que quer que seja, o Partido Socialista está disponível.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, deseja esclarecer mais alguma coisa? Ainda tem tempo o PG, se esgotar!” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia mais uma vez. Em si, senhor Presidente, cumprimento todos os que me ouvem. Só para um esclarecimento. A moção do PSD foi vista por nós, desde a primeira hora, como uma peça importante e que não podíamos deixar passar assuntos pontuais. Acreditei e por isso telefonei ao meu amigo João Correia para alterarmos e fazermos um texto em conjunto. Por acaso, se calhar, ingenuamente. Porque uma coisa é falar com o João Correia, outra coisa é o que depois o João Correia, articulando com os outros... comigo também acontece a mesma coisa... depois de se articular eu pensei que efetivamente íamos chegar a um texto conjunto. Por isso, a razão da cópia. É quase igual. É quase igual porque nós concordamos exatamente com o que vocês dizem. Não tenha dúvidas sobre isso. E eu queria... eu queria... Mas eu não tenho dúvidas. Foi de propósito que nós fizemos um texto muito similar, praticamente igual, (se quiser dizer cópia pode dizer que não tem problema nenhum) em relação ao PSD, porque eu estava convencido de que nós íamos fazer aqui uma fusão. Politicamente, ficava-nos bem aos dois. E eu sei que não foi por si, por isso o assunto está encerrado. Agora, não foi feito um gesto que eu valorizei (e disse ao meu amigo Borges quando aqui passou, quando acedeu a alterar a moção para ter unanimidade) e eu pensei que hoje o PSD ia fazer o mesmo. Lamento que não o tenha feito. Mas eu não tenho problema nenhum de dizer que concordo com o PSD no texto que lá está. Obviamente, não concordo com aquilo que foi posto de propósito para nos provocar politicamente. Aquilo que o meu amigo Calheiros, e muito bem, chamou aqui neste púlpito hoje: tricas políticas. Com o essencial, estamos obviamente de acordo. Não

tem problema nenhum. Agora, houve, nesta moção e neste assunto, tricas políticas. As palavras são do meu amigo Calheiros, temos que o assumir e vamos a votos. Eu apelo a que votem a favor. Isso agradeço e o assunto fica aqui. Nós não ganhamos, porque o PG não ganha nesta moção. Quem ganha é a cidade se sair daqui uma opinião unânime. E não é a opinião do PG, é a opinião do CDS (vai votar, penso eu, a favor), ainda não sei a opinião do CHEGA (mas acredito que também vota a favor), é a opinião do PSD, é a opinião do PG, é a opinião do PS. E acredito vivamente, de uma forma sincera. E agradeço, porque assim é que se defende a Guarda. E Bloco de Esquerda! É engraçado que até na Bíblia é assim: os mais bonitos e os mais importantes ficam para o fim. Desculpe lá, Bloco de Esquerda!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Os Independentes ainda têm 3 minutos e 30 segundos. A pergunta que o senhor Secretário faz é se lhe dão tempo para ele poder, de novo, intervir sobre este tema. Dão? Faça favor.” -----

- **António Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana (Independente):** “Bom dia, mais uma vez. É muito rápido. Aquilo que eu apelava era que efetivamente houvesse uma alteração legislativa para que fossem tomadas medidas a nível nacional que reduzissem efetivamente este problema, porque, mais tarde ou mais cedo, voltamos a ter novamente o mesmo problema. Em 2018 saiu um decreto regulamentar que classificou as habitações como infraestruturas sensíveis, obrigando a que ao eixo da linha tenha, no mínimo, quarenta e cinco metros. A mim parece-me pouco. Portanto, temos que nos unir todos para junto do poder central, a Assembleia da República, a legislação contemplar medidas efetivas de distanciamento das habitações a este tipo de infraestruturas, nomeadamente criar condições para que os corredores nunca estejam a menos de cem metros destas infraestruturas sensíveis. E, se formos à legislação, infraestruturas sensíveis são: escolas, hospitais e depois edifícios residenciais. Portanto, acho que é importante unirmo-nos todos nesse sentido, para que, no futuro, não venhamos a ter novamente estes problemas. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais alguma intervenção? Presumo que não. Colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Linha de Muito Alta Tensão Fundão - Vilarouco** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O Senhor Secretário da Mesa não saiu. O que o Regimento diz é que ele só pode voltar a ocupar o lugar na Mesa depois da votação ser efetuada. Votou. Está ali. Terminámos as moções, as recomendações e os votos de louvor... Não estou a perceber. Declaração de voto? Faça favor. Tem 2 minutos, senhor Deputado. Faça favor” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “O senhor Deputado Valbom, há bocado, pôs em dúvida onde é que eu ia votar. O senhor Deputado Valbom nunca tenha dúvida que eu sou livre e liberto de partidarites. O meu interesse é a Guarda. Não me situo, nesta perspetiva, em nenhum quadrante político, portanto, só podia votar que sim. Aliás, são coincidentes as moções. Há bocado o senhor Presidente de Junta, acho que em sede de defesa da honra, justificou o facto de o voto negativo ser em defesa da Guarda e dos cidadãos da Guarda. Pelas mesmas razões, que são a defesa da Guarda, ele votou contra. Eu votei a favor, usando os argumentos em defesa da Guarda. Portanto, não percebi o voto contra do senhor Presidente de Junta na altura, porque ele depois veio subscrever esta atitude, ao dizer: o que me interessa é a defesa da Guarda, da população da Guarda e da minha Junta de Freguesia. É isso mesmo, nisso estamos todos juntos, sem dúvida nenhuma. Por isso eu não entendi o voto dele na altura e por isso eu disse que os argumentos deles servem perfeitamente a mim, mas para dizer que sim. Não sei se fui claro nesta minha observação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais alguma declaração de voto? Presumo que não. Terminadas as moções, recomendações e votos, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se desejar intervir. Ainda querem falar? Quer falar ainda? Pronto. Senhor Deputado, o PG tem 39 segundos.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “O CDS deu-me tempo, o que muito agradeço. Pedi e deu. Isto é a democracia...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem 4 minutos e 39 segundos.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Vou tentar ser sintético, senhor Presidente. Vou ver se eu consigo perceber o sentido da última votação sobre os empréstimos. Houve uma votação no Executivo, falou-se de empréstimos e associou-se esses empréstimos a despesismo. Ontem, o senhor Primeiro-Ministro disse que os investimentos que o país faça, que sejam alavancados (estou a dizer as expressões deles) por investimentos externos, tornam-se muito rentáveis. Por isso não é um despesismo, é um investimento. Fiquei também um bocado surpreendido, porque eu não tenho origem suficientemente nobre para que não tenha que recorrer à banca. A banca é uma estrutura comercial inventada na Idade Média para facilitar estas coisas e, normalmente, a menos que as pessoas sejam muito ricas, para investirem têm que pedir. Foi assim que fiz para a primeira casa, foi assim que fiz para a segunda. Só não fiz isso em investimentos afetivos, mas em investimentos materiais tenho feito sempre assim. Que fique claro que um empréstimo é um investimento e os investimentos podem é ser discutíveis. Como disse o senhor Vereador, temos que escolher prioridades. Isso aí eu vou. Mas não vejo qual é a priorização quando o PS e o PSD, ou o PSD e o PS votaram contra todos os investimentos. Quais são, efetivamente, as prioridades? Vamos então ver: uma das obras era construir cinquenta e um fogos. Cinquenta e um fogos que é uma ideia do Dr. Álvaro, a Senhora Vereadora aqui presente fez um conjunto de diligências junto do IHRU para conseguirmos estas obras. Muito lhe agradecemos. E vicissitudes para a frente e vicissitudes para trás, dado que o IHRU também não é muito fácil de negociar, o que é certo é que não se conseguiu. Só se conseguiu agora. E nós também só conseguimos agora e precisamos de cerca de 2 milhões para um investimento financiado de 6,8 milhões, para se fazer um investimento de 9 milhões aqui na cidade. Factualmente, só posso dizer isto: o PS e o PSD, os seus Vereadores estiveram contra este investimento e contra esta obra. Não gostam, por isso, de casas. Entendidos. Vamos então à segunda: cofinanciamento para alojamento de estudantes. É claro, ainda hoje foi dito, foi feito aqui um voto de louvor ao IPG, que tenho a honra de ser um elemento do Conselho Geral. Graças a Deus que foi feito o voto de louvor. Votei com muita convicção a favor dele. Mas, uma coisa é certa: louvor, mas construir habitação para os estudantes não!

Ou seja, o PS e o PSD não querem alojamento para os estudantes do Politécnico. Parece-me claro. Bom, vamos então à outra. Não quero esta, então vamos ver se conseguimos outra: financiamento para a remodelação e adaptação do edifício da antiga Associação Comercial e respetiva fiscalização. Para nós conseguirmos construir a residência de estudantes é preciso que o organismo que lá está tenha instalações condignas. Sim, porque nós não podemos pô-los na rua, não podemos desalojar a Proteção Civil. Então, precisamos de lhes arranjar umas instalações condignas. Mas, factualmente, o PS e o PSD não querem que sejam remodeladas as instalações: - não, não as remodelamos. Então e como é que fazemos a residência de estudantes? Não pode. Há aqui qualquer coisa que não bate. Depois, aquisição...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o tempo não está a contar, mas tem à volta de 45 segundos, mais ou menos. Se mais ninguém lhe der tempo.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Aquisição de imóveis na zona histórica. Faço parte de uma associação que está preocupada com o Centro Histórico. Sempre vi o Partido Socialista preocupado com o Centro Histórico, e bem, é uma das razões que tem. Mas, quando se pensa em adquirir casas e remodelar: não, a senhora Vereadora vota contra. Não gosta, votou contra. Pronto, então vamos fazer o quê? Deixamos estar as casas iguais. E vamos a eleições dizer que o Partido Socialista quer estas casas iguais. Até já temos um cartaz para dizer isto. Ou fazemo-lo, ainda estamos a tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Financiamento e aquisição de cinco lotes. Eu vou já terminar. Aquisição de lotes, habitação social. Chatearam-nos a cabeça, até à quinta casa, que não temos propostas para a habitação social. Conseguimos agora e vocês votam contra! Verdadeiramente, o que se passa? É fácil. É de entender muito facilmente. Vocês são contra que o Presidente atual faça alguma coisa. Vocês são contra a Guarda. Vocês são contra a Guarda. Não pode ser assim. Digam: qual destas obras podemos levar à próxima reunião? Já que querem prioridades, digam-nos!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Ricardo Né queria falar. Pediu? Senhor Deputado, peço desculpa. Não me apercebi que tinha pedido a palavra. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, eu pensava que iria falar neste assunto relativamente ao orçamento, porque, no orçamento, pela primeira vez, vêm lá vincados os financiamentos que o senhor Presidente acha que são necessários para cumprir o orçamento. E, logo no orçamento, aquilo que diz, é que precisa de financiamento e que o primeiro financiamento que precisará é para cinquenta e uma habitações sociais, o segundo para residência de estudantes e, o terceiro, para a requalificação do edifício da antiga Associação Comercial. Primeiro financiamento. No segundo financiamento fala de mais coisas e, depois, no terceiro financiamento, fala da aquisição de lotes de terreno. Estamos a falar em três semanas. Apresentação do orçamento, passaram três semanas e a seguir vem o empréstimo. E o empréstimo que vem pedido já não corresponde àquilo que quinze dias antes tinha sido solicitado na Câmara. É que o problema é assim: o Partido Socialista já disse aqui que votará empréstimos quando os empréstimos estejam bem explicitados. Vejam, eu posso depois falar sobre isto, mas é assim: neste orçamento, o Popis, que custava 1 milhão de euros, já não consta! Pediram um empréstimo para o Popis. Neste orçamento, o estaleiro, que custava 1 milhão de euros, já não consta! Pediram 1 milhão de euros para o estaleiro. Relativamente à questão do Cabroeiro, nós dissemos que bastava terem as expropriações prontas, virem aqui e nós aprovaríamos o empréstimo. Até agora, nada! Pasmese! Para o próximo orçamento está previsto a contratação de uma entidade privada para auxiliar a Câmara a fazer DUP’s. DUP é a Declaração de Utilidade Pública naquela área. Portanto, sejamos completamente sérios, é isto que está em causa, é isto que os guardenses têm que saber. Sejamos sérios! Não se muda de opinião em quinze dias. Em quinze dias, o senhor Presidente mudou de ideias. Quando apresentou o orçamento, tinha... ó senhor Deputado Valbom, se calhar também o enganaram. Mas é a verdade, é consultar! Eu tenho aqui as páginas, se quiser ver. No primeiro financiamento aquilo que estava previsto era uma coisa, passado três semanas era uma coisa totalmente diferente. Acho que estamos todos de acordo que, quem gere o município, não pode gerir desta forma. Não pode ser, passados quinze dias, agora apeteceu-me mudar! Acho que todos concordamos, independentemente do partido, nós todos queremos o bem da Guarda.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe poder de síntese.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Acabo já. Acho que já disse tudo o que tinha para dizer. E, portanto, senhor Deputado, é assim: quando os pedidos de empréstimo forem coerentes, venham bem justificados, o Partido Socialista cá estará para votar favoravelmente. E para defender a senhora Vereadora, queria só dizer uma coisa. Na altura, a Senhora Vereadora, a razão que utilizou para ter votado contra este empréstimo, nem sequer foi isto que acabei de dizer. A razão utilizada foi o facto de o senhor Presidente querer ficar com o processo todo na mão e só depois nos trazer à Assembleia e não voltar ao órgão Executivo. E, portanto, foi por isso que a senhora Vereadora votou contra. Mas, relativamente a empréstimos, esta é a minha opinião.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Já agora, se, entretanto, o meu tempo acabar, o CHEGA, amavelmente, disponibilizou-me algum do seu tempo para complementar a minha intervenção. Relativamente àquilo que foi dito pelo senhor Deputado Borges, e que o PSD subscreve, só ser aqui um bocadinho mais preciso nos números. Portanto, a Câmara solicitou um empréstimo de vários milhões de euros e, decompondo esses empréstimos, eram, grosso modo, 450 mil para aquisição de imóveis, imóveis esses que são situados no Centro Histórico e que vão somar a outros vários imóveis que a Câmara, entretanto, adquiriu, que ninguém sabe para o que servem, continuam a apodrecer e, portanto, vamos aqui investir mais quase meio milhão de euros para fazer coleção de imóveis. Portanto, a Câmara da Guarda deixa de ser uma entidade pública para passar a ser uma imobiliária privada. Depois, também, prevê-se a construção de seis fogos no Bairro da Fraternidade para o qual foi solicitado 2.2 milhões de euros. Eu tenho aqui só a esclarecer aos presentes que o IHRU dispõe de mecanismos de financiamento em que, numa primeira fase, financiam 25%, podendo ir até 50%. Então, porque é que a Câmara não esgota, numa fase inicial, todas as opções de financiamento e, depois disso, se for caso, então parte-se para o empréstimo. Depois, os lotes no Bairro do Torrão, na chamada encosta do Sol. Então, estão tão preocupados em comprar lotes, eu não percebo para quê! Diz que é para fazer habitação. Então, mas a Câmara não tem outros terrenos, outras localizações que estejam ao abandono no centro da cidade ou relativamente perto daí, onde possam edificar esses prédios? E mais. No orçamento, senhor Deputado Borges, sabe qual é que

era a verba que estava inscrita para aquisição de terrenos? Eu vou-lhe dizer: 152 mil euros. Página 7 das Grandes Opções do Plano. E agora vão pedir 1.9 milhões quando há quinze dias tinham pedido pouco mais de 150 mil euros. Portanto, é esta a forma com que o Executivo gere as finanças da Câmara da Guarda. No entanto, tenho aqui a dizer mais algumas coisas. Sou e fui Deputado em vários mandatos diferentes, em diferentes conjunturas, com diferentes partidos. Não me lembro de ter assistido a uma sessão em que cinco cidadãos se disponibilizaram para questionar a Câmara da Guarda acerca de situações que os afligem e atingem diretamente o seu quotidiano. Um recorde! A democracia está mais participativa, dirão alguns mais distraídos. Outros mais atentos e fundamentados dirão: a revolta pelos guardenses é tanta que começou agora a transbordar. Diz-nos o dicionário da língua portuguesa, que, entre outras definições, traição é deslealdade para com um amigo ou pessoa com quem se tem algum laço de solidariedade ou outro tipo de compromisso. Começa, então, esta minha intervenção, por uma triste e lamentável constatação. O senhor Presidente da Câmara traiu a Guarda e há que dizê-lo sem tibiezas e sem qualquer tipo de reserva mental. O senhor Presidente da Câmara traiu a Guarda ao prometer um conjunto alargado de obras e investimentos urbanos que, após três anos, muito poucos ou quase nenhuns viram a luz do dia. O senhor Presidente da Câmara traiu a Guarda ao anunciar, com alguma regularidade, a instalação de empresas e criação de postos de trabalho, mas, na prática, as empresas não existem ou foram-se embora para outras paragens e a criação de postos de trabalho acompanhou essa movimentação. O senhor Presidente da Câmara traiu a Guarda ao condenar este concelho, durante três anos, a um atraso ruralizante que coloca esta cidade na cauda das capitais de distrito portuguesas. O senhor Presidente da Câmara traiu a Guarda ao não aproveitar as oportunidades turísticas do nosso concelho, esquecendo completamente o turista e ficando agradado com o mero visitante que pouco ou nada contribui para a economia local. O senhor Presidente da Câmara traiu a Guarda ao desprezar o nível e equipamentos culturais existentes, transformando uma dinâmica de prestígio reconhecida nacionalmente por uma cultura popularucha, regada a vinho tinto e carne entremeada (que é bem boa). O senhor Presidente da Câmara traiu a Guarda porque mantém um belíssimo Centro Histórico degradado, vandalizado e despovoado, à mercê de compras discricionárias de imóveis por parte da Autarquia, sem que um propósito ou fim definido tenha em vista. O senhor

Presidente da Câmara traiu a Guarda porque prometeu mais vida a este concelho e o que temos é cada vez mais um concelho sem vida. O senhor Presidente da Câmara traiu a Guarda porque gastou no supérfluo e foi incapaz de investir no essencial. Mas nem tudo são traições. Também tivemos momentos dignos de registo. Desde já parabeno o senhor Presidente da Câmara pela excelente atuação dramática como protagonista do papel principal na comédia trágica - “não fiz porque me chumbaram o orçamento” - onde desempenhou o papel de um autarca vítima de uma malvada conspiração da oposição. Senhor Presidente, esteja descansado que, se nas próximas eleições não ganhar esta Câmara (como eu desejo e todos desejamos), o espera um futuro brilhante em Hollywood. Tenho também de dar os parabéns ao senhor Presidente porque um dos seus legados foi lançar para esta cidade um objetivo desafiante, digno de registo e que colocará no mapa da História esta cidade serrana: fazer da Guarda a capital regional dos Santos Populares. Por favor, peço-lhe, encarecidamente, não siga os passos de Braga que foi considerada a Capital Europeia da Inovação. Nós, por cá, não queremos isso. Nós, por cá, queremos ser pequeninos, sem ambição e sem futuro. Não queremos um futuro como aquilo que o senhor nos prometeu em campanha. Queremos um futuro igual àquele que o seu mandato nos está a conduzir. É este o legado do PG. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O Bloco de Esquerda ainda tem três minutos, não sei se deseja fazer mais alguma intervenção?” -----

- **Beatriz Realinho Pires, Deputada (BE):** “Queria só referir este ponto na parte da tarde, mas está no documento que nos foi apresentado. Se existe então uma gestão tão prudente e responsável dos seus recursos, e está lá escrito, então não deveria existir a necessidade de tantos empréstimos por parte do Executivo. Pronto, era isto que queria deixar aqui. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Presumo que não havendo mais nada... Faça favor.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro (PSD):** “Pronto, eu, por circunstâncias da vida, estou aqui a falar pelo CHEGA. Não tinha intenção nenhuma disso, mas acontece. Eu, nestas intervenções que tenho, sobretudo gosto de ser esclarecido. Por isso é que faço tantos pedidos de

esclarecimento. E eu gostava de ser esclarecido numa coisa. Disseram que o PSD é contra a habitação social ou contra as habitações e contra as residências para estudantes. E eu tenho uma pergunta. É mesmo uma pergunta, eu gostava de ser esclarecido: neste mandato, o PG já inaugurou quantas destas casas de habitação social ou quantas destas residências que tanto promete, que tanto pede empréstimos, que tanto vai fazendo...? Pois, em quatro anos, não se fizeram! É impressionante como não há uma única casa a ser inaugurada. Não! Cinismo é, por exemplo, para uma coisa que tenho toda a propriedade para falar, porque já falei aqui precisamente sobre propriedade, que era a aquisição de imóveis do município andava a fazer. Para esses imóveis, o município não pediu financiamento nenhum, não pediu empréstimos a ninguém. E gastou mais de... eu, na altura, fiz as contas. Eram mais ou menos 700 mil euros, em ruínas, no centro histórico. Já fez alguma coisa nessas casas? Ou faltou o empréstimo? Faltou o empréstimo para fazer, mas para comprar não. Estamos aqui com prioridades trocadas, de vez em quando. É um esclarecimento. Eu quero é que os senhores me digam, se são tão amigos da habitação, quantas casas é que já inauguraram?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... Faça favor.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Boa tarde, novamente. O apoio às nossas entidades do setor social é sempre um investimento de louvar por todo o extraordinário e fundamental serviço que prestam à sociedade. Numa declaração do senhor Presidente do Município da Guarda, Eng.º Sérgio Costa, em setembro deste ano e no âmbito da entrega de apoios à às IPSS do concelho, foi referido o seguinte, e também está aqui nesta revista: conseguimos disponibilizar cerca de 700 mil euros, em apoio financeiro, para que as nossas IPSS conseguissem ter todas as condições para candidatar os seus projetos de futuro ao PRR. Recentemente visitei a CERCIG, a quem dou aqui publicamente os parabéns por todo o trabalho realizado e importância que tem na nossa região. Como é do conhecimento público, teve aprovados três projetos. Foi-nos indicado, no entanto, que não receberam nenhum tipo de apoio dos 700 mil euros indicados. E, por uma questão de transparência, gostaríamos de saber, senhor Presidente, quais foram os projetos que foram apoiados, quais os critérios utilizados para determinar a distribuição dos valores e em que condições foram atribuídos a esses

apoios? Além disso, o senhor Presidente comprometeu-se a apoiar a parte dos investimentos das organizações que não seria abrangida pelo PRR e gostávamos de questionar se esse apoio já foi atribuído e, se não foi, quando é que será e de que forma? Estas informações são fundamentais para garantir a transparência e compreender o real impacto destas verbas no desenvolvimento do concelho e na melhoria das condições de vida da população. Dizer também que, em conversa com o Diretor-Geral da CERCIG, fui informado que a CERCIG demonstrou interesse em desenvolver uma Unidade de Cuidados Continuados de longa duração no terreno contíguo à quinta da CERCIG. Este projeto enquadra-se num objetivo estratégico mais amplo que prevê, no futuro, a criação de uma Unidade de Cuidados Continuados de curta e média duração e, eventualmente, uma Unidade de Cuidados Paliativos. De referir que a CERCIG já dispõe de um contrato de financiamento para esta unidade. No entanto, segundo o que me foi referido, o terreno não foi cedido (e foi pedido formalmente pelo que me indicaram) por ter um valor muito elevado do ponto de vista comercial. Será que nos podia esclarecer sobre esta questão? E, mais importante, qual será o valor que a cidade perderá ao não se apoiar um projeto e tantos outros que a CERCIG tem vindo a desenvolver?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Olhando para o quadro, penso que... Está esgotado. O senhor Deputado cedeu o tempo, agora esgotou o tempo. Eu olho aqui para o quadro, só vejo o Bloco de Esquerda com 33 segundos, os Independentes com 2 minutos e 23 segundos e o senhor Presidente da Câmara com 12 minutos e 42 segundos. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara... Senhor Deputado, faça o favor de ocupar o seu lugar. Não tem cedência de tempo. O seu tempo está esgotado. Senhores Deputados, como se costuma dizer, a hora já vai avançada e dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Pedia-lhe a sua capacidade de síntese nos 12 minutos e 42 segundos. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Tentarei ser telegráfico, tanto quanto possível. Senhor Presidente, ainda sobre a questão da linha de alta tensão, referir também que foi questionada a Agência Portuguesa do Ambiente sobre o motivo pelo qual não consultou todas as entidades, designadamente as Juntas de Freguesia. Continuamos ainda sem resposta. E houve a preocupação do Município

em marcar com a REN e as Juntas de Freguesia várias reuniões. Já existiu uma (correto senhor Vereador?) e há um conjunto de outras que já estão marcadas, sempre com a preocupação para salvaguardar as eventuais alterações necessárias. Mas, infelizmente, ainda há uma Junta de Freguesia que não marcou a reunião. Não sei quais os motivos, mas ainda não quis fazer a marcação da reunião. Porque a primeira reunião é com as Juntas de Freguesia, a Câmara servirá de intermediária para tentar afinar os traçados antes de partir para outras lutas quaisquer. Porque é assim que se deve efetivamente fazer, discutir em cima da mesa. Não é por baixo da mesa. Mas também já aqui foi referido, há pouco, pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, os afastamentos às habitações que também nos devemos questionar o motivo pelo qual os vários governos que têm estado na nação, independentemente da cor política ou partidária, mas que ainda se permite que este tipo de linhas fique apenas a escassos seis metros de habitações. Devemos questionar o porquê disto ser permitido. Seis metros, é aquilo que efetivamente acontece nos termos da Lei. Mas também devemos dizer e lamentar que a REN esteja já a enviar cartas a proprietários sem que este processo esteja concluído em termos de traçado, principalmente nestas zonas de conflito latente. E por isso, e depois de ouvirmos o que aqui foi falado hoje, naturalmente, e o raciocínio que nós já tínhamos desenvolvido, tudo faremos, o que estiver ao nosso alcance, para ajudar os nossos municípios e disponibilizar, se necessário for, o apoio jurídico aos proprietários das habitações até agora identificados, que considerem os seus direitos lesados. Devo dizer também, tal como há pouco foi referido, e bem, que haverá nova discussão pública depois do projeto aprovado pela DGEG e todos devemos estar atentos a tudo isso. -----

Depois, falar sobre a questão do CEIS. Naturalmente realçar e elogiar o trabalho efetuado ao longo do último ano e meio. Todos estamos conscientes desse trabalho. E a nossa preocupação primeira tem a ver com os trabalhadores e, a seguir, com o centro de decisão. Na semana passada, como sabem, estive presente na Guarda o senhor Secretário de Estado do Trabalho. Esteve presente no CEIS. E eu estive depois com ele numa outra iniciativa de uma empresa que se sediou na Guarda há 2 anos (já falarei sobre isso) e abordámos o tema. Aquilo que o senhor Secretário de Estado, em primeira instância, referiu, foi que os trabalhadores não estão em causa. Portanto, os trabalhadores permanecerão na Guarda. E a questão do centro de decisão era uma

questão que ainda não tinha sido decidida. Estou a transmitir aquilo que me foi dito pelo Senhor Secretário de Estado. E, portanto, continuamos a acompanhar, tal como acompanhamos também as declarações da senhora Ministra da Administração Interna que no Dia da Cidade aqui referiu: por ela, terá toda a preocupação e todo o empenho em que todos os serviços que existem no Município da Guarda, Serviços Desconcentrados no Estado Central, aqui permaneçam. O trabalho do CEIS foi importante, mas eu aqui também posso e devo recordar também o trabalho muito importante, e falaremos mais adiante, o nosso trabalho na atração de pessoas e de empresas nos serviços públicos, como é o caso do CEIS, como é o caso da UEPS da GNR, na retenção de talentos. Sim, porque cada um, na sua medida e nas suas atribuições, acaba por atrair talento, seja na área B, na C ou na D. E com este trabalho que nós temos vindo a fazer ao longo deste mandato destes três anos, nós conseguimos a criação efetiva de cerca de mil postos de trabalho, conforme, mais adiante, eu terei oportunidade de referenciar. -----

Eu pedia agora aos serviços para que pudessem colocar a apresentação em PowerPoint. É uma apresentação similar àquela que eu já fiz aqui há alguns meses, mas parece que alguns Deputados estão mais preocupados em serem mal-educados e a tratar mal o Presidente da Câmara, do que perceber aquilo que é dito de meio em meio ano. Muito bem, só para recordar aquilo que já foi presente aqui nesta casa há cerca de meio ano, talvez mais, que tem a ver com a aprovação da primeira Estratégia Local de Habitação, em junho de 2021, e um Acordo de Colaboração que foi homologado em julho de 2022, naquele montante. Posteriormente, e depois de aqui termos aprovado a primeira alteração à Estratégia Local de Habitação em setembro de 2023, viemos a ter homologado pela tutela, em junho de 2024, um novo Acordo de Colaboração, decorrente daquela alteração à Estratégia Local de Habitação, de 24 milhões de euros. Como digo, isto não é fundo direto, é acordo de colaboração. É o montante máximo até onde nós podemos ir em habitação social. A acessível já lá vamos a seguir. Habitação social, 1º Direito, 24 milhões de euros. É só fazer as contas: 6x4 são 24 e, portanto, quase quadruplicou o montante do Acordo de Colaboração. Podemos ir agora para a página seguinte. Do lado esquerdo e recordando uma vez mais: 1º Direito, candidaturas aprovadas do Município da Guarda - a construção de quarenta e oito fogos no Bairro

das Lameirinhas. Já falei o porquê dos cinquenta e um, a candidatura naquele montante de 6,5 milhões de euros. Na obra que foi adjudicada, não foi de quarenta e oito, mas foi de cinquenta e um, porque há lá três beneficiários diretos. Um é o próprio Município, outros são dois privados porque temos que resolver uma questão que tem a ver com a propriedade resolúvel, um problema do IHRU que se arrasta há trinta anos e nós temos que resolver e por isso está lá tudo incluído. E daí as cinquenta e uma habitações, numa obra adjudicada no montante de 9 milhões de euros. Aqui não incluímos aqueles 414 mil euros que estão em baixo, que já gastámos com o projeto, com a revisão do projeto, com o projeto de loteamento e com a fiscalização que ainda há de estar para vir. Do lado direito: as candidaturas que aguardam aprovação do IHRU - 1º Direito. Estamos a falar de um primeiro fogo no Bairro das Lameirinhas, que faz parte daqueles cinquenta e um que estão ali do lado esquerdo; a aquisição daqueles fogos todos no centro histórico, (são cinquenta e oito, só no centro histórico). Há pouco, parece que alguém deve comer algum queijo, não sabe para que serve... Desculpem! Até o microfone se queixa perante tanto chorrilho de asneiras. Mas está aqui outra vez, passados seis ou nove meses, que é para verem. Podem fotografar à vontade, para depois não andarem a dizer coisas que são mentira e são infundadas. Cinquenta e oito fogos no centro histórico, mais quatro no Bairro Salazar/ Bairro 25 de Abril, e sete fogos nas escolas do concelho. E depois ainda existe a candidatura para a reabilitação daqueles cinquenta fogos já existentes de habitação social do Município na cidade, para criar mais acessibilidade e eficiência energética. E, aqui em baixo, já há luz verde ao fundo do túnel, para nós podermos apresentar já novas candidaturas, daí aqueles cinco fogos, que constavam daquele empréstimo de cerca de 450 mil euros, que poderá gerar uma candidatura para a requalificação daquelas cinco casas devolutas no centro histórico, em dezanove novos fogos no montante de 2 milhões e 300 mil euros, candidatura BEI. Já agora, eu devo dizer o que é que é isto: PRR e BEI. É normal que não saibam, mas, quando não se sabe, pergunta-se e não se dizem coisas para o microfone que são mentira. O PRR, como sabemos, vai até 2026. E, portanto, até 2026, estamos todos empenhados em executar o mais possível. Todos devemos estar. Não é lá fora dizermos uma coisa e depois aqui fazemos outra. Aqui, na Assembleia ou na reunião de Câmara. Mas, para os anos seguintes, e pode começar já no ano de 2025, já o anterior Governo estava a trabalhar nisso, o atual Governo está a trabalhar nisso e até já concluiu negociações, para que haja

mais vida para além do PRR, em termos de habitação. Isso está anunciado publicamente. Quem está atento à comunicação social, certamente que já viu esta notícia. E, para além do ano de 2026, haverá o Banco Europeu de Investimento que irá financiar o Estado para seguir exatamente o mesmo programa de habitação. Mas, aqui, os municípios passarão a ter que ter as suas propriedades próprias. E se nós não nos colocarmos na pole position na corrida, depois, a seguir, o que é que vão dizer? Há dois anos era um folheto que andavam para aí a espalhar, não é? Depois, a seguir, vai ser outro folheto que a Câmara não fez. O Deputado José Valbom, há pouco, já aqui sintetizou, e muito bem, essa dialética. Eu pedia para passar slide seguinte, se faz favor. Para recordar as candidaturas feitas por juntas de freguesia, por entidades promotoras privadas (o terceiro setor) e aqueles dois beneficiários diretos que fazem parte dos tais cinquenta e um fogos no Bairro das Lameirinhas. Tudo isto é habitação social, 1ª Direito. Estamos a falar de um montante de 3,1 milhões de euros, separados por aqueles montantes, para vinte e nove fogos. Isto ainda não está aprovado pelo IHRU. Aliás, no dia 30 de novembro, passou um novo prazo para que todos nós pudéssemos confirmar estas candidaturas. Foi tudo confirmado e estamos à espera da fase seguinte da parte do IHRU. Podemos passar, agora sim, à página seguinte. Este slide fala de habitação acessível a custos controlados. Já tem outros custos. Não é habitação social, não é para os setores mais desfavorecidos, não. É para estudantes, é para casais, é para pessoas jovens independentes no primeiro emprego. Enfim, todas as pessoas, em tese, que tenham o mínimo de rendimentos necessários (de acordo com a Lei e com as Portarias que existem) que se podem candidatar à habitação acessível. O desafio é tão simples quanto este. Vamos começar ali por baixo: Acordo de Colaboração assinado em 10 de janeiro de 2024, já foi aprovado e parte já foi pago, de 4,6 milhões de euros. Este está aprovado. O projeto de execução está em revisão, depois do projeto estar dois meses parado no IHRU. Nós agora estamos a fazer a revisão do projeto para podermos lançar a empreitada para requalificar aqueles vinte e seis novos fogos. Indo ao topo da folha, há três candidaturas que estão a aguardar aprovação por parte do IHRU: Cidade 1 - para a construção de quatro prédios habitacionais, oitenta e quatro fogos, 14 milhões de euros (está a aguardar a aprovação do IHRU, ainda via PRR); Cidade 2 - seis lotes para habitação coletiva, seis prédios para a construção de cento e quarenta e seis fogos habitacionais, no montante de 24 milhões de euros. Aqui já será claramente uma

candidatura ao Banco Europeu de Investimento porque já não há tempo para fazer tudo isto). E ainda há uma outra candidatura na cidade, que ainda não está aprovada pelo IHRU, aguardamos, a todo momento, que possa ser aprovada também, de mais vinte e sete fogos - 3,5 milhões de euros, que é a reabilitação de um prédio na cidade. Estamos assim a falar, só de habitação acessível... e isto não é para o próximo ano como alguns dizem: tanta coisa no orçamento e depois não vai conseguir fazer nada. É para 25, é para 26, é para 27, é para 28. Isto é para os próximos quatro anos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, os serviços de apoio informaram-me que, do seu tempo, terá à volta de um minuto e qualquer coisa.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Eu peço tempo aos independentes, se me puderem ceder esse tempo e eu tentarei ser breve.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Têm dois minutos e meio.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Podemos passar ao slide seguinte que sintetiza aquilo que está em jogo neste momento. Estamos a falar em quatrocentos e quarenta e nove novos fogos na cidade da Guarda, seja para habitação social, seja para habitação acessível, num montante de 74,7 milhões de euros. E é isto que está em cima da mesa em termos da aprovação daqueles empréstimos. Ou nós queremos arriscar, ou nós avançamos com as obras para podermos ter quatrocentos e quarenta e nove novos fogos habitacionais na nossa cidade, 74,7 milhões de euros, ou então abandonamos tudo isto. Queremos ter arrojo? Queremos ter coragem para podermos avançar com estas obras? É isso que está em cima da mesa, é esta a decisão que todos devem ter. Há pouco foi falada aqui a questão dos outros empréstimos. Ó senhor Deputado Miguel Borges, deixe-me recordar, depois pode apontar, se fizer o favor: página 16, página 21, página 22 do orçamento, na nota introdutória. Vá lá ver se fala lá dos três empréstimos ou se não fala. Pode apontar, se fizer o favor, e depois vá lá verificar. Sim, porque um dos empréstimos há de ser para a Variante da “Ti Jaquina”. Os outros dois empréstimos eram precisamente para isto. Então nós estamos a dar sequência àquilo que propusemos em termos orçamentais ou não estamos a dar sequência? Façam o favor de ir ler a nota introdutória. Verifique, nestas duas páginas, o que lá está. Sobre a DUP do Cabroeiro, falaremos, tão breve quanto possível, com a

tomada de posse dos terrenos. Olhe, já assinei dezenas de cheques. E aquele atraso que os senhores provocaram com o chumbo do empréstimo, atrasou tudo meio ano. Portanto, havemos de chegar às eleições, esperemos nós, com a obra já iniciada ou em curso. Só quem não sabe é que pode falar da forma que o senhor Deputado acabou de referir. Mas falou aí também: então e o empréstimo do Popis e do estaleiro? Então, os senhores chumbaram! Então, se os senhores chumbaram, querem lá ver que agora vamos fazer as coisas sem dinheiro? Temos que decidir prioridades? Cá está a nossa prioridade. Foram os 10 milhões de euros de investimento nas freguesias que está em curso, que só temos 3,3 milhões, em 10 milhões, sensivelmente. O estaleiro que vai ficar para segundas núpcias, estamos a desenvolver o projeto para depois o podermos fazer. E o Popis, os parques infantis estão lá no orçamento para podermos lançar essa empreitada. Que não vai ficar concluída no ano 2025, certamente. Mas vá lá ver a rubrica orçamental para ver se está lá ou se não está.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, está mesmo a esgotar o tempo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhoras e Senhores Deputados, aquilo que está em cima da mesa, conforme eu referi há pouco, é fazer ou não fazer estas intervenções e que nós consideramos muito importantes para a Guarda. Não é para a Guarda de agora, é para a Guarda do futuro. Estão em causa quatrocentos e quarenta e nove novos fogos habitacionais, nos próximos quatro anos, 74,7 milhões de euros. E é isto que deve estar em cima da mesa. Porque aqueles 6 milhões de euros que foram colocados na necessidade do empréstimo, podem fazer alavancar, eu disse 33 milhões de euros, mas é quase 35 milhões de euros de fundos comunitários que pode alavancar, seja por via do PRR, seja por via do Banco Europeu de Investimentos. E é esta a reflexão que todos devemos fazer. Já agora, deixem-me só dizer uma notícia de um Jornal da cidade, de um Município aqui ao lado do, Partido Socialista: o Município vai contratar empréstimo para reabilitar estradas do concelho. Vamos ao Porto, em que o Município contraiu 50 milhões de euros para poder fazer investimentos dos fundos comunitários. Mas podemos ir a Oeiras, onde foram contratados mais cerca de 70 ou 80 milhões de euros para fazer habitação por via do PRR. É isto que está em cima da mesa. É esta sensibilidade que nós pedimos à Câmara e à Assembleia Municipal. Muito obrigado.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Interrompemos, então, para almoço. Como o almoço é aqui, penso que podemos recomeçar às 15h00 ou 15h15. 15h00? Uma hora e dez, creio que dá. Muito obrigado. Então, até 15h00.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, peço o favor de se sentarem. Estão cinquenta e um membros, vamos recomeçar os trabalhos.” -----

Ponto 2.1 - Proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2025
- discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Presumo que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra sobre este tema? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo cumprimentos a todos. Apenas umas notas telegráficas, senhor Presidente. Nós estamos a dar seguimento à aprovação dos mapas de pessoal anteriores, naturalmente. Isto é um seguimento de 2021 que já existia, mas depois em 2022, 2023, 2024. Estamos na fase final da conclusão de todos os procedimentos concursais que nós abrimos. E aqui uma palavra de agradecimento aos colaboradores da autarquia que muito se empenharam para este trabalho hercúleo, porque nunca a Câmara da Guarda abriu tantos concursos em tão pouco tempo. De facto, 95% deles já chegaram ao fim (estou a dizer as percentagens mais ou menos) e, portanto, restarão 5%. Esperemos que ao longo das próximas semanas fiquem todos concluídos. Sobre o mapa que aqui é apresentado, naturalmente que nós temos que ter em atenção que, no próximo ano, haverá a redução em função da possível integração de colaboradores na APAL e referir também a questão das aposentações. Se bem se recordam, há um ano eu disse que nos últimos cinco anos se tinham reformado qualquer coisa como duzentos colaboradores, e a perspetiva dos próximos cinco anos, onde este ano se inclui, eram mais duzentas aposentações. E é isso que está a acontecer. Praticamente todas as semanas há uma aposentação na Câmara Municipal. É normal. É um ciclo geracional que está em mudança. E dizer-vos que, só em

2024, há a perspectiva de cinquenta e uma aposentações. No próximo ano: setenta e quatro. Até 2027 ou 2028: cento e quarenta e quatro aposentações. Enfim, é efetivamente uma mudança de ciclo geracional nos trabalhadores da Autarquia e nós temos que encarar isto como um verdadeiro desafio. Um grande desafio para que haja efetivamente alguma coabitação entre os colaboradores novos e os colaboradores mais antigos, para que, digamos, o know-how e a formação possa ser transmitida entre eles. E, naturalmente, senhor Presidente, apenas dar estas notas, porque achei importante dizer precisamente estas palavras, para termos a noção daquilo que é o quadro de pessoal. Já agora, em termos do valor total do quadro de pessoal, entre ocupados, vagos, cativos, previstos, diminuámos dois lugares. Não é significativo. Portanto, é sensivelmente o mesmo quadro do pessoal do ano passado. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Colocava, então, a Proposta do Mapa Pessoal, o ponto 2.1, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.1 - Proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2025 - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e nove votos a favor e doze abstenções.” -----

Ponto 2.2 - Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2025 - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja inscrever-se para falar?” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda e, na sua pessoa, cumprimento as senhoras e os senhores Deputados, o senhor Presidente da Câmara Municipal, as senhoras e os senhores Vereadores, bem como todas as pessoas que nos estão a seguir. Esta intervenção do nosso Movimento Pela Guarda, destina-se, como é evidente, a dar o necessário e merecido suporte político ao nosso Executivo, que submete a esta Assembleia, para aqui ser aprovado daqui a instantes, o Orçamento Municipal para 2025, que é, no nosso entendimento, um documento fundamental para a boa gestão do nosso município e concelho para o próximo ano e seguintes. É um

orçamento bem conseguido, que pauta pelo equilíbrio, pelos investimentos em infraestruturas, pelo fortalecimento das áreas sociais, culturais, desportivas e pela preservação do nosso património, com diversificação de receitas e a promoção de atividades económicas e sociais. É ambicioso e à altura de uma cidade e concelho como a nossa capital de distrito, motor de desenvolvimento regional. Este orçamento prepara a cidade e o concelho para os desafios do futuro e reflete o compromisso da Câmara com a sustentabilidade financeira, o investimento estratégico e o desenvolvimento inclusivo e coeso do nosso concelho. Ou seja, é um instrumento de política de desenvolvimento da nossa cidade e concelho, alinhado com os novos ciclos de financiamento europeu, nomeadamente o Portugal 2030, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Um orçamento, para 2025, de 70 milhões e 535 mil euros, com receitas correntes previstas de 50 milhões e 102 mil euros e despesas correntes previstas de 46 milhões e 185 mil euros (60,3%) e que destina 39,66% das suas despesas totais para investimentos de capital e infraestruturas constantes do plano de investimentos. Senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores Deputados, não vou aqui, agora, elencar detalhadamente todo o investimento estratégico do nosso Município, que consta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, mas não podemos deixar de elencar os mais importantes e estruturantes que há muito são ambicionados pelos nossos concidadãos. Importantes e estruturantes que se inserem num plano de investimento superior a 47 milhões, o maior dos últimos vinte anos. Vejamos os mais importantes. Obras em curso para o biénio 2025/2026 que representam um investimento de 15 milhões de euros, entre outros projetos de grande envergadura: requalificação da Rua Tiago Gonçalves - Estrada da Pocariça e da Avenida Francisco Sá Carneiro - 2ª fase; requalificação da Avenida de São Miguel - 1ª fase; requalificação do Edifício da antiga Associação Comercial para o Comando Sub-Regional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil - em concurso; requalificação e ampliação da Residência de Estudantes na Rua António Sérgio, com cento e vinte e oito camas para oferta de alojamento estudantil; construção de cinquenta e uma habitações sociais nas Lameirinhas, (que já foi aqui, hoje de manhã, abordado). Estão também em curso projetos para a construção de vinte e seis apartamentos de habitação acessível e cinquenta e oito habitações sociais no Centro Histórico, somando um total de cento e

trinta e cinco novas unidades habitacionais. Projetos para execução aprovados para 2025/2026, por 3,5 milhões de euros, entre outros: Museu dos Sabores da Beira Interior (casas da Praça Velha); nova área empresarial no Mercado Municipal, importantes para a inovação e empreendedorismo e fomento do crescimento económico local; Rua Vila de Manteigas, que tem também o seu projeto de execução aprovado, bastando ser colocado a concurso. Empreitada para lançamento a concurso, biénio 2025/2027, da ordem de 12 milhões de euros - Variante da “Ti Jaquina”, (que é uma das intervenções mais estruturantes em curso e há muito ambicionada pela cidade e pelo concelho): projeto em fase de implementação com a aprovação da alteração do Plano Diretor Municipal e através do Plano de Urbanização de Cabroeiro; aprovado o projeto de execução; publicada a Declaração de Utilidade Pública; prossegue a aquisição de terrenos necessários para a sua execução, bastando agora o lançamento do concurso da empreitada. Para execução desta obra fundamental, a contratação do empréstimo já aqui recorrentemente discutido e que, na minha e na nossa opinião, podia estar em perfeito andamento e a evolução em paralelo. Mas alguém não quis, as pessoas não quiseram e, portanto, estamos todos a perder tempo. Obras em curso 2024/2025, num investimento de 3,3 milhões de euros, entre outras: requalificação da Avenida Cidade de Béjar e várias Ruas no Bairro do Torrão; requalificação do acesso à Plataforma Logística; substituição das paragens de autocarro; novo órgão para a Sé Catedral. Obras adjudicadas 2024/2025, por 2,5 milhões de euros, entre outras: requalificação da Rua da Treija e da Rua dos Caminhos de Ferro; requalificação das ruas degradadas do Bairro da Senhora dos Remédios e do Bairro da Luz e requalificação de polidesportivos e espaços culturais, como o Museu da Guarda e o Paço da Cultura. Há também um compromisso, sem precedentes, com o desenvolvimento das quarenta e três freguesias do concelho, com investimentos que totalizam 6,3 milhões de euros entre 2022 e 2025 e um plano de investimentos em execução 2023/2025 de mais de 10 milhões de euros. Senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores Deputados, permitam-me que o Movimento Pela Guarda faça um agradecimento público que é, do nosso ponto de vista, mais do que justo. Agradecer ao Município e ao Executivo Municipal todo o seu empenho e saber dedicado à elaboração, apresentação e aprovação deste orçamento, tão importante para o futuro da nossa cidade e concelho. Agradecer aos senhores Vereadores da oposição que se abstiveram na respetiva Reunião de Câmara e

permitiram assim que o mesmo fosse aprovado. Devemos, portanto, àqueles votos de abstenção, a oportunidade, aqui e agora, de podermos aprovar, como espero, o mesmo documento nesta Assembleia. Aquela oposição fez o que é correto, sem se comprometer politicamente. Ou seja, para ela não seria bloqueio e/ou entrave ao progresso e desenvolvimento da nossa cidade e concelho. Mas nem tudo são rosas. Ato contínuo, a oposição interna daquela oposição municipal logo veio pôr os “pontos nos is”, impedindo que aquela abstenção fosse consequente. Ou seja, deixaram aprovar o orçamento, mas reprovam todo e qualquer financiamento tão necessário para a execução dos referidos investimentos. Senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores Deputados, a nós e aos nossos concidadãos nada nos surpreende. Lembrem-nos que, neste mandato, num passado muito recente, outra oposição aprovou a execução de obras e, de seguida, recusou a aprovação do seu financiamento. Não se entende e nada justifica, nem o maior sentimento de ódio político, sublinho, ódio político das oposições ao Executivo, para que uma vez se pense primeiro nos verdadeiros interesses da Guarda. Senhores Vereadores, os nossos munícipes apelam ao vosso sentido de responsabilidade e ao vosso sentido de urgência para a aprovação de projetos importantes, para a aprovação dos respetivos financiamentos, para que os mesmos possam ser executados em tempo útil. A cidade e o concelho precisam e querem usufruir dos fundos PRR que estarão à nossa disposição até 2026. Como digo, será muito mau não aproveitarmos para fazer obras importantes em condições muito vantajosas, como algumas já referidas: a requalificação da antiga Associação Comercial para o Comando Sub-Regional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; requalificação e ampliação da Residência de Estudantes na Rua António Sérgio, com cento e vinte e oito camas; construção de cinquenta e oito habitações sociais nas Lameirinhas; aquisição de imóveis devolutos no centro da cidade para habitação; aquisição de seis lotes de terrenos para cento e trinta apartamentos, etc. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados e senhoras e senhores Vereadores, esta pode ser, muito provavelmente, a nossa última grande oportunidade de financiamento do nosso município e, conseqüentemente, a nossa grande oportunidade para a execução daqueles projetos estruturantes há muito ambicionados pela cidade e concelho. Por isso, parece-nos crucial aprovar um financiamento para garantir a execução das obras e projetos que não são totalmente cobertos por fundos nacionais

ou comunitários. Pensem no impacto positivo para a nossa economia local, que uma forte dinâmica de investimento nos proporciona. Sabemos que nem tudo é perfeito, mas, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Vereadores, por cada dia de atraso em investimentos fundamentais, por cada euro não investido, saímos todos mais pobres e não é isso que os eleitores que nos elegeram esperam de nós. Para terminar, um exercício académico: senhor Presidente Sérgio Costa, se, por hipótese académica, um dia for oposição, mesmo que um qualquer executivo esteja nas antípodas do seu pensamento político, não seja obstáculo a decisões que possam beneficiar a população no seu todo. Senhor Presidente, só para lembrar as nossas palavras chave: resiliência, transparência e credibilidade. Muito obrigado, pela Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este ponto?”

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Boa tarde. Antes de iniciar, só dar aqui duas notas. O senhor Presidente tinha falado em duzentas reformas em dois anos, não em cinco. Foi o que disse aqui na Assembleia Municipal, está gravado. De qualquer forma, também lhe queria pedir, embora ainda não estejamos nesse ponto, que, a partir de agora, na informação do senhor Presidente, coloque, na parte dos recursos humanos também, as reformas que há naquele período em questão. Agora, falando sobre aquilo que me trouxe a este ponto. Já começa a tornar-se ridículo todos os anos vir aqui para falar do mesmo, mas continuarei a fazê-lo enquanto continuarmos a desrespeitar a Lei e enquanto continuarmos a desrespeitar as pessoas, neste caso, os Conselheiros do Conselho Municipal da Juventude. O Regime Jurídico do Conselho Municipal da Juventude diz, e passo a citar, que: compete aos Conselhos Municipais da Juventude pronunciar-se e emitir parecer obrigatório, não vinculativo, sobre as seguintes matérias: a) linhas de orientação geral da política municipal para a Juventude, constantes no Plano Anual de Atividades; b) orçamento municipal no que respeita às dotações afetas às políticas de Juventude e às políticas setoriais com aquela conexas. Como podem dar conta, não vos chegou nenhum parecer, mais uma vez, mais um ano. E porquê? Eu só posso tirar uma conclusão e foi aquela que tirei também ao ler o documento: é que, de facto, não há, no Orçamento Municipal, dotações afetas a políticas de Juventude ou a políticas setoriais com aquela conexas. Deve ser por isso que não nos solicitaram nada. E

por que é que não há? Bem, a senhora Vice-Presidente, Presidente do Conselho Municipal da Juventude, a 16 de setembro enviou um e-mail aos Conselheiros a solicitar contributos para o Orçamento Municipal de 2025. A 11 de outubro realizou uma reunião para o mesmo efeito. Falou-se de natalidade, falou-se de apoio às associações, falou-se de incentivos ao dirigente associativo, falou-se de ações de sensibilização para a separação de resíduos nas escolas, até se falou de apoios aos idosos no aquecimento durante o inverno. Também se falou de coisas que se falam todos os anos no Conselho Municipal da Juventude, para as quais já houveram moções apresentadas neste órgão por Deputados jovens, como é o caso da distribuição gratuita de produtos de higiene menstrual, como é o caso das salas de estudo 24 horas, como é o caso da melhor adaptação das linhas de transportes à realidade do IPG. Em que é que se traduziram estas sugestões nas Grandes Opções do Plano? Traduziram-se em zero. Também se falou de algo tão simples, tão simples, que de certeza que a oposição não poderia nem chumbar um orçamento, nem chumbar um empréstimo para impedir que acontecesse. Falou-se do simples facto de agarrar na informação que está no Gabinete de Apoio ao Emigrante, no Site do Município, e pô-la em outras línguas que não o português. A senhora Vice-Presidente ao início ficou relutante, porque era um Gabinete de Apoio ao Emigrante e que, portanto, saberia à partida falar português. Veja-se que na Guarda há um gabinete que apoia quem quer sair, mas não há um gabinete que apoia quem quer vir e quem quer cá ficar. No entanto, quando leu no Site que diz: “embora vocacionado para a emigração, o GAE informa e encaminha também assuntos relacionados com a imigração.”, a senhora Vice-Presidente concordou que a informação deveria constar, pelo menos, em inglês, que é a língua universal. Desde 11 de outubro até hoje não deve ter sido possível fazer essa tarefa, certamente por causa do seu elevado nível de complexidade: traduzir dez ou vinte linhas para outras línguas. Provavelmente porque os tradutores da Câmara da Guarda estão melhor alocados a receber presidentes amigos de outros sítios, do que ao serviço da população. Mas não é só por isso que este orçamento não representa a Juventude. Se formos analisar as Grandes Opções do Plano e fizermos uma pequena contagem, encontramos as palavras: jovem, jovens, ou juventude - cinco vezes; as palavras: criança ou crianças - cinco vezes; a palavra: empreendedorismo - três vezes; a palavra: natalidade - duas vezes; as palavras: festa ou festival - seis vezes; as palavras: eventos, iniciativas, atividades - cinquenta e quatro

vezes; a palavra: obra - trinta vezes. Isto seria excelente, a palavra obra estar trinta vezes, se nós não estivéssemos já aqui há três anos e se se pudesse contar pelas mãos as obras estruturantes que iniciaram e terminaram durante o seu mandato. E, nesta mesma reunião, um Conselheiro também dizia o seguinte: pois, eu, deste Presidente, já não espero nada, mas na Vice-Presidente ainda acredito. Pois, meu amigo, olha, é este o preço da tua confiança. Senhora Vice-Presidente, deve-nos um pedido de desculpas, não só porque é o quarto ano consecutivo em que incumpe na Lei e que não pede o parecer ao Conselho Municipal da Juventude; deve-nos um pedido de desculpa, porque pediu contributos, relembro, pediu-nos contributos que se traduziram em absolutamente nada e, principalmente, deve um pedido de desculpas aos jovens da Guarda, porque é a Vereadora com o pelouro da Juventude e por nos apresentar um documento com uma extrema falta de visão, com uma extrema falta de estratégia e com uma extrema falta de pensamento crítico. Portanto, senhora Vice-Presidente, para os jovens resilientes que ainda aqui querem constituir a sua família, querem aqui construir o seu projeto de vida e que cada vez encontram mais obstáculos, deve-nos um pedido de desculpas, porque é responsável por isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Beatriz Realinho Pires, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos, mais uma vez. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda da Guarda tomou a decisão de não apresentar propostas para o Orçamento do Município da Guarda de 2025. Esta decisão deveu-se ao facto de defendermos que, em primeiro lugar, deve ser apresentada uma proposta de orçamento por parte do executivo municipal e que, após a avaliação do mesmo, os grupos parlamentares possam dar contributos e propostas. O Bloco de Esquerda entende ainda que, em anos anteriores, ao apresentarmos propostas para os orçamentos, e já o ano passado referimos, não achar o procedimento correto por não haver uma discussão em torno das mesmas. Defendemos a discussão plural entre as diferentes forças políticas, porém, a mesma não tem sido, efetivamente, realizada. No entanto, não só foi desrespeitado este passo como só foi ouvido um partido, o PSD, com quem se reuniu e que curiosamente gaba no orçamento. Existem muitos projetos planeados neste orçamento, mas tendo em conta a ausência da concretização em três

anos, falta-nos a confiança no executivo sobre se em tão poucos meses terão a capacidade de os executar, porque o seu mandato tem sido marcado por isto mesmo: por promessas que acabam por não se materializar. Falamos aqui do Centro Náutico de Lazer da Barragem do Caldeirão e do Pavilhão Desportivo de Gonçalo, o Quarteirão das Artes, do Museu e do Centro de Arte Contemporânea, a requalificação dos Jardins Infantis com adaptação a todas as crianças. E, voltamos a referir, já referimos aqui da parte da manhã também, e cito, mais uma vez, se existe uma gestão tão prudente e responsável dos recursos, por parte do município, então não deveria existir a necessidade de tantos empréstimos, como vemos relatado neste orçamento. Obrigada.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente, mais uma vez, uma boa tarde a todos, e, permita-me que, na sua pessoa, cumprimente os presentes e aqueles que nos veem através das diversas plataformas informáticas. Bem, nós hoje acabámos de assistir à apresentação do programa eleitoral do PG, pela voz do senhor Deputado Oliveira, para o quadriénio 2025/2029. Hoje foi um momento histórico, porque este orçamento devia ter sido apresentado em 2022. Este é um orçamento de início de mandato, não é um orçamento de fim de mandato. Então, nós acreditamos que num ano, na prática vai ter cerca de oito meses, porque as eleições vão ser em setembro, vocês acham que em oito meses são capazes de concretizar tanta obra? Eu vou ser muito franco. Agora despindo a casaca de militante e membro do PSD, como cidadão da Guarda eu ficaria todo contente se todas as obras elencadas neste orçamento fossem efetivamente realizadas. Todos nós sabemos que a realidade é outra. Para além disso, temos que ver que, muitas vezes, e na maior parte das obras, apenas há uma pequena sinalização em 2025, sendo depois essa obra plurianual. E mais, apesar de no corpo do texto do documento que foi submetido para a nossa apreciação, por várias vezes estar a palavra empréstimo, se formos analisar os mapas financeiros, em lado nenhum, meus amigos, em lado nenhum consta a palavra empréstimo. Sabem porquê? Porque, em sede de orçamento, estas obras e tudo aquilo que a Câmara se propõe gastar para 2025, tem a sua contrapartida orçamental do lado da receita. Portanto, todas estas obras e todos estes intentos provêm de fontes de financiamento

que não a receita. Olhe, por exemplo, das transferências do Orçamento de Estado, das receitas próprias, dos fundos europeus. Portanto, imaginemos uma balança: do lado esquerdo, que é a receita, está tudo aquilo que alimenta financeiramente os gastos da Câmara, e, do lado direito, da parte da despesa, está aquilo onde a Câmara vai gastar esse dinheiro. E, portanto, essas obras que constam do orçamento, já constam nesse braço do orçamento, sendo financiadas pela sua contrapartida do lado da receita. Portanto, senhor Presidente, das duas, uma: ou nos andou aqui a enganar nos mapas orçamentais ou, então, fica provada a evidência de que não há necessidade de empréstimo, pelo menos para 2025, o que não quer dizer que não venha a ser preciso noutros anos. Depois, para além disso, se nós continuássemos a insistir nesta questão dos empréstimos, eu agora abro aqui um parêntesis e digo: o PSD não foi, não é, nem nunca será contra os empréstimos. Os empréstimos existem precisamente para se fazer uso deles quando é necessário. E eu volto a sublinhar: quando é necessário. Os empréstimos são algo que não se pode pedir discricionariamente ou quando eu bem entendo. Não, os empréstimos têm que ser feitos para um fim específico, esgotando todas as outras possibilidades de financiamento que existem numa determinada organização. Ora, se a Câmara da Guarda tem esses mecanismos, primeiro que os esgote e depois, com certeza que sim, se for necessário, recorre aos empréstimos. Depois, também há algo que nós temos que ver, que tem a ver com o acréscimo significativo da rubrica de fornecimento de serviços externos, que ao fim e ao cabo são as externalidades, os contratos com terceiros, a subcontratação de empresas para executar determinados fins. Então, senhor Presidente, ainda agora votámos, no ponto anterior, o aumento do quadro de pessoal da Câmara da Guarda. A Câmara da Guarda vai ter mais de mil pessoas em 2025, é quase mais de metade do que tem a Câmara de Castelo Branco (que só tem mais território do que a Guarda e, pelo menos, mais 10 mil habitantes do que a Guarda). Portanto, exigia-se que a Câmara, contratando tantas pessoas, reduzisse a sua contraparte nas contratações e nas externalidades. Não, aumenta as externalidades e aumenta paralelamente o pessoal. Então, acha que isto é uma gestão eficiente? Depois, também, se nós fossemos atrás desta ideia um pouco descabida dos empréstimos, em pouco tempo esgotaríamos a capacidade de endividamento da Câmara. Então, se num futuro mais ou menos próximo, se houvesse uma necessidade premente em que a Câmara da Guarda efetivamente tivesse

necessidade de contrair empréstimos, o que é que fazia se tivesse esgotado o seu limite de endividamento? Depois, também vemos muitas obras elencadas e que diz o senhor Deputado Oliveira que são obras estratégicas. Eu gostava que me explicasse qual é que é a estratégia da Guarda? É que eu ainda não percebi, em três anos de mandato: a estratégia deste Executivo é apostar no turismo? É apostar na indústria? É apostar na cultura? Não sei. Não há um fio condutor. Depois, vemos, por exemplo, a 3ª fase da VICEG, que todos nós entendemos que é uma obra estratégica, todos nós concordamos com ela e até aceitaríamos subscrever um empréstimo, se fosse mesmo preciso. Mas, reparem: para 2025 temos 40 mil euros, para 2026 temos 41 mil euros, para 2027 temos 42 mil euros; para 2028 temos 42,5 mil euros e para 2029 temos 43 mil euros. Ou seja, pegaram na folha de Excel e escreveram 40 mil euros $\times$ 1.021, que é a taxa de inflação para os anos seguintes. Portanto, isto é o resultado de uma folha de Excel em que estão 40 mil euros de uma obra estratégica que depois se replica no futuro. Então, a estratégia da Guarda é, nos próximos cinco anos, gastar 200 mil euros na VICEG? Olhe, fica baratinha! Se assim for, também quero uma à porta de minha casa. Depois, também, deixe-me só dizer-lhe aqui mais uma coisa, por exemplo, para conservação e manutenção de redes de água e saneamento (página 4): 55 mil euros. Olhe, eu vivo no Bairro do Bonfim. É um bairro que já tem setenta ou oitenta anos. É raro o mês em que, de manhã, eu não tenha que ir tomar banho a casa dos meus pais, porque não tenho água. E porquê? Porque rebentou uma conduta. Ora é na rua, ora é mais acima, ora é mais abaixo. Ou seja, é um Bairro que precisa urgentemente de obras de substituição das condutas de saneamento e de abastecimento de água, e depois vemos aqui vertidos 55 mil euros no orçamento para a reparação de condutas. Eu acho que é manifestamente insuficiente. Por isso, senhor Presidente da Câmara, nós vamos estar atentos. Eu, na Assembleia de setembro, eu irei verificar, um por um, todos os investimentos que se propôs fazer neste orçamento, com o beneplácito do PSD. Agora já não se pode queixar que não tem orçamento. O senhor Presidente tem um orçamento desenhado à sua medida, de acordo com aquilo que são as políticas que o senhor Presidente, e demais Executivo, quer percorrer. E nós, como oposição, temos a obrigação, para com a nossa consciência, para com os cidadãos da Guarda, de verificar, atentamente, se foi ou não cumprido todo este show de obras e de construções que o senhor quer fazer para o ano de 2025. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum... Senhor Deputado, faça favor. Peço desculpa, o Partido Socialista tem cinco minutos e trinta e dois segundos, ainda.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ok. E eu pedi tempo ao Bloco de Esquerda, caso ultrapasse o meu tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está bem, entendi.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde a todos. Estive a ler as páginas 16, 21 e 22 do orçamento. Realmente, na página 16 fala da questão da Variante dos F’s. Na página 21, não percebi muito bem. E, na página 22, está realmente aqui: requalificação de Parques Infantis, intervenções do Parque Polis e dos Bairros da Cidade. Mas a verdade é que, depois, a seguir, se nós formos ao orçamento, aquilo que está para requalificação de Parques em 2025 é um valor de 400 mil euros. Quando eu, há bocado, toquei na questão do empréstimo, estava a tocar na questão do empréstimo, porque a verdade é que o senhor Presidente nos veio aqui trazer um empréstimo onde dizia, até por questões de segurança, que o Parque Popis tinha de ser intervencionado rapidamente e que o valor da intervenção era de cerca de 1 milhão de euros. E, portanto, não percebemos. Nós, na altura, (lembra-se, senhor Presidente?), dissemos que bastava trazer-nos uma estimativa grosseira acerca dos custos e nós poderíamos, a partir daí, votar favoravelmente esse empréstimo. Também acerca do Estaleiro Municipal, o senhor Presidente também nos trouxe aqui um valor de cerca de 1 milhão de euros. Aquilo que nós vemos agora no orçamento é que, em 2025, se pretende gastar 100 mil euros, e, em 2026, se pretende gastar 500 mil euros. Ou seja, 100 + 500 dá 600, longe de 1 milhão de euros. A não ser que o senhor Presidente ache que 400 mil euros são trocos. Portanto, aquilo que nós, Partido Socialista, continuamos a afirmar, é que basta o senhor Presidente trazer os empréstimos como deve ser a esta Câmara e nós votaremos favoravelmente. Da mesma forma, e passando agora ao orçamento, da mesma forma que sempre fomos responsáveis. Aquilo a que assistimos aqui, por parte do Deputado Oliveira, realmente foi uma sessão de ficção e, como dizia o Deputado Ricardo, tem tudo a ver como se fosse o primeiro orçamento desta legislatura. Por outro lado, aquilo que vimos aqui o Deputado Ricardo a fazer é tentar-se desculpabilizar de uma coisa que não tem desculpa e que foi viabilizar este orçamento única e

exclusivamente para que o senhor Presidente não se vitimizasse. Senhor Deputado Ricardo, quer dizer, o senhor Presidente poder-se-á vitimizar. Nós, enquanto Deputados da oposição, pelo menos é assim com o Partido Socialista, tomamos uma posição responsável, com tudo aquilo que pode custar tomar uma posição responsável. Vocês não a tomaram. Depois, entrar propriamente no texto que tinha preparado. Hoje trago a esta Assembleia, não apenas uma crítica ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, mas uma profunda reflexão sobre a responsabilidade política e o compromisso que devemos ter para com a Guarda e os seus cidadãos. Porque governar não é apenas gerir recursos, é projetar o futuro e responder, de forma coerente e determinada, às necessidades de quem representamos. Reunimo-nos hoje para discutir o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2025. Este documento deveria ser o reflexo de um plano estratégico robusto e realista, capaz de transformar a Guarda numa cidade mais moderna, competitiva e inclusiva. Contudo, o que encontramos é um orçamento desarticulado, marcado pela ausência de referências a pilares fundamentais, como a Unidade Local de Saúde, o Porto Seco e o Instituto Politécnico da Guarda. Instituições essenciais para o desenvolvimento da economia local, a fixação de população e a melhoria da qualidade de vida. Este orçamento é, antes de mais, um reflexo do Executivo sem uma visão clara para o concelho. Continuamos a debater projetos eternamente adiados como o Quarteirão das Artes, o Centro Náutico da Barragem do Caldeirão e o Pavilhão Desportivo de Gonçalo. Não são apenas promessas adiadas, são oportunidades perdidas para transformar a Guarda num lugar de progresso e de desenvolvimento. Pergunto: onde está a estratégia integrada para o crescimento económico e social? Onde está o compromisso com as nossas infraestruturas, com a modernização da cidade, com a criação de condições que fixem a nossa juventude e atraiam investimentos? Este é, acima de tudo, um orçamento eleitoralista, que promete realizar, em apenas nove meses, aquilo que não conseguiu cumprir em três anos. Um orçamento despesista, com a despesa com o pessoal a aumentar mais de 3,5 milhões de euros e os impostos diretos a crescerem cerca de 2 milhões de euros. Senhor Presidente, como justifica estas escolhas quando o concelho continua a enfrentar problemas estruturais que permanecem por resolver? O orçamento inicia-se com um exercício de retórica onde o senhor discorre sobre a economia social Internacional, mas sem qualquer ligação clara à realidade do nosso concelho. Este tipo de introdução não

contribui para responder às perguntas que os guardenses colocam diariamente: como serão solucionados os problemas locais? Que medidas concretas serão tomadas para fixar jovens, atrair investimento e melhorar os serviços públicos? Seguem-se as habituais auto celebrações: destacam-se os Passadiços do Mondego, a Ecovia, a 3ª fase da Plataforma Logística, o Pavilhão Desportivo da Escola Secundária da Sé. Mas, senhor Presidente, ambos sabemos que os Passadiços e a Ecovia são projetos herdados do executivo anterior. Relativamente ao Pavilhão Desportivo, já agora, qual é o nome oficial? Nas suas intervenções já foram referidas três formas distintas: Pavilhão Desportivo da Escola Secundária da Sé, Pavilhão Municipal da Escola Secundária da Sé e Pavilhão Municipal da Sé. Estas dúvidas refletem algo mais profundo, senhor Presidente: uma gestão sem foco, nem clareza. Quando olhamos para os números, as contradições são evidentes. Para atividades de Animação Sociocultural - 900 mil euros. Contudo, o Programa de Revitalização do Centro Histórico, que deveria ser uma prioridade estratégica, conta apenas com 100 mil euros para 2025 e 100 mil euros para 2026. Senhor Presidente, como espera revitalizar uma área tão central e importante para o património e o turismo com valores tão reduzidos? Outro exemplo é o Centro Escolar da cidade, prometido pelo PG. Como se justifica que, para o ano, estejam apenas inscritos 50 mil euros? E os Estaleiros Municipais, que eram apresentados como a prioridade fundamental para os trabalhadores da Câmara, que aqui foi votado um empréstimo onde surgia um valor de 1 milhão? Agora surge apenas um total de 650 mil a dividir pelos dois anos. Como explica esta diferença, senhor Presidente? Enquanto se reservam 300 mil euros para Parques Infantis, são alocados 800 mil euros para Manutenção de Espaços Verdes, com contratação a serviços externos. São as prioridades! Serviços externos em vez de tratar dos Parques Infantis. Onde fica a prioridade do Parque Popis que custava 1 milhão, senhor Presidente? Estas escolhas refletem uma total falta de coerência e alinhamento com as necessidades da população. Este orçamento apresenta um recurso alarmante a empréstimos que comprometem a sustentabilidade financeira do Município, mas mais grave é a forma como os objetivos para os quais os empréstimos são solicitados mudam. Mudam em poucos meses, mudam em poucas semanas e, agora mesmo, em poucos dias. No orçamento foi afirmado que o financiamento seria destinado à Habitação das Lameirinhas, à Residência de Estudantes e à Requalificação da Associação Comercial, contudo, três

semanas depois, para além destes, já se incluiu a Aquisição de Terrenos e Imóveis. Senhor Presidente, como justifica esta mudança repentina de prioridades? O que é isto, senhor Presidente? E a ligação à rotunda da “Ti Jaquina”? Dissemos aqui que aprovaríamos um empréstimo para esta obra estruturante, desde que tivessem sido concluídas as expropriações. Expropriações essas que o senhor Presidente prometia há três anos, que seriam concluídas em seis meses. No entanto, agora, neste orçamento está incluída uma verba para contratar uma empresa externa para tratar das Declarações de Utilidade Pública - DUP. Ainda não teve tempo, senhor Presidente? Minhas senhoras e meus senhores, este orçamento é um reflexo de tudo aquilo que a política não deve ser: desorganizada, centrada no imediato e alheia às necessidades reais do povo. A Guarda merece mais do que promessas vazias e compromissos adiados. Merece liderança, merece visão e coragem para enfrentar os desafios do presente e preparar-se para o futuro. Por isso, senhor Presidente, o Partido Socialista rejeita este orçamento, porque rejeitamos a inércia e a falta de visão. Queremos uma Guarda que aposte em projetos estruturantes, que valorize o seu património, que ofereça oportunidades aos jovens e que cuide da sua população. Queremos um orçamento que transforme promessas em ações concretas e que responda às reais necessidades dos guardenses. Hoje, mais do que nunca, temos a responsabilidade de construir um concelho que inspire os nossos jovens, que valorize os nossos recursos e que ofereça oportunidades reais à sua população. É hora de mudarmos de rumo e de reafirmarmos o compromisso com uma governação justa, transparente e orientada para o progresso. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Quer falar de novo? Faça favor, tem tempo.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente, pela sua condescendência. Eu só gostava aqui de, telegraficamente, dizer ao senhor Deputado Miguel Borges: meu amigo, eu acho que está aí um erro de alvo. Eu não sei porque é que o senhor virou os canhões para a bancada do PSD, quando devia fazer uma introspeção contemplativa na sua bancada e no seu partido. Olhe, então deixe-me só dizer-lhe uma coisa. O orçamento da Câmara da Guarda para 2025 é bom? Não. É muito mau? Também não. É sofrível. É um orçamento mediano, passa à rasca, mas passa. E

sabe uma coisa? Toda e qualquer instituição merece ter um orçamento. As instituições merecem ter um orçamento. Calma... Um orçamento só é chumbado quando é mesmo muito mau, que foi o que aconteceu o ano passado. Este ano melhorou. E, como melhorou, o PSD, e bem, deu o benefício da dúvida. E deixe-me só dizer-lhe mais uma coisa, isto é que é o normal em democracia. O que não é normal é o Partido Socialista escudar-se no seu enquistamento em torno de uma ideia e ser imobilista. Aliás, o PS já nos habituou a um imobilismo nos últimos anos que governou a Câmara da Guarda. Portanto, esta atitude não é mais do que reflexo desse estado de espírito. E, portanto, o PS nem sequer foi capaz de dizer assim: olha, vamos reencaminhar o e-mail que mandámos o ano passado, que às vezes pode lá estar perdido no meio dos outros. Nós não fazemos nada, mas reencaminhamos o e-mail. Nem isso fizeram os senhores. O PS não esteve disponível, nesta questão concreta do orçamento, para colaborar com a Guarda, e agora não pode vir para aqui dizer e fazer show off a dizer que o PSD anda aqui a sustentar a Câmara. Não. O PSD apenas utiliza as ferramentas que tem ao seu dispor para repor a democracia na Guarda e para que as instituições, de acordo com aquilo que é o seu entendimento, percorram as políticas às quais se propuseram. É apenas isso e tão só. Por isso, eu acho que o meu amigo devia fazer o favor de se retratar, porque, efetivamente, não tem razão nas acusações injustas de que fomos aqui alvo. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “A propósito de toda esta bonomia repentina do PSD, deixem-me só recordar-vos aqui uma coisa interessante: SIC Notícias, 12h12, dia 20 de outubro: “Nós devemos respeitar a vontade dos eleitores, sejam eles na cidade ou no país, e deixar governar quem ganha eleições.” Quem é que disse isto? Hugo Soares, PSD. Mandou em vocês e vocês ganharam juízo, finalmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... Já lhe dou a palavra. Tinha pedido a palavra o senhor Deputado Miguel Borges. Tem 1 minuto e 23 segundos, cedido pelo Bloco.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Fantástico. Gostei. O senhor Deputado Ricardo, lá está, eu já no outro dia dizia isto na rádio: o PSD A e o PSD B que iniciaram o mandato,

estão agora a aproximar-se devagarinho e o Partido Socialista está sempre no mesmo lugar. É que o Partido Socialista, com a mesma consciência que votou favoravelmente um orçamento deste Executivo (fomos os únicos que votámos favoravelmente um orçamento do executivo), é exatamente com a mesma cara que chumbamos agora um orçamento deste Executivo. Chumbamos não, votamos contra este Executivo. O PSD não, o PSD não olha para os guardenses, o PSD olha para a tática. O PSD apenas se absteve por achar que isso lhe traria, do ponto de vista eleitoral, algumas migalhas. Não foi por concordarem ou não concordarem com nada do que está no orçamento, foi única e exclusivamente para que o senhor Presidente não se pudesse vitimizar. No PS nós não trabalhamos assim. No PS nós trabalhamos para os guardenses, senhor Deputado. Coisa que vocês não fazem. Vocês olham, única e exclusivamente, para a parte eleitoral. Sabe porquê, senhor Deputado? É que está escrito, está escrito...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe que termine.” ----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mas deixe-me acabar. Está escrito no orçamento, apesar de não estar nas rubricas orçamentais como o senhor Deputado estava a dizer, está escrito no orçamento os pedidos de financiamento de que o senhor Presidente precisa para cumprir este orçamento. Vocês, se fossem coerentes, deviam-se abster no pedido do empréstimo. Coisa que vocês não são, porque pensam única e exclusivamente no eleitoralismo e nas eleições e não nos guardenses.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Ricardo, tinha pedido, há pouco, a palavra? Ou não deseja utilizar? Muito obrigado. O PG tem 1 minuto e 36 segundos.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos novamente. Eu só queria tentar esclarecer aqui um ponto que me parece ser crucial para percebermos, porque o senhor Deputado do PSD veio aqui, digamos, sugerir e suscitar que, todas as obras constantes deste orçamento para 2025, tivessem que se realizar todas em 2025. Isso, na prática, não existe, não é? Existem investimentos plurianuais. Este Executivo e este Município herdou um conjunto de obras em curso e tem que as concluir. Foi isso que fez. Pronto, esse é o primeiro ponto que eu acho que é importante, para as pessoas não mistificarem que as obras estão adjudicadas, são executadas e cumprem todo um exercício

económico. Não é possível isso. O outro ponto importante que eu queria também esclarecer o Deputado Miguel Borges, que fala na preocupação do excesso de endividamento, digamos, do descontrolo total do Município. Eu ainda não vi nenhum empréstimo aprovado para este Executivo. Aquilo que eu tenho memória, é que houve uma operação de Saneamento Financeiro e não foi o PG que estava a gerir o Município. Foi no passado, outros executivos. Houve uma operação de Saneamento Financeiro, o que significa que este Município já esteve em dificuldades. Era só isto. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se não houver mais nenhuma... Senhor Deputado, tem 11 segundos.” -----

- **António Simões, Presidente de Junta da União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida (Independente):** “Boa tarde a todos. Eu vou ser sintético. Primeiro, estou triste porque todas as bancadas discutiram o orçamento e não ouvi uma única palavra sobre as freguesias. Zero. Portanto, para as freguesias está tudo bem, pelos vistos. A outra pergunta é para o senhor Deputado Miguel Borges, só para saber se se revê nas declarações do Presidente da Concelhia, António Monteirinho, em que diz que as obras feitas nas freguesias foram feitas sem conhecimento dos Presidentes de Junta e que houve caminhos que foram asfaltados, onde passa uma ou duas pessoas por ano. Era só isto que eu gostava de saber, se se revê nessas palavras.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Presumo que não há mais nenhuma inscrição. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, deixe-me só dizer, não sei se há algum erro, mas eu não devo ter 55 minutos para falar! Não tenho, pois não? Tenho 55?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tem um acréscimo por ser este ponto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito bem. Não pretendo usar de 55 minutos, vou poupar-vos a isso. O orçamento de 2025 da Câmara da Guarda lança as obras que impulsionam um futuro mais inclusivo, mais sustentável na reabilitação urbana, no desporto, na educação e no apoio social e fiscalmente amigo das famílias guardenses. É um orçamento que revela a estratégia centrada em cinco áreas principais: o equilíbrio financeiro, o investimento em infraestruturas, a captação dos fundos comunitários (já

hoje de manhã falada), o reforço das áreas sociais, a promoção das atividades económicas, sem esquecer a cultura, o património e o desporto. Estas foram as bases principais que nos levaram a fazer e a apresentar este orçamento. Mas devo dizer aqui mais algumas notas sobre este orçamento de 76 milhões, 535 mil e 460 euros. Conforme já aqui foi bem referido por um dos senhores Deputados, primeiro aprova-se o orçamento, mas depois chumbam-se os empréstimos que lá estão previstos. Aqui é preciso haver coerência efetiva no desenvolvimento do Orçamento Municipal para 2025. Ou seja, primeiro dá-se aquela imagem: nós ajudámos a passar o orçamento. Mas, no momento a seguir, puxam-nos o tapete para nada podermos fazer. Devo dizer que não nos demovem de continuar a trabalhar pelo desenvolvimento da nossa terra, pelo desenvolvimento da Guarda. É isso que nós estamos a fazer há três anos e é isso que nós vamos continuar a fazer até ao último dia do nosso mandato. Devo recordar também que, em 2023, chumbaram o orçamento, ambas as bancadas do PS e do PSD, e depois pediram eleições antecipadas. É bom termos memória! É bom termos memória, porque em 2023 nós integrámos os contributos na totalidade do Partido Socialista, na totalidade do Bloco de Esquerda, uma grande parte do Partido Social Democrata, mas depois a seguir votam contra, apesar de termos incluído os contributos. Ainda bem que este ano nós incluímos os contributos e se abstiveram. Ainda bem que o fizeram, porque acho que é assim, efetivamente, que se constrói uma democracia participativa. Devo dizer também que este orçamento contém a aprovação de trinta e quatro propostas do Executivo ao longo do ano 2024 (trinta e quatro, desde janeiro a novembro) com implicações financeiras de 44 milhões de euros, entre 2025, 2026 e 2027. Isso foi aprovado. Quando aqui se diz que em nove meses não vão conseguir fazer tudo, claro que não! Então, mas vejam, estas trinta e quatro propostas, das mais diversas naturezas, digamos assim (obras, projetos, intervenções A, intervenções B, intervenções C, enfim, de uma forma genérica), 44 milhões de euros foi aquilo que os senhores Vereadores do PS e do PSD, que muito agradecemos, ajudaram a aprovar. 44 milhões de euros para 2025, 2026 e 2027. Onde é que está a dúvida? Isto é que é ser demagogo! Isto é que é demagogia. E acho que devemos, efetivamente, elevar a discussão política nesta casa. Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, foram pedidos contributos a todas as forças políticas. A todas, sem exceção. O Partido Socialista não apresentou, foi opção do Partido Socialista não ter apresentado. Mas depois, ainda antes de nós chamarmos o

PSD que apresentou para dialogar, emitem um comunicado. Foi um comunicado. Ora é folheto, ora é comunicado. Já estamos habituados ao vosso modus operandi, politicamente falando, naturalmente, no que diz respeito a orçamentos e a aprovações e a tudo aquilo que concorre para o nosso orçamento. Deixem-me dar aqui algumas notas, de perder aqui breves minutos sobre as principais medidas que integram as Grandes Opções do Plano. Sintetizando: - O apoio às Associações Culturais, Desportivas e Sociais, que se mantém; - A conclusão, não vai ser na totalidade, as obras nas freguesias. Os tais 10 milhões de euros, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, é capaz de haver uma outra que vai transitar para o ano seguinte, porque o dinheiro não chega para tudo. Chumbaram-nos esse empréstimo para recorrermos às finanças do Município, ao dinheiro que temos na conta. E por isso é que agora nós precisamos contratar outro empréstimo para fazer o investimento na habitação. É fundamental, porquê? Porque o dinheiro não chega para tudo e nós temos que ter o arrojo de continuar a querer desenvolver a nossa terra, seja na cidade, seja nas freguesias; - O valor para as Bolsas de Estudo continua lá; - O edifício para alojamento de estudantes na Rua António Sérgio; - As habitações sociais no Bairro das Lameirinhas; - As habitações acessíveis (aquele primeiro projeto que nós ali elencámos que já está aprovado pelo IHRU, os 4,6 milhões de euros, que de manhã falávamos) também consta do orçamento; - Consta o financiamento até 50% do custo da reabilitação das coberturas e fachadas (o tal Regulamento para revitalização dos nossos núcleos históricos), consta lá verba para essa rubrica. E, senhor Deputado, não vale a pena colocarmos lá mais verba, sem sabermos se esta vai ser executada ou não. Como sabe, foi aprovado um Regulamento Municipal e a execução das verbas desta rubrica orçamental vai depender das candidaturas dos munícipes. Portanto, sempre que se manifestar necessário reforçar a rubrica, será feita, naturalmente, porque esse é um dos nossos grandes objetivos. Tal como é fazer habitação no Centro Histórico, isso também é revitalizar o Centro Histórico, o tal empréstimo que os senhores também chumbaram. Mas, vamos continuar. Está lá a reabilitação dos Parques Infantis e está de uma forma genérica. Sabem porquê? Porque (o senhor Vereador e eu estávamos aqui a falar sobre o assunto) o projeto será entregue por estes dias, o projeto que foi contratualizado de 1 milhão de euros. Passa de 1 milhão de euros. 1 milhão e 100 mil euros só para o Parque Infantil do Polis. Mas, nos parques da cidade, tal como eu disse à época (vão ver aquilo que eu disse à época e

que está registado em Ata), será, no mínimo, mais 500 mil euros para os parques infantis da cidade, nos bairros que faltam. Se bem se recordam, há um ano nós inaugurámos quatro parques infantis totalmente novos. É preciso continuar a investir. Vamos em 1 milhão e 600 mil euros e, por isso, como os senhores chumbaram o empréstimo anterior, nós temos que ir fazendo as coisas, mas devagar; - A requalificação do Parque de Campismo, naturalmente dar notas importantes da sua reabilitação; - O estudo prévio para a nova Cidade Desportiva. Demorou aqui mais algum tempo, devo dizê-lo, porque os levantamentos demoraram mais tempo do que aquilo que nós queríamos. Estamos a falar numa área muito grande, de dezenas de hectares. Mas neste estudo prévio nós vamos integrar duas coisas muito importantes: a Cidade Desportiva e o novo Pavilhão Multiusos. É esse compromisso que eu quero dizer aqui perante a Assembleia Municipal. Esse estudo prévio que vai ser lançado, esse concurso de ideias (que esperemos tão breve quanto possível e que consta no orçamento), é não só um estudo prévio para podermos projetar para o futuro a nova Cidade Desportiva, mas também o novo Pavilhão Multiusos da nossa cidade. Mas podemos continuar: - A Variante da “Ti Jaquina”, que já lá estão verbas assinaladas para o início da sua construção e para pagar as expropriações. Lá voltaremos outra vez com o empréstimo à reunião de Câmara. Nas nossas contas, nunca menos 12 milhões de euros entre obras e expropriações. Devo dizer, senhor Deputado, que eu já assinei dezenas de cheques. A DUP está declarada, como sabe. Foi declarada durante o verão. Eu disse-o aqui na Assembleia de setembro. A DUP, a Declaração de Utilidade Pública, a partir do momento que esteja publicada já ninguém a para. Olhe, há um nome em latim que eu agora não vou dizer porque me engano sempre, as vistorias para memória futura (em português) já estão todas marcadas. Mas isso, como sabe, senhor Deputado, é apenas um pró-forma, porque se a obra estivesse adjudicada e se tivéssemos já dinheiro para a fazer, a obra podia andar, porque tudo o que são processos das DUP's tratam-se sempre a seguir. Isto no que diz respeito a uma grande parte da Variante. E a SUOPG, Subunidade Operativa de Planeamento e Gestão, está a ser concluída pelos serviços. Mas consta lá também: - O projeto, apenas o projeto, para a Praça Velha e zona envolvente. Queremos lançar este procedimento; - A obra da 1ª fase da Avenida São Miguel, sensivelmente 1,5 milhões de euros. Já está em fase de adjudicação, está em audiência prévia. A primeira fase, porque a Avenida São Miguel na totalidade e os seus capilares custará qualquer coisa como 3

milhões de euros. E, portanto, só podemos fazer metade de cada vez. Vamos fazer esta primeira parte, entre a rotunda do Anjo e a ponte do caminho de ferro e o Largo 1º de Maio e uma pequena parte da Rua da Corredoura. E, quando esta estiver concluída, naturalmente, iremos avançar para outra fase porque os projetos estão todos feitos; - A Avenida Francisco Sá Carneiro, a 2ª fase, entre o Chafariz dos Amores e o cruzamento para o Bairro das Lameirinhas. Mais essa obra que está adjudicada. E estas duas que eu acabei de referir poderão ter financiamento através do Portugal 2030; - A requalificação do eixo central da cidade. Continuamos a fazer os projetos tão necessários, como a requalificação do Bairro do Bonfim, entre outros, para projetarmos para o futuro a execução do quadro comunitário 2030. Sim, porque sem projetos não há obras; - Os acessos ao centro da cidade, como a Avenida Cidade Bejar, que está a concluir. Esperemos que até final do ano esteja totalmente pavimentada. Aqui, há pouco, alguém gozava, literalmente, com a 3ª fase da VICEG. Eu falarei mais adiante sobre a discussão pública do PDM. Vão ver o que lá está no PDM. As pessoas não devem cuspir para o ar, porque, a seguir, cai-lhes em cima. Vão lá ver, no PDM, o que é que lá está, em termos de traçado da VICEG. Vão lá ver! Não falem quando não sabem. Não estejam sempre a falar mal. Fica-vos mal! A Guarda não gosta disso. Aliás, estou em crer que a maior parte dos Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes não gostam disso. Portanto, não falem daquilo que não sabem. Vão lá ver a discussão pública do PDM. Mas eu adiante falarei mais sobre isso; - A Requalificação da Rua Tiago Gonçalves, que está também em adjudicação; - Já está adjudicado o Bairro Nossa Senhora dos Remédios e Bairro da Luz, as ruas mais degradadas destes dois Bairros; - Temos em projeto uma obra do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, já falarei mais adiante sobre isso, que é a Estrada Verde, a estrada de acesso ao Maciço Central da Serra da Estrela, a partir de Videmonte até ao alto dos Galhardos, ao alto da Portela, na calçada dos Galhardos já em Folgosinho; - O Órgão de Tubos da Sé. Viram uma fotografia que um dia destes andou a circular? Pois é, aquilo já é o Órgão da Sé. Já está construído. Só falta agora dirimir os problemas que temos ainda com a tutela regional, por causa da estrutura de montagem dentro da Sé Catedral; - O estudo prévio do Centro Interpretativo da Judiaria da Região Centro, está incluído no orçamento. Eu estou apenas a citar aquilo que lá está escrito e não estou a ser exaustivo. Mas, passando para a parte desportiva: - O Complexo Desportivo de Casal de Cinza, aguardamos a todo o

momento a revisão do projeto para podermos lançar esse procedimento concursal; - O Pavilhão Desportivo do Centro Escolar do Vale do Mondego; - O Campo Sintético do Carapito São Salvador, do NDS; - As Bancadas do Zâmbito; - A Comunidade de Energia Renovável para o Parque Industrial; - A Área Empresarial Tecnológica que já foi aprovado o projeto na reunião de Câmara, para agora podermos fazer a revisão do projeto e a candidatura aos fundos comunitários; - O projeto, que já foi aprovado, do Museu dos Sabores das Beiras e Serra da Estrela, revisão e candidatura aos fundos comunitários; - Tal como a Rua Vila de Manteigas. E naturalmente que constam também as verbas para as juntas de freguesia, seja 1 milhão e 56 mil euros da Delegação de Competências que assinámos em 2022, sejam os Contratos Interadministrativos que estão comprometidos, 1 milhão e 300 mil euros. Isto é o que consta, de uma forma muito generalizada, no orçamento deste ano. Mas, já agora, podemos dizer também daquilo que foi feito até agora. O senhor Deputado António Oliveira falou aqui nalguns pontos que são eles também muito importantes: os projetos que estão em curso, adjudicados. Muito obrigado por essa explicação exaustiva. Mas eu devo dizer, já agora, aquilo que andámos a fazer nos primeiros dois anos e meio de mandato: 20 milhões de euros. 20 milhões de euros, tudo pago. Não querendo ser exaustivo, mas devo dizer, já agora: a Ecovia da cidade. Pois, já havia um projeto, havia uma obra concursada. Eu tinha lá a minha assinatura no passado, mas isso não importa para aqui agora. Quem é que fez a obra e quem é que teve que a pagar? Então, isto estica? Alguém tem uma máquina de fazer notas em casa? Isso é ilegal, mas, às vezes, se calhar, pode dar jeito para alguns, não sei. Para nós não. Os Passadiços do Mondego, quando nós chegamos, iam a meio, em termos de execução financeira. Tivemos que investir mais quase 3 milhões de euros nos Passadiços do Mondego. 3 milhões, tudo pago. A Plataforma Logística, que tivemos que fazer uma 2ª fase da terceira fase: 1 milhão de euros, porque o projeto inicial não estava bem feito. Tal como na Ecovia, os New Jersey que tanta gente falava mal... tanta gente não, alguns falavam mal. Mas eu recusava-me a abrir a Ecovia sem ter aqueles New Jersey, aquelas barreiras de betão para nos proteger a todos, conferindo assim mais segurança rodoviária. E tivemos que gastar lá mais 1 milhão e meio de euros que não estava previsto. Tudo pago. O Pavilhão da Escola Secundária da Sé, sim senhor. Só tenho pena que muitos de vós, para não dizer quase todos, não terem ido à inauguração. Tenho pena. Podiam ter ido à inauguração. Sabem porquê? Porque não é uma obra do

PG, é uma obra da cidade. Ao contrário de alguns que dizem que: “essa obra foi do PS”, “essa obra foi do PSD”, esta obra não é do PG. É da Guarda, é de todos nós. É da escola, é da comunidade educativa, é dos clubes e foi por isso que ela foi feita. E, olhe, aquela obra, para além de politicamente, também tecnicamente deu-me muito gozo. Sabe porquê, senhor Deputado? Porque, a certa altura, eu tive que ir para lá e despir o fato de Presidente e vestir o fato de Engenheiro para resolver problemas, fruto de um projeto mal concebido. As bancadas tiveram que ser todas refeitas. Enfim, com centenas de milhares de custos a mais, mas que um dia, nas minhas memórias, escreverei com muito gosto, porque acho que ficou uma obra digna para a nossa cidade. E a requalificação do Mercado Municipal de São Miguel, tudo pago; a cobertura do Polidesportivo das Lameirinhas, tudo pago. Há lá pequenos problemas, em termos de garantia da obra, que os técnicos estão a tentar resolver com a empresa construtora. O Espaço Tecnológico do Centro Histórico, tudo pago, sem financiamento: 400 mil euros. Vão lá ver o sucesso que é o Espaço Tecnológico do Centro Histórico. O Ginásio e Balneários da Escola de Santa Clara; o sistema de informação em tempo real nas paragens de autocarro; os cinco novos autocarros, estará para chegar o primeiro. Vejam só, quando é que nós aprovámos? Vá lá, aprovaram esses empréstimos dos autocarros! Foi no início do ano. Ou fevereiro ou abril, já não me recordo. Só agora está para chegar o primeiro, vejam só os prazos de entrega tão dilatados que nós temos: - A requalificação das ruas de Alfazazes; - A requalificação das ruas dos Galegos; - A conclusão da requalificação do espaço envolvente da Capela do Mileu; a conclusão do Pavilhão do Bairro do Pinheiro; as requalificações das redes de água e de saneamento que foram sendo feitas pela cidade e pelas freguesias, tal como as calçadas na cidade; - A requalificação do Campo de Futebol de Gonçalo. Sabe, senhor Deputado, há doze anos que em Gonçalo não se praticava futebol e investimos para requalificar o Campo de Futebol de Gonçalo. Uma coisa de cada vez. Investimos, gastámos o dinheiro, está tudo pago, há prática desportiva e estamos a fazer os projetos, para o futuro, do pavilhão e do sintético. Para o futuro. Não é prioridade neste momento, já o disse publicamente, porque já colocámos lá a prática desportiva. A prioridade, neste momento, é o campo sintético de Casal de Cinza e o campo do Carapito São Salvador, porque é onde há a prática desportiva de centenas de atletas diariamente e onde há muita formação desportiva. O caminho faz-se caminhando, porque nós não vamos, nunca, em quatro anos, fazer

aquilo que nunca foi feito em quinze, vinte, trinta. Enfim, nunca o vamos conseguir. É humanamente, tecnicamente e financeiramente impossível. E a conclusão daquele Pavilhão Multiusos em Maçainhas, já para não falar na reabilitação das linhas de água e na estabilização de encostas após os incêndios de 2022, um trabalho muito importante que foi feito, que foi acompanhado pelos técnicos da Autarquia; - A pavimentação de vários caminhos no concelho; - A plantação de mais de três mil árvores na cidade que custou muito dinheiro; - A requalificação da estrada de acesso à Nossa Senhora da Alagoa - Freguesia da Pera do Moço; os tais quatro Parques Infantis, que eu há pouco referenciei. E isto não é exaustivo. 20 milhões de euros, é só o que está aqui. Foi só aquilo com que nos andámos a divertir durante dois anos e pouco de mandato. Espero que não haja dúvidas e se acabe, de uma vez por todas, com a demagogia que nós aqui ouvimos: “eles não fizeram nada”, “só fazem tudo nas freguesias”, “não fazem nada na cidade” e agora é “querem fazer tudo a nove meses de eleições”. É a demagogia ao mais alto nível. Mas devo dizer aqui também outros números: os Acordos com as quarenta e três Juntas de Freguesia. No final deste mandato, em função dos compromissos que estão assumidos, serão 6,3 milhões de euros de transferências para as Juntas de Freguesia. O maior investimento nas freguesias, de uma forma direta, na contratualização com as juntas, dos últimos vinte anos. Eu sei do que estou a falar, porque são os números. O Plano de Investimentos que está em curso, uns já quase a finalizar ou praticamente no fim, Benespera e Vela, Valhelhas caminha para o fim e Famalicão da Serra também. Já está em curso Videmonte, Vale do Mondego. Enfim, os tais 10 milhões de euros que estão em curso, onde nos foi chumbado o empréstimo para fazer face a dois terços das necessidades, porque só temos financiamento para um terço. Os tais cem quilómetros de estradas e caminhos municipais e os trinta quilómetros de condutas de água, passe lá uma pessoa, duas ou mais. Olhe, eu já lá passei, em todos eles, muitas vezes. Só pode dizer isso quem não conhece o concelho, quem não conhece o território, quem não conhece as freguesias, quem não conhece o mundo rural. Deve-se sentar aí num qualquer café da cidade, na conversa da má língua, mas é preciso calcorrear os caminhos do nosso território. É preciso sofrer com as populações. E por isso é que nós desenhámos este Plano de Investimentos. Por isso, muito obrigado, senhor Deputado António Oliveira, perante aquilo que bem referiu sobre aquilo que é este orçamento. Mais algumas notas. Há pouco falou-se uma não

verdade, uma mentira sobre o quadro de pessoal da Câmara da Guarda. Não foi no ponto próprio, mas foi neste. Senhor Deputado, o senhor disse que a Câmara da Guarda tem mais de mil funcionários. Isso é mentira. Isso é mentira. O quadro de pessoal da Câmara da Guarda terá, em 2025, oitocentos e sessenta e seis funcionários com os concursos que estão a ser finalizados. Oitocentos e sessenta e seis, à data de hoje. À data dos últimos dias. Com as reformas que estão a acontecer, sabe quantas reformas estão pendentes na Caixa Geral de Aposentações daqui da casa? Quarenta pedidos que estão lá pendentes. Dados de ontem. Senhor Chefe de Divisão, é mais ou menos este o montante que lá está pendente. Quarenta pedidos de reforma. Estão a ver, dos oitocentos e sessenta e seis, para onde é que isto cai logo. O senhor quis-nos comparar com outras capitais de distrito? Olhem, vão à Covilhã. Atenção, nada contra a Covilhã, nada contra Castelo Branco. Total solidariedade com os meus colegas Presidentes de Câmara, que nos podem estar a ouvir online e um abraço para eles e para aquelas boas gentes. Sim, porque somos todos do mesmo território Beira Interior. A Covilhã, com as suas empresas municipais, sim, porque, na Covilhã, que é uma Autarquia do Partido Socialista, tem empresas municipais e são aprovadas para poderem funcionar. Só na Guarda é que não. A previsão é de novecentos e setenta e oito funcionários. E, em Castelo Branco, com todas as empresas, pouco mais de oitocentos. É só para que nós tenhamos bem a noção daquilo que são os reais valores e não andemos a atirar com terra para os olhos das pessoas. Sobre mais algumas questões que aqui foram afirmadas: senhor Deputado João Vaz, as tais reformas são de cinco anos para trás. Isto, há um ano. Cinco anos para trás, cinco anos para a frente. Se alguma vez eu disse dois anos, foi mero engano meu, porque é cinco anos para trás e cinco anos para a frente. Sobre o parecer do Conselho Municipal da Juventude, olhe, a culpa é minha. A culpa é mesmo minha, porque a celeridade que nós quisemos dar à necessidade de aprovar o orçamento, para podermos projetar o futuro, não deu para que se fizesse a reunião atempadamente. A responsabilidade é minha e assumo-a integralmente. Olhe, senhor Deputado, nós vamos seguir exatamente a mesma linha de pensamento dos anos anteriores. Há uma rubrica geral para o CMJ, para o Conselho Municipal da Juventude. Então, dentro dessa linha de financiamento, dessa rubrica, venham lá as sugestões, tal como fizeram no ano passado. Deixe-me dar-lhe nota sobre os transportes do IPG, só não vê quem não quer, senhor Deputado. Os transportes já vão ao Politécnico, já vão à Plataforma Logística, já

vão aos Galegos, já vão ao Torrão. Serão necessários mais horários? Quiçá, sim. Estamos em contínua avaliação. À Sequeira, também, à Quinta das Covas, enfim. Nós estamos em contínua avaliação, sabe porquê? Porque este contrato que está em vigor não é o melhor do mundo (também não é o pior do mundo, como alguns, às vezes, querem pintar), mas foi o contrato que nós herdámos. Nós já fizemos melhorias, dentro daquilo que é o contrato que está em vigor, que é por cinco anos. Teremos mais três anos de contrato, sensivelmente, senhor Vereador? Mais três anos e vamos tentando fazer “das tripas coração” para que o contrato possa estender a sua rede. É esse trabalho contínuo que nós estamos sempre a fazer e a avaliar, o senhor Vereador, o senhor Chefe de Divisão e os serviços técnicos. Senhor Deputado, nós não devemos avaliar um orçamento por palavras, pelo número de palavras. Olhe, eu aqui devo citar aquilo que eu disse na reunião onde votámos o orçamento ao senhor Vereador em substituição. Não estava a senhora Vereadora Adelaide, estava o senhor Vereador em substituição que disse que havia “x” número de repetições da palavra empréstimo. E eu tive que dizer que também há “x” número similar de endividamento do passado que não fui eu que o fiz. Também não foram os senhores que o fizeram, mas se foi feito no passado é porque havia essa necessidade de fazer investimentos: no Centro Escolar do Vale do Mondego, no Centro Escolar de Gonçalo, no TMG, na BMEL e tantos outros. Houve essa necessidade. E, à época, aprovaram os empréstimos e muito bem. Sabem quanto é que nós estamos a pagar (pagámos este ano e vamos pagar no próximo ano) de empréstimos do passado? 2,3 milhões de euros, sensivelmente, por ano, de amortização, capital e juros. Até 2029 vamos continuar assim. Mas eu não quero colocar em causa os empréstimos que foram feitos na altura, foram bem feitos. Tirando aquela questão do PRED e do PAEL, essa história já é outra que agora não importa discutir, não interessa, está tudo pago. Não, está tudo pago, não. Está tudo pago pelo banco. Nós agora estamos a pagar ao banco. 2,3 milhões de euros que estamos a pagar, por ano, até 2029. Continuando, porque, naturalmente, tentarei sempre responder às questões todas, que eu aponte, que me foram colocadas. Senhor Deputado Ricardo Neves - o empréstimo não consta do orçamento. Devo-lhe dizer a mesma coisa, vá ler a página 16, 21 e 22, nas notas introdutórias. Faça o favor de lá ver, depois veja lá o que é que está dito sobre tudo isso. Aliás, o Deputado Miguel Borges, quase no final da sua intervenção, referiu, e bem, fugiu-lhe a boca para a verdade, porque, de facto, disse, está na sua intervenção

escrita, e bem, que o orçamento já pressuponha empréstimos. O senhor disse isso, e bem. Ainda bem que o senhor viu aquelas três páginas, a 16, 21 e 22, porque consta lá efetivamente. A Variante da “Ti Jaquina” está lá com um empréstimo, tal como aquelas cinco rubricas que nós de manhã aqui falámos. Está lá para a necessidade de um empréstimo. Devo dizer também, senhor Deputado Ricardo, fornecimento e serviços externos, aquisição de bens e serviços têm uma redução de 12,6%. E há outras reduções. Sabe, senhor Deputado, é que, e como bem referiu, um dos motivos para nós integrarmos estas pessoas, os novos quadros no Município, é precisamente para irmos acabando com alguns contratos externos, conforme já estamos a fazer. Assim que os contratos chegam ao fim, acabou, porque já temos pessoas que já sabem da arte, já estão formadas e continuam com esses serviços. Haverá sempre áreas que nós precisaremos de serviços externos, mas sempre que nós possamos internalizar, sempre no balanço de custo-benefício bem ponderado, nós vamos continuar a fazê-lo. Senhor Deputado - manutenção de redes de água e saneamento. O senhor Deputado enganou-se no orçamento, não é o da Câmara, é o da APAL. Os 55 mil euros que lá constam é para acabar os contratos que estão em vigor da responsabilidade da Câmara da Guarda, porque a nossa opção foi não fazer a cessação da posição contratual para a APAL, mas sim a Câmara pagar e depois debitar à APAL. Correto, Dra. Teresa Fernandes? É assim que estamos a fazer. Estamos a debitar, porque temos aquele contrato de colaboração entre as entidades que foi aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal. Senhor Deputado, aí enganou-se, certamente, naquilo que estava a referenciar. Senhor Deputado Miguel Borges, sobre os parques infantis já falei. E, olhe, devo dizer que já foram retirados dois equipamentos, foram remendados outros, meramente remendados e, sempre que necessário, retiram-se outros. Desde que esteja em causa a segurança das nossas crianças, dos nossos jovens, são retirados. E, quando houver possibilidade, em função do chumbo que os senhores fizeram, será colocado. Sobre os estaleiros, então os senhores chumbam o empréstimo e depois vêm dizer que, agora, nós não queremos fazer estaleiros? Há prioridades! Daquilo que nós vamos fazer, a obra está adjudicada. E esperemos que nos próximos meses (um, dois meses) isso possa acontecer, que é a substituição do telhado em fibrocimento, que ainda existe nos estaleiros atualmente. Sabiam? É normal que não saibam. Os estaleiros municipais, uma parte deles ainda têm fibrocimento. Vamos retirá-lo e vamos fazer essa obra que custará

100, 150 mil euros, porque não faz sentido investirmos muito. Aqui, tem a ver com a segurança e com a saúde dos trabalhadores. Porque a nossa decisão não é fazer mais investimento naquele edifício, temos que sair dali. O futuro a Deus pertence em relação ao destino daquele edifício, mas temos que sair dali para os Galegos. Obrigado, senhor Presidente da Assembleia Municipal, por nos ter ajudado a registar aqueles quinze ou dezasseis hectares nos Galegos e o edifício que adquirimos da antiga ARCOREL, a um preço de saldo. É para aí que os estaleiros irão no futuro. O projeto está a ser desenvolvido. Senhor Deputado, então, o senhor disse que votam favoravelmente os empréstimos, estou a citar mais ou menos, se estiverem como deve ser. Então, porque é que não votaram favoravelmente os da habitação? Porquê? Porque é que não votaram os da habitação que foi à última reunião de Câmara? Porquê? O senhor disse há pouco uma coisa e a senhora Vereadora disse isso na reunião de Câmara, que tinha a ver com o facto de dizer na proposta, por mim subscrita, que eu depois conduziria o processo todo até à adjudicação depois de aprovado na Assembleia Municipal. E eu disse na reunião de Câmara: “senhora Vereadora, se for esse o motivo da aprovação ou da não aprovação, então essa parte retira-se e faz-se como no anterior.” Mas, depois, no final, votou contra de igual forma! Portanto, se as coisas estavam feitas como deve ser, não se entende o porquê de os senhores não terem aprovado esse empréstimo. Tal como o Plano de Investimentos nas freguesias que já há pouco aqui referi. O senhor Deputado falou que faltam referências ao Porto Seco, à ULS e ao IPG, que tanto se fala mas nada se faz, nada se constrói. Porto Seco - mas é a Câmara da Guarda que vai fazer o Porto Seco? Então, vamos lá pôr uma frasezinha: nós gostamos muito do Porto Seco, nós amamos o Porto Seco! Mas isso é verdade, todos nós devemos amar o Porto Seco. Já falarei mais adiante sobre a conversa com o senhor Ministro das Infraestruturas, que ontem esteve presente na Guarda. ULS - então e o projeto do CINE? Os 150 mil euros que a Administração anterior teve dois anos e meio o documento na gaveta. 150 mil euros que a Câmara da Guarda... está no nosso orçamento há dois anos, vai para o terceiro ano, para o Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento. Bola, feito! O desafio já foi transmitido à nova Administração para desenvolver o projeto para a reabilitação do Pavilhão Rainha Dona Amélia. Isto não é a ULS? IPG - então, a residência de estudantes é para quem? Não é para nós lá dormimos! A menos que algum de nós vá voltar a estudar para o IPG e possa ter direito a um quatinho. É para o Politécnico da

Guarda, e vejam os montantes que hoje de manhã falámos. Então, isto, é IPG ou não é IPG? A despesa com pessoal aumentou - pronto, são aquelas frases feitas! Pois aumentou. E, se Deus quiser, daqui a um ano, vai diminuir, com o risco financeiro que nós tivemos que assumir. Ou estamos à espera que os trabalhadores saiam todos e só depois é que vamos contratar? Olhem, um destes dias aconteceu uma coisa que nunca me tinha acontecido: três operadores de máquinas, de um dia para o outro - *out*, por questões de saúde. Desculpem-me o termo mais brejeiro, “ficámos com as calças na mão”. Tivemos que reunir as chefias para tomar decisões. E tomámos decisões: flexibilizar, de um lado para o outro, para tentarmos resolver as coisas, porque estava em causa a qualidade de vida e a manutenção dos serviços na autarquia. São estes imponderáveis que nós temos que saber acudir a tempo. Já quase a terminar, espero eu. Sobre o Plano de Revitalização do Centro Histórico, Deputado Miguel Borges, já falei sobre isso. O Centro Escolar da Cidade - estudo prévio. Sabem uma das questões que foram negociadas, este ano, na revisão orçamental de fevereiro? Os senhores Vereadores do PSD disseram que essa rubrica devia sair do orçamento e nós assim o fizemos. Consta em ata. Estava na proposta inicial e depois disseram: “não, nós não concordamos com o Centro Escolar e deve sair”. E nós retirámos. Mas nós queremos retomar isso e está no orçamento. Passado este tempo, houve a maturação da ideia, e bem, até porque é cada vez mais necessário um novo Centro Escolar naquele Agrupamento de Escolas da Sé para reagrupar todas aquelas escolas. É o que nos dizem todos os pedagogos na área e é o que está previsto na Carta Educativa e por isso vamos relançar. Aliás, o procedimento de contratação à Ordem dos Arquitetos para nos ajudar no processo até já está adjudicado, para que, nos próximos meses, este estudo prévio possa ser uma realidade. Serviços externos - o senhor Deputado diz que os serviços externos é muito dinheiro. Já não me recordo se o senhor esteve ou não nas negociações com o Partido Socialista no ano passado. Esteve! Um dos cinco pedidos do Partido Socialista no orçamento para 2024 (à época em 2023), era reforçar as verbas nos jardins e espaços verdes. Então, em que ficamos, afinal? Houve reforço de verbas! Então, agora, já não há reforço de verbas? Já agora, o que consta nesta rubrica são os contratos que estão em vigor e a aquisição de plantas para nós plantarmos, tal como aqueles arranjos que foram feitos junto à ponte pedonal, pelos serviços, entre outros. Variante dos F's, em seis meses e foram três anos - pois é, senhor Deputado, não havia Plano de

Urbanização do Cabroeiro, não havia projeto, não havia terrenos, não havia nada. Foi preciso trabalhar muito. E agradeço aos colaboradores da Autarquia o máximo empenho que tiveram nesta matéria. Passaram três anos, é verdade. Mas não despegamos, porque essa é das obras fundamentais para a abertura da nossa cidade à economia, às empresas que estão no Parque Industrial, na Plataforma Logística, e não só, em termos de acessibilidades, porque passaremos a estar, de carro, a um minuto do Parque Industrial. Um minuto. Cumprindo os limites, mais ou menos. Senhor Deputado, a empresa externa para a DUP, a empresa já foi contratada há meio ano. Agora, os serviços colocaram lá, porque o contrato ainda continua em vigor. Foi a empresa externa, sabe porquê? Porque, para esta matéria, é preciso *now know* e é preciso conhecimento, como bem sabe. E é um conhecimento muito denso, muito chato, como bem sabe. É uma matéria muito densa. Por isso abrimos um concurso, ganhou a empresa que ganhou para nos ajudar a fazer este processo que está, claramente, no final. Foram aqui ditas tantas frases, frases feitas, um chorrilho de asneiras. Parece que vão ao dicionário e depois: “ah esta palavra fica bem, então vamos lá colocá-la. Desde que seja para falar mal deste, não há problema nenhum”. Façam um favor à Guarda e à nossa democracia: deixem-nos trabalhar! Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, é mesmo um pedido de esclarecimento. Dizer-lhe que não me fugiu a boca para a verdade, nós sabíamos que estavam lá os empréstimos. O PSD é que parecia que não sabia. Nós sabíamos. E é mesmo um pedido de esclarecimento: quando fala na recuperação do Órgão de Tubos da Sé da Guarda, está um valor, para 2025, de 550 mil euros; para 2026, de 561 mil euros; para 2027, de 573 mil euros; para 2028, de 586 mil euros; para 2029, de 596 mil euros, o que dá um valor de cerca de 3 milhões de euros. Eu pergunto se é mesmo assim ou se há aqui qualquer incongruência? Só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, pedido de esclarecimento? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Relativamente àquilo que o senhor Presidente disse acerca do Mapa de Pessoal, eu

tenho aqui uma dúvida. Aquilo que eu disse foi que o Mapa de Pessoal, no fim de 2025, irá ter mais de mil pessoas. Consultando o documento que nos foi entregue: ocupados oitocentos e sessenta e seis, previstos cento e quarenta e sete. Ou seja, prevê-se que, até ao fim de 2025, estejam estes lugares. A soma dá mil e treze. E eu já não estou a incluir aqui nem os lugares vagos, nem os cativos, que totalizam cento e catorze. Senão estaríamos a falar de mil cento e vinte e sete. Portanto, é uma dúvida. A segunda coisa é relativamente aos empréstimos. Efetivamente, no corpo do texto está lá por três ou quatro vezes a dizer que vão pedir empréstimos. Mas se nós analisarmos os mapas financeiros, designadamente o mapa resumo da página 43, eu quero que o senhor Presidente me diga onde é que estão os empréstimos, porque toda a receita que aqui está, está alimentada por rubricas e em nenhuma delas lá consta o empréstimo. Portanto, posso eu estar enganado e, se for, eu redimo-me. Senão, gostaria que o senhor Presidente me explicasse. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado Miguel Borges, é um erro técnico. Na produção final do documento, os serviços devem ter carregado na tecla errada ou numa tecla sem querer. É um erro técnico, porque, efetivamente, a sua execução é nesse montante para 2025. Senhor Deputado, no ano 2024 estavam previstos duzentos e trinta e quatro. Para 2025 estavam previstos cento e quarenta e sete. Foram todos ocupados os duzentos e trinta e quatro? Só devemos falar daqueles que estão ocupados de uma forma efetiva. Não baralhe as pessoas, senhor Deputado. Não baralhe as pessoas. É números para a frente que é para confundir toda a gente! É uma matéria densa e temos que estudar as matérias e, por isso, não confunda, propositadamente, as pessoas. Sobre a questão dos empréstimos, senhor Deputado, o empréstimo só pode constar no mapa financeiro quando estiver contratualizado. Eu sou Engenheiro, não sou Gestor, nem Economista. Eu sou Engenheiro, mas já lidei muito com finanças ao longo da minha vida profissional, pessoal e agora política. Só quando os empréstimos estão contratualizados é que passam a fazer parte dos fluxos financeiros, dos mapas financeiros. Muito obrigado.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Senhores Deputados, vamos colocar o ponto 2.2 à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.2 - Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2025 - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e um votos a favor, dez votos contra e dezoito abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Boa tarde. Dizer o seguinte. Eu abstive-me no orçamento e fico naturalmente satisfeito que o mesmo tenha sido aprovado. Aliás, os Vereadores do PSD deram, a meu ver, um grande contributo em negociação com o senhor Presidente da Câmara. As partes, digamos assim, fizeram um bom trabalho neste processo e conseguiram acomodar algumas das propostas que são importantes nas diversas áreas da governação. Por exemplo, na área da Cultura (alguns projetos de relevo), também na área do Desporto, na Modernização Administrativa, podia citar outras áreas. Eu estive a ver as propostas, na altura falei com o Dr. Carlos Monteiro e parecia-me que nós, já no ano passado, devíamos ter tentado, a todo o custo, viabilizar o orçamento, porque é um documento estruturante para o concelho e é sempre bom que seja aprovado. É um documento previsional, todos nós sabemos isso. Há coisas que se vão executar, há outras que não vão. Mas, à partida, é sempre bom a aprovação. E dizer que não foi por causa do senhor Presidente se vitimizar ou não, como foi dito aqui. Isso não corresponde minimamente à verdade. Se assim fosse, os mesmos Vereadores teriam aprovado o empréstimo, e reprovaram o empréstimo. Aliás, deram a possibilidade ao senhor Presidente da Câmara, no primeiro ato público que foi a inauguração da Guarda, Cidade Natal, a primeira intervenção que ele fez foi exatamente sobre a reprovação do empréstimo. E, portanto, não foi naturalmente por esse motivo. Queria deixar aqui também uma mensagem para futuro. Hoje vimos aqui um conjunto de propostas, de candidaturas, em número significativo. Montantes muito elevados, embora diferidos no tempo. A componente nacional de todas essas candidaturas é elevadíssima, como é evidente. Seja no PRR, seja no 2030. E, portanto, eu não estou a falar só deste mandato, estou a falar para a frente. Eu não sei qual é a capacidade financeira da Câmara Municipal em cada momento, estive a ler, naturalmente, os documentos, e os Vereadores do PSD mostraram sentido de responsabilidade, até ao

momento, na aprovação do orçamento. Mas, para futuro, temos que ter em conta sobretudo as candidaturas, porque, volto a dizer, a componente nacional é elevada para cada uma das candidaturas, são muitas, e temos todos que ter esse sentido de responsabilidade. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto? Presumo que não. Passávamos, então, ao ponto 2.3.” -----

Ponto 2.3 - Proposta de Mapa de Pessoal para o Ano de 2025 da APAL-SIM - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está à discussão. Faça favor. Se o plenário autorizar, juntamos à discussão os pontos 2.3 e o 2.4. Depois, a votação, claro, que tem que ser em separado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Eu já falei aqui deste assunto, por diversas vezes. Dizer-lhes já, desde o princípio, que vou votar a favor sobre esta matéria. Mas, mesmo assim, gostaria de deixar a minha posição vincada. De certa forma, estou aqui em nome da bancada, naturalmente. Há bocado, o senhor Presidente falou aqui na questão das empresas municipais e intermunicipais e por aí fora. Aqui, a Câmara da Guarda, em parceria com os outros municípios, como sabemos, adotou a fórmula da parceria intermunicipal, enquadrada no setor empresarial local, é verdade, mas não evoluiu para uma empresa intermunicipal. Eu teria ido para aí. Eu. Não tinha medo nenhum de vir aqui e de tentar que os meus companheiros Presidentes de Câmara, os meus colegas, também pensassem da mesma maneira. Eu sei que é importante dar escala (isto já foi aqui falado por diversas vezes, eu próprio já vim aqui falar, é a terceira vez) para que os serviços funcionem melhor. É preciso renovar a rede de distribuição, substituir contadores, é preciso candidaturas aos fundos comunitários. Eu sei que sim e tudo isso eu concordo. Eu, na altura, questionei o consultor que veio aqui, aquando da apresentação, o ano passado, e eu reputo esse senhor uma pessoa competente, não tenho dúvidas (eu conheço o trabalho que ele já fez noutros municípios) e questionei porque é que não seria uma empresa intermunicipal? Porquê? Por causa da autonomia

financeira, jurídica e também da autonomia administrativa. Eu acho que era mais favorável do que esta fórmula, digamos assim, do que esta modalidade. Porquê? Porque é importante saber, digamos assim, o que é que cada município aporta. Saber o contributo de cada um, num projeto que é de todos, sendo que a Guarda é o município com maior expressão aqui. Eu já disse, por diversas vezes, que tenho receio que estejamos nós a pagar a fatura que é de outros. Essa é a minha preocupação, sendo certo que o senhor Presidente da Câmara da Guarda saberá o que está a fazer e estará atento e, portanto, espero eu que haja também competência na administração. Saber o que é que cada município transferiu será importante, como é dito na própria escritura logo de início. E, portanto, foi-me respondido que esta fórmula jurídica seria mais leve e seria menos onerosa. Todos sabemos que falamos de um serviço intermunicipalizado, mas é mais burocrático. Por exemplo, os documentos previsionais têm que ir aos órgãos de cada um deles. Os orçamentos, os planos, os relatórios e contas, têm que ser aprovados pelos órgãos municipais de cada um dos municípios integrantes, assim como a aprovação dos próprios tarifários. É assim, não estou a dizer nada que não seja verdade, o que torna isto, digamos, um pouco mais burocrático. Diz-se, nos documentos, que a externalização, nomeadamente funcionários, equipamentos e serviços, irá ocorrer no início de 2025. Bom, mas importa saber qual é a comparticipação de cada município. Por exemplo, na afetação de pessoal, estão previstos vinte e cinco recrutamentos, e cento e um funcionários, por transferência, dos municípios. Quantos funcionários são transferidos da Câmara Municipal da Guarda e qual é o critério? Esta é uma questão, são duas questões. Nos 12 milhões de receitas previstas e, sobretudo, nos 10 milhões designados por venda de bens e serviços correntes, relativos aos quatro concelhos, qual é o critério? Sendo que a Guarda vende mais, digo eu. A propósito do pedido de adesão, na altura, de Fornos de Algodres, eu mostrei, na altura, o meu ceticismo, porque a fundamentação desse pedido residia no facto de Fornos de Algodres não ter meios: então vou-me agarrar ali, porque a Guarda dá escala. Portanto, esse continua a ser o meu receio, que não sejam os munícipes da Guarda a pagar a fatura. Eu continuo a dar o benefício da dúvida, quero acreditar que teremos uma gestão competente e rigorosa. Quero acreditar e acredito. Mas, meus amigos, deixo só uma sugestão: atentem nas faturas. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, tem a palavra.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Boa tarde a todos. Em relação ao quadro de pessoal da APAL, ou por engano ou então suscetível de alguma explicação (mas eu penso que talvez seja por engano), tem um total de cento e vinte e cinco. Mas, nas observações, nos postos a prover por transferência dos municípios e novos recrutamentos, tem cento e um mais vinte e cinco, o que totaliza cento e vinte e seis e não cento e vinte e cinco. Ou carece de alguma explicação ou é um erro e deve ser corrigido.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Liliana Palos Almeida, Deputada (PS):** “Muito boa tarde a todos. Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente. Referindo-nos aqui ao mapa de pessoal proposto para a APAL, antes desse assunto, carece, senhor Presidente, fazer-lhe chegar algumas situações que os munícipes nos fizeram chegar. Neste caso, desde que o serviço passou para a APAL, o mesmo não melhorou. Muito pelo contrário. Houve muitos cidadãos a queixarem-se de erros nas faturas, leituras que não foram feitas e, no final, um peso maior do custo da água nas famílias dos nossos munícipes. Passando agora à parte do mapa de pessoal, pelo que nos foi exposto nos documentos, prevê cento e vinte e cinco postos de trabalho, dos quais cento e um são transferências. Portanto, penso que ficaríamos todos mais esclarecidos, sendo a APAL composta por quatro municípios, saber quantos funcionários são transferidos e de que concelhos é que são. Penso que esta informação deveria constar do documento. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento o a si, a todos os presentes e a todos aqueles que acompanham os nossos trabalhos pelos meios de comunicação social. Eu venho aqui falar relativamente à análise que foi feita do orçamento da APAL. Da leitura dos documentos, é possível ver-se, nas notas introdutórias, que neste ano de 2025 será realizada a transferência de funcionários,

equipamentos e serviços, no início do próximo ano, pelo município da Guarda. Portanto, será o primeiro município a avançar, como o senhor Presidente já aqui disse nesta casa em sessões anteriores. E como prioridades e grandes objetivos, e passo a citar o documento: “encetar estratégias de investimento em estruturas físicas, operação e gestão que permitam a realização eficaz e eficiente da missão da APAL.” Esperemos que isso se reflita, depois, no facto dos cidadãos não se queixarem, como se estão a queixar agora, da pioria na qualidade dos serviços pela mesma prestada. Para além disto, na minha intervenção, tenho ainda algumas perguntas que eu gostava de fazer e que consideramos importantes para a tomada de posição relativamente a este documento. Da sua leitura conclui-se que é um orçamento bastante elevado, mais de 12 milhões de euros, no qual as despesas correntes representam 86% e as despesas de capital 14%, algo que consideramos muito pouco para quem quer gerar alguma atividade económica. E ainda temos algumas questões relativamente ao facto de: quais são os projetos que estão em curso, neste momento, na APAL? Quantas candidaturas estão previstas? Qual o objetivo, em termos financeiros, para 2025, de candidaturas a fundos comunitários? E ainda, relativamente à entrada do Município de Fornos de Algodres, de que maneira impacta, desde já, ou de que forma impactará este documento que hoje aqui vem a esta casa, tendo em consideração a aprovação na última Assembleia Municipal, de 30 de setembro, onde houve uma alteração do acordo de parceria da APAL? Portanto, queríamos perceber de que maneira a entrada deste novo município poderá impactar o orçamento da APAL. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não haja mais ninguém inscrito. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos. Aqui já são trinta minutos, já não são cinquenta e cinco, pois não? Falando dos dois pontos, em simultâneo, para podermos otimizar o tempo. O ano de 2025 irá ser marcado pela transição definitiva das atividades de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais dos municípios para as Águas Públicas em Altitude - Serviços Intermunicipalizados. Após seis meses de trabalho árduo, vamos a caminho do sétimo mês, realizado conjuntamente com os serviços dos municípios, estão reunidas as condições para a concretização da externalização das atividades dos

municípios para estes Serviços Intermunicipalizados. Assim, este orçamento para o ano 2025 prevê a totalidade dos encargos a suportar diretamente pelos serviços, na prossecução da sua atividade, uma vez que, desde o início da mesma até à presente data, os encargos, tal como referi há pouco, têm sido maioritariamente assegurados pelos municípios e, posteriormente, debitados à Águas Públicas em Altitude - Serviços Intermunicipalizados, no âmbito dos protocolos de colaboração celebrados entre as partes. Sobre as questões que aqui foram colocadas, maioritariamente em relação ao mapa do pessoal dos Serviços Intermunicipalizados. O mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados, são cento e vinte e cinco, senhora Deputada. Se há aqui algum erro, são cento e vinte e cinco. Foi o número que foi estabelecido entre os quatro Presidentes de Câmara no Conselho de Administração. São cento e vinte e cinco e eu peço aos serviços que, se tiver que ser feita alguma correção, são cento e vinte e cinco. É essa a correção. Eu devo dizer o número de colaboradores que estão, neste momento, afetos a esta atividade, em cada uma das Câmaras: Guarda - sessenta e cinco; Sabugal - vinte; Celorico da Beira - catorze; Manteigas - dois. Aqui vemos bem a diferença da dimensão dos concelhos. Isto porque, digamos, os serviços mais administrativos, mais financeiros, mais de faturação, digamos assim, o grosso e mesmo técnico é na Guarda que está localizado. Haverá sempre serviços desconcentrados em cada um dos municípios, o atendimento comercial, haverá piquetes, enfim, tudo isso está a ser devidamente planeado. Mas estes são os números dos colaboradores atualmente ao serviço do setor de abastecimento de água e saneamento, e são estes trabalhadores que nós estamos a trabalhar para que possam transitar, no todo ou em parte, para a APAL-SIM. Sobre as outras questões aqui referenciadas. Senhor Deputado Luciano Calheiros, serviços intermunicipalizados ou intermunicipal. Este foi o modelo consensual entre os quatro autarcas. O futuro a Deus pertence. Conforme bem disse, é uma carga burocrática pesada? É. Dá trabalho? Dá. Dá muito trabalho. Mas é a forma jurídica que nós temos e, portanto, vamos continuar a trabalhar sobre a mesma. No futuro, logo se verá se este se revela ser o melhor modelo jurídico. Eu continuo a achar e todos nós que a externalização é o caminho, é a profissionalização do setor. Isso é absoluto. Mas, a forma jurídica, veremos ou reavaliaremos, no futuro, esta temática. Senhor Deputado, a Guarda não paga a fatura dos outros. As tarifas são iguais para todos. A diferença é que a Guarda aplica o tarifário na sua plenitude. Os outros municípios, dependendo do

escalão ou dependendo do serviço, a própria Câmara dá um apoio à APAL para poder ter lá um tarifário ligeiramente mais baixo, por causa da adaptação ao novo tarifário, no plano de adaptação tarifária, um plano quinquenal que esses municípios, efetivamente, estão a aplicar. Mas cada um paga as suas contas. No final do mês, cada um tem que pagar as suas contas e fazer essas compensações necessárias, que são muito bem controladas. E, por isso, as faturas são iguais para todos, na medida que eu acabei de falar, porque aquilo que se espera é que, neste prazo de cinco anos, os municípios tenham as tarifas, todas elas convergentes, exatamente da mesma forma. Aliás, eu ainda esta semana estive na Conferência da Água, no LNEC, em Lisboa, e isso mesmo se defendia: esta adaptação, a convergência tarifária deste tipo de sistemas, sejam serviços intermunicipalizados, seja a empresa intermunicipal ou outras figuras, associação de municípios de fins específicos, enfim. A ERSAR, aquilo que defende, e o caminho vai ser esse, é a convergência tarifária, e, nos próximos anos, vamos ver muitas transformações a esse nível. Sobre a questão do erro, já acabei de referenciar. A origem dos trabalhadores, também. A senhora Deputada Liliana falou aí nas questões do erro das faturas. Sempre que é detetado um erro nas faturas, os serviços abrem uma análise de conta. Já antes era assim e continua a ser. E, olhe, atendendo àquilo que me passa pelas mãos para assinar, não são assim tantas quanto isso. Estamos a falar em meia dúzia delas por semana ou por mês, neste momento. Por mês, porque elas passam todas por mim para assinar. Por isso, é normal que haja erros nas faturas, porque é a transformação da faturação de um serviço para outro, a migração de sistemas. Isso pode acontecer. Por isso é que, sempre que há uma reclamação, os serviços abrem a análise de conta, porque o custo, no final, é exatamente o mesmo. Mesmo que, num determinado mês, não haja uma leitura, é feita a leitura por estimativa e faz-se o acerto no mês seguinte. É assim que é feito. Não é desde agora, é desde sempre. Já agora, referir aqui também a questão dos resíduos. Eu tenho vindo a falar, ao longo dos últimos anos, no impacto futuro do preço dos resíduos nas nossas faturas. Este ano houve aqui uma espécie de moratória, porque as grandes empresas produtoras ou comercializadoras de embalagens, os grandes operadores económicos, as grandes superfícies comerciais, este ano tiveram que compensar financeiramente as entidades em alta de recolha de resíduos, para que não aumentasse tanto a tarifa. Porque, senão, a tarifa iria ter um aumento de 35%, sensivelmente. Mais de 30% de aumento da tarifa

dos resíduos. E este ano houve uma moratória. Vamos ver no próximo ano aquilo que vai acontecer, porque, passados estes anos todos de privatização da EGF, estamos pior, financeiramente falando, do que estávamos antes. E o Estado Central (este já era um problema que o anterior Governo tinha em mãos, o atual Governo já tem em mãos também) conseguiu esta moratória, mas tem que se resolver este problema para o futuro, porque este procedimento (a entidade em alta da EGF que é privada, as entidades em baixa que são os municípios que são públicos), de facto, está a gerar muito défice tarifário. Nós aquilo que pretendemos é, e já sensibilizámos a tutela para o efeito, que seja encontrado aqui um equilíbrio para que nós não estejamos, daqui a um ano, a discutir o aumento colossal das tarifas dos resíduos, já que a TGR - Taxa de Gestão de Resíduos, essa sim, aumentou e muito. E nós somos obrigados, nos termos da Lei, a fazer refletir nas faturas as novas TGR. Devo dizer também, já agora, que este trabalho está a ser feito paulatinamente. Um apelo a todos vós: façam a recolha e a separação dos bioresíduos, a adesão é voluntária. Fazer a adesão, junto dos serviços, para poder ser monitorizada a recolha na sua área de residência. Nós já conseguimos 15 toneladas por mês (é assim, senhor Vereador?), e isto vai-se repercutir ao fim de algum tempo, ao fim de alguns anos, no possível abaixamento da TGR. É para isso que isto serve. Claro que temos que fazer um grande investimento para podermos alcançar esse abaixamento. Mas ainda estamos longe disso. Por isso, é importante que todos nós possamos fazer esta gestão, esta separação, também, dos biorresíduos. Senhor Deputado, o orçamento elevado. Pode-me dizer qual é o orçamento do ano anterior? Não há. É o primeiro orçamento, senhor Deputado! Mesmo nós, autarcas, os quatro Presidentes: é elevado, é baixo, é equilibrado? O orçamento foi feito de uma forma rigorosa e equilibrada, para mantermos o serviço exatamente conforme estava. E, no final do próximo ano, se Deus quiser, vai ser feita uma análise: bom, então como é que estamos em termos de taxas de execução a todos os níveis? Projetos em curso, candidaturas - claro, olhe, ainda na reunião do Conselho de Administração desta semana falámos sobre isso, na necessidade de começarmos a apresentar as candidaturas aos fundos comunitários, aos avisos que já estão a abrir, em função das prioridades que cada município vai definir, porque cada município tem uma verba alocada para investimentos na água e para investimentos em saneamento, na chamada ITI - Intervenção Territorial Integrada da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, e esses valores que cada município tem na ITI

vão ser canalizados para a APAL que vai apresentar essas candidaturas. Já agora, devo dizer-vos uma coisa: o simples facto de ser a APAL a apresentar a candidatura e não ser o município sozinho, só teremos aqui uma majoração de 15%. Só! Por isso é que nós estávamos certos no caminho que tínhamos que definir. Esta é a majoração do município em apresentar uma candidatura aos fundos comunitários sozinho ou agregado. São 15%. E vamos ver no futuro se ficamos por aqui ou se conseguimos, efetivamente, outras majorações e outros apoios para isso. A entrada de Fornos de Algodres - quando entrar Fornos de Algodres, que tem que fazer um EVEF - Estudo de Viabilidade Económica Financeira, naturalmente, depois, ao ser integrado técnica, física e financeiramente nesta nova entidade, vai ter que haver uma revisão orçamental para fazer a integração dos valores da despesa e a integração dos valores da receita. É tão simples quanto isso, quando isso produzir efeito. Já agora, devo dizer, em termos de planeamento, de uma forma muito generalizada, aquilo que, neste momento, está planeado pela APAL, no que diz respeito ao concelho da Guarda para obras maiores, dignas de maior relevância, em termos de água e de saneamento: está a ser finalizado o projeto para a rede de drenagem em Cairrão - Vila Garcia; está a ser finalizado, a todo momento entregarão o projeto de metade (foi esse o nosso compromisso) da rede de saneamento em baixa de Santana da Azinha; vai ser lançado o projeto da rede em baixa de saneamento para Aldeia Ruiva, na Ramela; vai ser lançado também o projeto para o abastecimento de água das anexas de João Antão (que não têm, ainda, abastecimento de água); também o projeto para as redes de saneamento em baixa das anexas do Rochoso e o projeto de drenagem de águas residuais em baixa em Quinta de Baixo - Vila Fernando (projeto que vai ser lançado). A entidade começou há meio ano e, portanto, agora é preciso caminhar com todas estas necessidades. E, por isso, após seis meses de operação, poderíamos estar melhor? Poderíamos, se tivéssemos uma administração a 100%. Os quatro autarcas, (sim, porque o Conselho de Administração reúne a quatro, não reúne a três. É essa a nossa vontade, é esse o espírito da solidariedade que temos entre todos nós) no pouco tempo que nós vamos tendo, que é pouco ou nenhum, nas nossas vidas de Presidentes de Câmara, temos que dedicar tempo também para governarmos a APAL-SIM. Eu também, com essa responsabilidade, enquanto Presidente do Conselho de Administração... não que eu não goste. Como sabem, vindo eu do setor, gosto muito. Mas eu gosto de fazer as coisas quando tenho tempo para fazer melhor.

Todos nós. Profissional que se preze, é assim que gosta de trabalhar. Gosta de ter tempo para fazer bem. Mas, infelizmente, chumbaram-nos a administração e nós assim vamos continuar, até um dia destes, a fazer o melhor que está ao nosso alcance, agradecendo, naturalmente, o empenho de todos os colaboradores das autarquias e já da APAL-SIM que nos estão a ajudar a levar esta boa gestão para a frente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.3 à votação. E, depois, de seguida, o ponto 2.4.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.3 - Proposta de Mapa de Pessoal para o Ano de 2025 da APAL-SIM - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e sete votos a favor e doze abstenções. -----

Ponto 2.4 - Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Normas de Execução para o Ano de 2025/APAL-SIM - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava, então, à votação o ponto 2.4.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.4 - Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Normas de Execução para o Ano de 2025/APAL-SIM - discussão e votação.** ----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e sete votos a favor e onze abstenções. -----

Ponto 2.5 - Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Temos agora o ponto 2.5, o IMI, o ponto 2.6, taxa da derrama, o ponto 2.7, a participação variável no IRS e o ponto 2.8, proposta de taxa municipal de direitos de passagem. Creio que o ano passado discutimos todos em conjunto e depois votámos cada um de per si. Algum senhor Deputado deseja intervir? Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Nélia dos Santos Faria, Deputada (PS):** “Boa tarde a todos. Começo por cumprimentar o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes e todos os que nos acompanham em casa, a partir dos meios telemáticos. Falando daquilo que são as propostas para os impostos municipais, achamos pouco reduzir 0,25% a taxa de IRS e

manter as taxas de IMI e da Derrama. Achamos mesmo que isto não traduz uma real preocupação em tornar o concelho, como se diz agora, friendly, amigo das famílias e das empresas. Quer aquelas que já cá estão, mas, também, tão pouco vamos conseguir, com estes valores, colocar-nos numa posição competitiva para atrair novos residentes e novas empresas. OK, é preciso dinheiro, compreendemos que os impostos constituem uma fonte de receita para o município. Mas, estrategicamente, o caminho não deveria ser o contrário, a par com outras medidas que foram faladas aqui ao longo de todo o dia: criação de habitação, criação de postos de trabalho? Isto é uma forma, sim, de atrair para cá as pessoas, conseguir manter as que cá estão. Sim, porque as que cá estão, havendo possibilidade, também fixam a sua residência fiscal noutros concelhos onde têm maiores benefícios fiscais. Relativamente àquilo que é a votação para os três impostos municipais, a Derrama, realmente, não somos dos piores. Andamos na média, embora existam municípios que, na taxa geral, têm ofertas muito mais apetecíveis para a fixação de empresas. Vimos com bons olhos reduzir a taxa de IRS que fica afeta ao município. Achamos pouco, mas estamos certos que, para o ano, poderá haver uma nova proposta. Já em relação ao IMI, temos que nos abster. Dos trezentos e oito municípios que existem em Portugal, cerca de dois terços, estamos a falar de cerca de cento e noventa e dois municípios, já utilizam a taxa mínima de IMI (estamos a falar nos 0,3%). Portanto, para o município da Guarda, também não seria uma grande perda relativamente àquilo que é a receita para o orçamento, estamos a falar na ordem dos 7,5%, iríamos perder 1 milhão e 200 mil euros. Para a autarquia não é tanto, mas, para a população, poderia significar muito. E, portanto, nesse sentido, o grupo do municipal do Partido Socialista irá abster-se em relação àquilo que é a votação do IMI e votar favoravelmente nos outros. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Bom, desta intervenção ficamos, obviamente, com a ideia de que, realmente, neste orçamento, houve uma preocupação não eleitoralista, de não sacrificar as contas da autarquia. Porque é assim: por um lado, não pode haver empréstimos, por outro lado, vamos deitar abaixo ou vamos minimizar as fontes de receita. Quer dizer, não se fazem omeletes sem ovos. Portanto, consideramos, obviamente, que o ótimo é inimigo do bom, como é lógico, mas parece-me que 0,01%

de Derrama, para empresas até 150 mil euros, parece-me um valor suficientemente baixo para atrair. O IMI é uma das fontes principais da receita das autarquias. Como é que fazemos? Como é que fazemos se baixarmos esses 0,75%? Portanto, tem que se perceber que há aqui, claramente, racionalidade. Há uma visão de futuro, de não hipotecar o futuro com o que podia ser uma atitude eleitoralista, uma vez que temos eleições aí à porta. O povo vai saber isso. O povo vai compreender perfeitamente que os tempos da loucura, dos polidesportivos em todas as esquinas, acabou. As pessoas sabem para onde é que deve ir o dinheiro delas e sabem quem é responsável e quem é eleitoralista. É só.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, nós pusemos à discussão os pontos 2.5; 2.6; 2.7 e 2.8, se desejar falar alguma coisa sobre eles.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Economia de tempo, muito bem. Bom, sobre estes pontos dos impostos. Sobre o IMI, mantemos a taxa em 0,375%. Mantemos esta taxa reduzida e mantemos também a redução do IMI familiar ao máximo: 30 euros para famílias com um dependente, 70 euros para famílias com dois dependentes e 140 euros para famílias com três ou mais dependentes. Fazemos questão de continuar com esta política de redução máxima possível do IMI familiar. No que diz respeito à Derrama, nós começámos isto no primeiro ano de mandato. Vejam só, não foi no último. Foi no primeiro ano de mandato: a taxa reduzida de 0,01% para os sujeitos passivos, com domicílio fiscal no nosso município, com volume de negócios até 150 mil euros. Fizemos isso logo no primeiro ano de mandato e continuamos com esta política de redução da Derrama para as nossas empresas. É, efetivamente, uma pequena gota no oceano, mas é muito importante. Sabe, senhora Deputada, nós temos recebido empresários na nossa cidade, de vez em quando lá vêm conversar connosco, outras vezes vamos nós conversar com eles. E quando nós lhes falamos neste aspeto, neste ponto, eles agradecem. Agradecem e elogiam o trabalho que o município está a fazer nessa matéria, entre outro tipo de apoios, mais indiretos, que nós também vamos dando às empresas. A taxa municipal de direitos de passagem é uma coisa irrisória, que quase nem merece a discussão que nós aqui estamos a ter. Mas mantemos a mesma taxa dos últimos anos, até que se mude aqui o modus operandi

e o figurino das operadoras de comunicações e de eletricidade no futuro. E é uma questão que nós temos que repensar no futuro, porque estão-nos sempre a debitar todos os custos, a nós, cidadãos, aos consumidores, mas depois estão sempre a provocar danos nas vias municipais e é uma questão que nós, no futuro, devemos fazer uma reflexão e uma análise bem ponderada sobre estas taxas de direitos de passagem. IRS - redução para 0.375%. Senhora Deputada, é uma redução de 0,75% desde 2022. É bom vermos, desde o início do mandato, o que foi feito. 0,75% foi o que nós já reduzimos a participação variável de IRS, desde 2022. Isto quer dizer, tão só e simplesmente, que o município abdicou de uma receita próxima de meio milhão de euros. É só isto que quer dizer. De meio milhão, em meio milhão, não é propriamente um tostão (até rimou). Mas, o que é facto, como bem disse o senhor Deputado Breia Lopes, não podemos fazer empréstimo pela razão A, chumbam-nos o empréstimo pela razão B, mas têm que continuar a fazer as obras nas freguesias, e depois têm que continuar a fazer as obras da habitação, corta-se mais 1 milhão e, no final do dia, onde é que está o dinheiro? Nós não queremos ir para um PRED ou para um PAEL daqui a uns anos. Nós isso não queremos. Já agora, a propósito e a “talhe de foice”, porque eu, há pouco, esqueci-me de referenciar, alguém dizia, senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, que se devia usar os adiantamentos que o IHRU dá para habitação. O senhor disse isso. Então, muito bem. Vamos usar um adiantamento. Toda a gente sabe o que é um adiantamento, não sabemos? Somos pessoas adultas, lidamos com dinheiro. Quando nos adiantam, temos que repor. Então, vamos avançar, vamos pedir os adiantamentos, conforme já pedimos alguns. No final, logo se vê! Quem estiver, que feche a porta. É mais ou menos isto. Isto é que é a política financeira, Deputado António Oliveira? Isto é rigor financeiro? Depois, logo se vê. Já agora (e retomando aqui um tema de há pouco, que eu, depois, já não tive tempo para o referenciar), mencionar aqui as empresas, os tais mil postos de trabalho que nós falámos, de uma forma efetiva: J3LP, sabem o que é? Alguns saberão. A J3LP é a empresa de polimentos que está no parque industrial; - A UEPS da GNR. Esta já sabem o que é. Mesmo que alguns, na altura, tenham andado a tentar boicotar e a ligar para membros do Governo para não autorizarem, ela veio. Falaremos disso um dia destes; - A Air Liquide, sabem o que é? Até fizeram uma festa num bar da cidade. Veio cá o Secretário de Estado do Trabalho; - A NTT Data, a TRH, a Merkle - Empresas Tecnológicas na Guarda; - COFICAB. A nova fábrica que está em construção na COFICAB. É uma nova

fábrica. Se não conhecem, vão lá ver a obra, pelo menos, porque é importante; - Os novos lotes vendidos na plataforma logística, o potencial em termos de postos de trabalho: - Aquela nova área empresarial da Quinta Nova. É só fazer as contas e aqui têm. E podemos somar ainda o CEIS. É só fazer as contas e eis que ultrapassamos os mil postos de trabalho, de uma forma efetiva. Se isto é obra do PG? Não. É obra da Guarda, é da cidade, é das empresas, é de todos nós. E, pela Guarda, sempre! Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Bem, há pouco, o senhor Presidente dizia que não havia uma palavra para o Porto Seco no orçamento, porque isso não era responsabilidade da Câmara, que não valia a pena lá dizer, que gostávamos todos e que amávamos o Porto Seco. E, agora, em relação ao que disse, eu pergunto-lhe: qual é que foi a responsabilidade da Câmara e quais é que foram os postos de trabalho que a Câmara criou no CEIS e na UEPS?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, a Mesa, que fique muito claro, nunca quer cercear as palavras a ninguém. Mas permitam-me que a esta hora diga que a próxima Assembleia Municipal vou convocá-la para as 9h30m, porque nós hoje começámos às 12h30m. O período de Antes da Ordem do Dia só pode ter, por Lei, não é pelo Regimento, é por Lei, 60 minutos, e nós começámos às 10h00 e acabámos às 13h30m. Onde é que eu quero chegar? Sem querer cercear a palavra a ninguém, mas acho que temos que ter aqui também um pouco de utilidade naquilo que dizemos. Eu, sinceramente, não percebi nada do que o senhor aqui veio dizer. É que não percebi, rigorosamente, nada. Diga, diga.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Nessa mesma lógica de economia de tempo, podia começar por esclarecer o que é que postos de emprego têm a ver com taxas, que era aquilo que estávamos a discutir. Em segundo lugar, clarificar a sua questão: eu gostava de perceber quais é que foram os postos de trabalho que a Câmara criou ao nível da UEPS e ao nível do CEIS, se isto foram decisões que foram tomadas pelo Governo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço silêncio. Senhores Deputados, o senhor Presidente acabou de me informar que já informou a Assembleia do que tinha que informar, portanto, vamos pôr os pontos à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.5 - Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e oito votos a favor e dez abstenções. -----

* Declaração de Voto da senhora Deputada Beatriz Realinho Pires, Bloco de Esquerda, efetuada no Ponto 2.7. -----

Ponto 2.6 - Proposta de Taxa da Derrama para o Ano de 2024 - discussão e votação. --

- Resultado da votação do Ponto 2.6 - Proposta de Taxa da Derrama para o Ano de 2024 - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

Ponto 2.7 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS - discussão e votação.

- Resultado da votação do Ponto 2.7 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e sete votos a favor e um voto contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Beatriz Realinho Pires, Deputada (BE):** “Senhor Presidente, peço desculpa. Queria também perguntar se podia fazer declaração de voto no ponto 2.5, porque foi votado e o Bloco de Esquerda também se absteve. Sim, é mesmo muito rápido. Posso fazer as duas juntas? Eu estava a contar fazer as duas juntas, por isso é que ia perguntar se era possível.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode fazer as duas juntas.” -----

- **Beatriz Realinho Pires, Deputada (BE):** “No ponto 2.5, o Bloco absteve-se, porque continuamos a não ver qualquer evolução, tal como temos referido ao longo do mandato. No ponto 2, consideramos que é essencial prever a carência económica, para além dos dependentes. A discriminação por número de dependentes não é justa, tendo em conta que não é previsto o rendimento do agregado e uma família com dois ou três dependentes, não pode ter a mesma necessidade que uma família de um dependente,

portanto, é necessário prever a carência económica. Consideramos também, no ponto 3, que deviam estar incluídos os prédios desocupados, como forma de fazer oposição à especulação criada por quem mantém as habitações num processo contínuo de compra e venda, tal como está estipulado no código do imposto municipal sobre imóveis. -----

No ponto 2.7, na fixação da participação variável do IRS, votámos contra, porque são muitas as razões para que se reduza a taxa variável do IRS, aumentando, desta forma, o rendimento familiar. Iremos continuar a repetir todos os anos, tal como temos repetido ao longo destes últimos, que é possível que a participação variável do IRS fosse de zero e não seríamos o único caso no distrito. É tudo, obrigada.” -----

Ponto 2.8 - Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2025 - discussão e votação. -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.8 - Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2025 - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

Ponto 2.9 - Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Desporto da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja falar, intervir? Faça favor.” -----

- **Isabel Henriques Gonçalves, Deputada (PG):** “Boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe o favor de se chegar ao micro, porque senão depois não conseguimos fazer a ata.” -----

- **Isabel Henriques Gonçalves, Deputada (PG):** “Isto é o resultado de se ser pequenino. A criação do Regulamento deste Conselho Municipal do Desporto da Guarda, mostra o empenho da Câmara da Guarda na criação de estruturas consultivas que fomentem o exercício de uma cidadania participativa, nomeadamente através das suas associações. Esta preocupação do Executivo com a construção de diálogos permanentes e partilha

de experiências, enriquece o associativismo. A criação do Conselho aportará, certamente, dinâmicas e mais valias para o município, como, aliás, está demonstrado através dos diferentes Conselhos, nomeadamente da Juventude e da Cultura. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, a atividade física desempenha um papel crucial em vários aspetos, contribuindo significativamente para a saúde, bem-estar, economia, coesão social da comunidade local, etc. Destacamos a prevenção de doenças, o envelhecimento ativo na área da saúde e do bem-estar. Na área do desenvolvimento social, mais-valias a nível de inclusão social e do convívio comunitário. A nível económico, uma redução de custos relacionados com a saúde, promovendo o turismo desportivo, criando-se receitas para alojamentos e restaurantes e gerar postos de trabalho. É evidente que, para isto, é preciso criar infraestruturas públicas desportivas e incentivar-se um estilo de vida mais ativo e saudável e também promover alternativas mais ecológicas a nível da mobilidade urbana. Em suma, investir na promoção da atividade física é estratégico para alavancar a qualidade de vida dos munícipes, dinamizar a economia local e fortalecer a coesão social. Posto isto, consideramos de extrema importância a existência do Conselho Municipal de Desporto da Guarda e do respetivo Regulamento. Ainda assim, achamos pertinente colocar, a propósito deste tema, algumas questões ao senhor Presidente, que, em 2021, na campanha eleitoral, fez uma série de promessas de projetos e equipamentos desportivos, alguns deles aqui já falados hoje, é certo, e que vou passar a citar. Pedia que nos dissesse quais é que já estão em execução, quais estão para ser lançados e quais não vão, de todo, ser executados no mandato autárquico 2021/2025. Passo, então, a citar: projetar e construir a nova cidade desportiva no espaço envolvente do Rio Diz, interligando e requalificando o pavilhão desportivo de São Miguel; construir novos campos de futebol e espaços polivalentes cobertos para outras modalidades, como voleibol, basquetebol, andebol, ténis, bem como desportos individuais (tudo isto está entre aspas, quer dizer que estou a citar); criar e requalificar outros polos desportivos nas nossas freguesias rurais: sintético do complexo desportivo de Casal de Cinza, (já hoje

aqui referido. Continuamos na promessa. Esperamos lançar, como disse, durante este ano), complexo desportivo de Gonçalo e pavilhão desportivo do Porto da Carne; requalificar o estádio municipal, o relvado e a pista de atletismo, de forma a poder receber mais provas nacionais e internacionais; promover e dinamizar uma rede de pequenos equipamentos polivalentes desportivos cobertos de pequena dimensão nos bairros da cidade; apoiar, de uma forma muito clara, as escolas de formação nos clubes do concelho; ao nível dos desportos motorizados, será elaborado um Regulamento com o objetivo de promover a equidade entre os apoios coletivos e individuais (torno a repetir, são citações); criar uma rede concelhia de ecovias com percursos pedestres e cicláveis ao longo das principais linhas de água; potencializar a Barragem do Caldeirão a nível regional, como centro da prática de desportos náuticos não poluentes. Termino, dizendo que alguns destes projetos não irão ser, decerto, uma realidade (pelo menos a curto prazo, temos consciência disso), esperando assim que este Conselho Municipal de Desporto da Guarda e o Regulamento que iremos votar de seguida, seja um veículo para que muitos destes projetos se possam vir a realizar. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Naturalmente que achamos a ideia boa, principalmente tendo em conta que este município já quis, em tempos, não sei se ainda mantém essa ambição, ser capital do desporto. Só achei engraçada a intervenção da senhora Deputada na mesma sessão onde o senhor Presidente se levanta e bate no peito a dizer que o pedido de um parecer a um órgão que existe não foi feito porque ele assim o decidiu, agora vir a senhora Deputada dizer que a criação deste Conselho é uma prova de que o Executivo valoriza os órgãos consultivos!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não haja mais nenhuma inscrição. Senhor Presidente da Câmara, se desejar usar da palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentos renovados. Começando pelo fim. Senhor Deputado João Vaz, não coloque palavras na minha boca que eu não disse. O senhor disse, acabou de dizer, o

senhor tem essa mania, esse hábito, é um mau hábito. “O pedido não foi feito, porque assim decidi”, não foi isso que eu disse há pouco. Não foi isso que eu disse há pouco. Estou eu a falar, se faz favor. Quando um fala, o outro respeita o próximo. Muito obrigado. O que eu referi sobre o CMJ: a responsabilidade é totalmente minha, porque fomos completamente ultrapassados pelas questões temporais e com a celeridade que queríamos dar à aprovação do orçamento. Aqui tem a justificação, com humildade, que eu assumo toda a responsabilidade. Muito obrigado, pelas palavras, senhora Deputada Isabel. Senhor Deputado João Correia, obrigado por citar, entre aspas, conforme bem referiu, essas questões todas. Eu, há pouco, já referenciei parte delas. Pretendemos lançar o concurso de ideias para a cidade desportiva e para o pavilhão multiusos, na globalidade. É assim que deve ser pensada esta nova centralidade. Sobre os campos sintéticos, ainda há pouco falei sobre isso. O projeto já devia ter sido entregue pela equipa projetista externa, para podermos lançar, por fases, para os sintéticos poderem ser feitos, o de Casal de Cinza e o do Carapito São Salvador do NDS. O relvado do estádio já foi renovado, falta o restante. Mas, se bem se recordam, há um ano ou dois, referenciei que para fazer a manutenção de todos estes equipamentos desportivos (o estádio municipal, pavilhão de São Miguel, pavilhão Inatel e piscinas municipais), à época não chegariam 5 milhões de euros. Hoje ultrapassa ainda mais, por causa do descalabro dos preços das obras. E, por isso, os projetos estão a ser feitos. No estádio municipal, o estudo prévio já foi aprovado para a requalificação total do pavilhão do estádio municipal, transformando-o num pavilhão com “P” grande, com um pequeno espaço de bancadas fechado com todo o conforto, digamos assim. Também as patologias têm que ser todas feitas, executadas e requalificadas no edifício das bancadas e também a pista de atletismo. Portanto, estes projetos estão a ser finalizados para podermos candidatar aos fundos comunitários, para podermos, efetivamente, ter a ambição de os executar. Mas, senhor Deputado, sem projeto não há obra. Tínhamos projetos para isto? Não. A Câmara da Guarda não tinha nem um projeto nesta área. Nem um! E por isso é que nós, e agradecemos aos seus Vereadores o facto de nos terem aprovado os concursos para os projetos dos equipamentos desportivos, estamos a falar em quase 200 mil euros que estão em curso só em projetos na área do desporto, mais 350 mil euros na área da habitação e outros tantos que estão a decorrer, porque nós precisamos de nos posicionar neste 2030, no PRR. No PRR, não é só a Guarda, é o país

todo que está a correr contra o prejuízo, pela falta de planeamento que foi feito à época. Estamos todos a correr contra o prejuízo. E por isso é que já vai haver aí, digamos, uma reprogramação do PRR para as áreas da resiliência. É aquilo que está previamente anunciado, porque o país não está a ter a capacidade de executar nas áreas devidas. A rede de polivalentes está adjudicada. A requalificação dos polidesportivos da nossa cidade está adjudicada, foi adjudicado numa das últimas reuniões de Câmara. As escolas de formação, claro que sim. Temos que ter os campos sintéticos e os pavilhões desportivos em condições, conforme temos agora o novo pavilhão desportivo da Escola Secundária da Sé, para podermos ali dar mais formação, seja sob o ponto de vista educacional da escola, seja dos clubes que já estão a utilizar aquele espaço. É este o caminho, temos que continuar a dar condições para as escolas de formação nas várias modalidades. O apoio aos desportos motorizados, esperemos que esteja pronto, para as próximas semanas, o novo Regulamento de Apoio ao Associativismo, onde se centralizam todos os apoios das associações. Os desportos motorizados individuais também lá constam. Já esteve a ser feita a maturação, digamos, do processo, internamente, pelos técnicos, e esperemos que nas próximas semanas vá à reunião de Câmara para poder ir à discussão pública. Sobre a rede de ecovias e percursos pedestres, temos a ecovia principal, digamos assim, da cidade, que tem nove quilómetros, e continuamos a projetar. Olhe, os passeios na estrada do Barracão, Avenida João Paulo II, é assim que se chama. Alguém já lá passou? Já deram conta do passeio que lá está a ser feito? Mais um complemento. Já foi adjudicado o passeio, a ecovia, como lhe quisermos chamar, entre a rotunda daquela máquina de tecelagem que está ali abaixo dos Bombeiros Voluntários e Maçainhas. Já está adjudicado. Parte dos passeios que ligam a Nacional 16 à Arrifana, também já está adjudicado. E outros que continuamos a trabalhar. Roma e Pavia não se fizeram num dia, o dinheiro não estica e por isso nós estamos, paulatinamente, a fazer essas intervenções. E o Centro Náutico do Caldeirão, aliás, está candidatado, sabem onde é que ele está candidatado? Para além de estar no Portugal 2030, há uma parte que está também no tal Plano de Revitalização que eu já falarei daqui a pouco. O projeto está pronto. Se havia projeto? Não havia. Neste momento, temos um projeto pronto. Aliás, temos um projeto pronto para o Centro Náutico do Caldeirão, como temos para requalificar todas as praias fluviais do concelho (praias fluviais, espaços balneares, enfim), para que, no âmbito do Plano de

Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, possam aí serem candidatas essas obras tão necessárias. Enfim, senhor Deputado, estamos a fazer o caminho necessário, para podermos concretizar essas obras num futuro próximo. Algumas serão em 2025, outras serão 2026, 2027 e por aí adiante. Muito obrigado. Já agora, falar sobre o ponto concretamente: este novo Conselho Municipal do Desporto é um novo órgão consultivo que queremos que seja um fórum, um verdadeiro fórum onde todos os clubes se possam pronunciar sobre as mais diversas iniciativas políticas, estratégicas, públicas, desportivas, do Município da Guarda. É importante. Nós consideramos muito importante. Tal como o Regulamento do Conselho Municipal da Cultura está a fazer o seu caminho (esperemos que dentro de poucas semanas possa estar concluído), também, no caso concreto do desporto, fizemos o caminho. Quantas vezes nós sentimos necessidade de discutir: então, a cidade vai enveredar ou aposta forte em que modalidade? É no futebol? É no atletismo? No Basquetebol? No voleibol? No andebol? No tiro? Até já temos uma carreira de tiro nova. E isso é importante discutir neste fórum com os principais players do setor e por isso é que nós constituímos este Regulamento Municipal do Desporto para nos ajudar a definir as políticas públicas desportivas do nosso município. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto... para? Àquilo que o senhor Presidente disse, não é àquilo que ele não disse? É àquilo que ele disse. Faça favor.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Bem, no documento que nos foi entregue, diz que o orçamento foi aprovado na reunião de Câmara no dia 11 de novembro. E diz na legislação que o pedido do parecer é feito logo de seguida e entregue ao órgão deliberativo final, passados quinze dias. De dia 11 de novembro até dia 4 de dezembro, vão vinte e dois dias. Vão mais de quinze. Portanto, das duas uma, ou eu não sei fazer contas ou então houve tempo para fazer. Não houve foi vontade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu vou pôr à votação, porque, no meu modesto português, acho que isso não foi nenhum pedido de esclarecimento. Foi mais uma afirmação. Um pedido de esclarecimento é chegar aqui: olhe, o senhor disse isto, eu não percebi, diga-me isto. Não foi isso que o senhor fez. Vou colocar o ponto à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.9 - Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Desporto da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

Ponto 2.10 - Proposta de Revisão do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda - discussão e votação.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado deseja intervir? Faça favor, senhor Deputado. Pedia um pouco mais de paciência, já não falta muito. A ver se levamos a carta a Garcia.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Entretanto, o microfone ficou sem a esponjinha. É sinal que tem sido uma Assembleia muito combativa e que tem estado tudo muito quase para a pancada. De qualquer das formas, para começar, eu gostava de ler aqui o Regimento da nossa Assembleia Municipal, que, para o Período da Ordem do Dia, no artigo 37º, diz que a apresentação de cada proposta pelo Deputado Municipal proponente ou pela Câmara Municipal é obrigatória. Depois diz que a apreciação de cada ponto da Ordem do Dia processa-se da seguinte forma: intervenção inicial do proponente, Presidente da Câmara Municipal ou Deputado Municipal, depois a intervenção dos grupos municipais e dos Deputados que exercem o seu mandato como independentes, e, depois, o Presidente da Câmara Municipal exercerá o direito de resposta, após as intervenções dos grupos municipais e dos deputados que exercem o seu mandato como independentes, encerrando o debate sobre cada ponto. Ora, para cada um destes pontos na Ordem do Dia, eu creio que nunca o Presidente da Câmara se chegou à frente e fez a apresentação inicial. Não faz e eu creio que isso é, de certa forma, uma deslealdade para com os Deputados, porque eu venho aqui falar sobre um documento, mas ele não me foi apresentado. Isso permite que... já estão a levantar os braços naquela bancada... isso permite que, numa só resposta, o Presidente da Câmara...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agradeço que deixem falar o senhor Deputado que está no uso da palavra.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Mas isso permite que, ao Presidente da Câmara, basta responder o mínimo. Fala em último lugar e não tem de prestar mais esclarecimento nenhum a ninguém. Tanto nós vimos isso, acabámos de ver, por duas vezes foram-lhe pedidos esclarecimentos e não os quis dar. Não os quis dar e, tenho a dizer, é uma forma desleal de estar nesta Assembleia Municipal. É o que está no Regimento. O Presidente da Câmara Municipal deveria apresentar a proposta que estamos a discutir no ponto. Acho que a isso não podem dizer que não! Está no Regimento, não estou a dizer nada de mais. Sobre o tema Bolsas de Estudo. De facto, já é a segunda vez que aqui trazemos este tema, já é a segunda vez que venho falar deste tema. Não é para dizer quase a mesma coisa, mas é quase isso. Há pouco, o meu amigo João Vaz dizia que sentia que se estava sempre a repetir nas coisas que ia fazendo, ou seja, é aquela espécie de *déjà vu*, mas que, por ele, continuava a fazê-lo de bom grado. Ora, de manhã, acho que foi o Dr. Valbom que lhe recomendou, de certa forma, um trabalho de casa: foram as quarenta e seis últimas páginas de um livro sobre o tema do feminismo, não é? Era isso? Sim, o *wokismo*. Também eu tenho aqui um trabalho de casa para o Vaz, que é o Mito de Sísifo, de Albert Camus, e é sobre o absurdismo. O Mito de Sísifo é esta coisa de estarmos sempre a repetir a mesma ação. O Sísifo é da mitologia grega, é um homem que vai levar uma pedra até ao cimo da montanha, a pedra volta para baixo e ele, no dia seguinte, tem de repetir. Neste ensaio de Camus, ele até pensa: bem, mas o Sísifo deve estar contente, para continuar a fazer a mesma coisa e não se queixa deve estar contente. Portanto, temos de chegar a outra conclusão, do que ficar contente a repetir sempre a mesma coisa. Para Camus, o Sísifo devia era dar mesmo o grito de revolta, para que não fosse mais assim. De qualquer das formas, sobre, precisamente, as bolsas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu peço desculpa...” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Eu tenho o tempo. Eu tenho tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não. O senhor Deputado tem tempo e não sou eu que lho vou tirar. Agora, parece que o senhor Deputado utilizou este tempo e ainda não entrou no tema. É aquilo que me parece. Portanto, eu agradeço-lhe, sinceramente, que entre no tema.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Pronto, lá está, é o tal grito de revolta para não estarmos sempre a repetir a mesma coisa. Ora, foi há cerca de dois anos que falámos, pela primeira vez, nas Bolsas de Estudo. Na altura, a minha preocupação foi mais com a excessiva burocracia que era imposta a quem requeria estas bolsas. Eu, na altura, pedi que houvesse uma dieta para estas Bolsa de Estudo (foi uma coisa que falámos muito ao almoço, de dieta). De facto, já houve, já tiraram alguns dos pontos que eu considere absurdos nessa altura. Ainda bem. Graças a Deus, muito bem. Graças a Deus e ao trabalho de todos e por aí afora. Bem, ainda assim, há algumas coisas que na altura eu referi, que já vimos referindo de tempos a tempos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, está um orador no exercício do seu direito. Peço, por favor, que o ouçam.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Eu sei que é tarde, mas é só mais um bocadinho. É só um bocadinho, tenham paciência. Eu estava a falar das recomendações que na altura fiz e que algumas ainda valem também para aqui. Dos critérios de elegibilidade para estas bolsas, o facto de não poder ter reprovado nos últimos três anos. Na altura alertei para uma situação em que, por exemplo, um aluno que chega ao primeiro ano do ensino superior, decide mudar de curso e, por alguma razão, pode não fazer as cadeiras necessárias para o curso em que estava. Pode trocar para um curso, por exemplo, para medicina, que é assim o curso que toda a gente almeja, todos os estudantes, de certa forma... eu sei que nem todos, eu também não! Mas imaginemos um aluno que foi mais tarde para medicina, e durante esses três anos em que está no curso de medicina, com muito aproveitamento, não tem acesso a esta bolsa de estudo. Foi para este tipo de situações que, na altura, alertei. Há também outras situações, para as quais já foram alertados: um aluno que não está no ensino superior em Portugal, porque é que não pode, também, ter direito a esta bolsa? São opções que podem ser tomadas livremente, tudo bem. Decidem que alunos que estão neste tipo de intercâmbio não vale a pena dar-lhes a bolsa de estudo, mas têm de o explicar. Não é vir, mais tarde, dizer aquilo que eu já sei que o Presidente da Câmara vai dizer, que é: ninguém reclamou, fizemos o processo como havíamos de fazer, ninguém apresentou contributos, ninguém reclamou na consulta pública, de maneira que está tudo bem. É esta a forma de pensar. Mas, na minha opinião, não significa que esteja tudo bem.

Significa que não houve oportunidade de as pessoas se manifestarem e de terem as suas ideias explanadas neste documento. É a situação que eu acho que aconteceu, porque, por exemplo, não foi pedido um parecer ao Conselho Municipal de Juventude. Já para coisas ainda mais importantes do que este documento também não foi pedido. E até podem dizer: mas não tinha que ser pedido. E eu já estava a antecipar isso. Só que ainda ontem recebemos um e-mail, por causa do nosso lugar no Conselho Municipal da Juventude, que era para a divulgação do PDM. Quer dizer, para isso pediram o nosso contributo, para algo como as bolsas de estudo a alunos do ensino superior, que já temos falado em várias reuniões do Conselho Municipal da Juventude, para isso não nos pediram opinião. Acham que isso está bem feito? Acham que estas bolsas de estudo podiam ir ainda mais além ou podemos simplesmente ficar contentes com aquilo que temos, como o Sísifo? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Bom, só uma coisa rápida. Eu, nestes últimos dois anos, estive como representante da minha escola na atribuição destas bolsas, e havia ali algo realmente que estava a subverter um bocado a natureza da coisa. Ou seja, havia um peso exagerado da média, em relação, por exemplo, ao rendimento. Havia alunos que, tendo notas médias inferiores e tendo mais necessidades de ajuda, acabavam por ficar penalizados em relação aos que tinham melhores classificações. E, por isso, o que se fez, acho que é o que está aqui, uma das modificações que foi feita foi exatamente na fórmula de cálculo. Havia algumas injustiças, porque havia alunos com altas médias e que tinham menos necessidades de ajuda do que outros que tinham médias um bocadinho inferiores, mas tinham realmente mais necessidade dessa ajuda. E, como tal, havia ali uma subversão do espírito da bolsa. Este ano ainda tivemos que usar essas regras. Os funcionários que estavam com isso é que se aperceberam, já há dois anos que nos apercebemos disso, e houve necessidade de vir à Assembleia para que esse novo Regulamento seja aprovado e para que, para o ano, se possa, de alguma forma, corrigir essa injustiça. Em relação à burocracia, realmente os funcionários nisso são incríveis, porque são muitos os papéis que são exigidos e até fizemos a sugestão da criação de uma plataforma, Google Forms ou equivalente, onde as pessoas pudessem logo lançar uma grande parte dos dados que são pedidos, porque os funcionários têm que lançar

linha a linha, coluna a coluna, os dados exigidos. Isso é um trabalho incrível, eles normalmente estão estoirados. Portanto, aí, a Câmara ou alguém responsável poderá facilitar, havendo uma plataforma, um link, eles lançam os dados e depois é só confirmar. É diferente do que estar a lançar esses dados. Era só isso, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Muito boa tarde a todos. Embora este documento estivesse estado em discussão pública, eu confesso que só ontem, quando estava a ler os documentos para esta Assembleia, é que o li e reparei num pequeno pormenor que está aqui relativamente às condições de elegibilidade. Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que, de facto, este apoio é importante para os estudantes, é importante para todos alunos e que se junta a muitos outros apoios, nomeadamente aqueles que têm que se deslocar. É que, hoje, as despesas, nomeadamente com alojamento, são despesas, de facto, extraordinárias. E, portanto, no fundo, é de realçar e valorizar este apoio que se atribui. Contudo, o artigo 7º define as condições de elegibilidade e há aqui uma condição, que é uma realidade que eu passei a conhecer de há alguns anos a esta parte, que não se justifica nos dias de hoje. É que a alínea g) define os alunos que ingressam ou frequentam o estabelecimento de ensino superior público no país. Lamento muito, não faz sentido nenhum haver esta discriminação entre ensino superior privado e ensino superior público. Porque se nós pensamos que os alunos que andam no ensino superior privado são ricos, estamos muito enganados. Eu tenho muitos alunos que acabam as aulas às 17h00 da tarde e que vão trabalhar à noite para lojas comerciais para poderem ganhar dinheiro para pagar a sua renda e pagar o seu alojamento. Há instituições de ensino superior em que mais de 50% dos alunos têm, devido aos seus rendimentos, direito a bolsas de estudo e a bolsas sociais. E, por isso, eu deixava este reparo para que, numa próxima oportunidade, como foi feita a revisão deste Regulamento, a alínea g) dissesse, única e exclusivamente, alunos que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior. Ponto final parágrafo. E não se faça esta discriminação entre o público e o privado. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não haja mais nenhuma inscrição de nenhum senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito rapidamente, senhor Presidente, apenas dizer que este procedimento, este processo, este Regulamento Municipal, no ano transato atribuiu 160 mil euros e é a verba que está novamente inscrita para o orçamento do próximo ano, de 160 mil euros a cinquenta e dois alunos do ensino superior. Pouco mais de 3 mil euros a cada um. De facto, com esta verba, os nossos alunos já podem, efetivamente, ter ou tirar o seu curso superior, e, de facto, é muito importante nos tempos que correm. Depois, eu percebo bem que haja sempre a possibilidade e a necessidade de fazer melhorias ao Regulamento. Aliás, isto que estamos aqui hoje a votar, é precisamente já uma melhoria da versão anterior. Depois de, numa reunião de Câmara, há um ano, sensivelmente, ter-se falado sobre isso, introduziram-se estas melhorias. E estamos sempre abertos a fazer novas melhorias no futuro. Agora, o que é facto é que o documento que está aqui já foi a discussão pública e, se tiver que ser alterado, tem que voltar à estaca zero. E, todo o trabalho que esteve para trás, cai por terra. Por isso, aquilo que se propõe, senhor Presidente, é que seja aprovada esta nova versão do Regulamento, sem embargo de, no futuro e no próximo ano, a comissão, os técnicos, fazerem a análise ponderada destes bons aportes que hoje aqui foram dados. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, então, o Ponto 2.10 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.10 - Proposta de Revisão do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

Ponto 2.11 - Proposta de Protocolo de Colaboração com as Juntas de Freguesia deste Concelho para Disponibilização de Formação Profissional e Aprovação da Minuta do Protocolo - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está à discussão. Faça favor, senhor Presidente.” -----

- **José Rabaça, Presidente de Junta de Freguesia de Casal de Cinza (PSD):** “Boa tarde, senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos. Vou roubar apenas cinquenta segundos. Dar os parabéns à Câmara pela formação que possa existir para as Juntas de Freguesia. Isso mesmo. Não somos freguesias de primeira, nem de segunda. Somos todos autarquias, tanto municípios como juntas, e a formação vem a calhar. Senhor Presidente, se entender, podemos colaborar também, a ANAFRE, a Associação Nacional de Freguesias, com esta formação. Só para informar que também vamos ter formação no dia 11 de janeiro de 2025, no NERGA, através da ANAFRE. Mas, se assim entender, senhor Presidente, e para outras futuras, podemos agregar a formação de um lado e do outro, para que estejamos mais habilitados a governar os nossos territórios. Só para dar conta também, já agora, tal como aconteceu em 2024, o fundo de financiamento de freguesias vai ser reforçado com uma tabela adicional. As freguesias vão receber, nalguns casos, mais do dobro do fundo de investimento de freguesias que receberam em 2024. Já foi uma medida que veio de 2023, do outro Governo. Continuou com este Governo, vamos ter um adicional ótimo para podermos fazer mais coisas nas freguesias. Também queremos dizer que é uma luta que temos, que as senhas de presença nas Assembleias de Freguesia sejam equiparadas às dos municípios. A nossa média do país são 15 euros por Assembleia, achamos muito pouco. Outra coisa que também queremos é que o Presidente da Junta não trabalhe só a meio tempo, mas que trabalhe a tempo inteiro e que seja pago por isso. E, uma medida nova, para acabar, senhor Presidente, é que os Presidentes de Junta, em 2025, vão ter direito a ajudas de custo. Senhor Presidente, muito obrigado. Quanto à formação, quando quiser, a ANAFRE Distrital, se o município quiser um entendimento, assim o faremos. Muito obrigado. Parabéns.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Faça favor, senhor Presidente de Junta.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Boa tarde a todos. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos assiste nas plataformas audiovisuais. Em relação a esta formação, posso dizer que, se calhar, eu fui o impulsionador desta formação, porque nós, quando somos eleitos, não temos, se calhar, essa competência, admito também essa falha. Do que falei com muitos dos meus colegas, não temos esse conhecimento da contratação pública. Espero que esta ideia

continue no futuro. Sempre que haja eleições autárquicas, sabem que a política é volátil, sempre que entrem novos membros das freguesias, que tenham esta formação, para fazermos um bom trabalho com as nossas populações. Por isso, queria parabenizar o Executivo e os técnicos da Câmara por esta decisão. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Presumo que não haja mais nenhuma intervenção. Senhor Presidente da Câmara, deseja falar? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas uma nota muito breve. Perante a necessidade que várias Juntas de Freguesia nos fizeram chegar de poderem ter formação na área concreta do CCP, do Código da Contratação Pública, e depois de fazermos uma auscultação, pelo país, daquilo que faziam algumas câmaras, efetivamente é este o modelo. Nós poderíamos pensar, inicialmente, fazer a contratação de uma qualquer consultora para fazer esta formação, mas o que é facto é que isto é verdadeiramente o reveste de um Contrato Interadministrativo e, por isso, é necessário este procedimento. Estamos a falar em 5 mil euros, por ano, para todas as juntas de freguesia. A necessidade que foi agora evidenciada, foi na contratação pública, no futuro outras necessidades podem existir. Estaremos, naturalmente, sempre abertos para ajudarmos à formação dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, perante aquilo que são as alterações legislativas constantes, onde delegam e responsabilizam cada vez mais as juntas de freguesia, os políticos, no geral, e são importantes estas ações de formação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, então, à votação, esta proposta de protocolo.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.11 - Proposta de Protocolo de Colaboração com as Juntas de Freguesia deste Concelho para Disponibilização de Formação Profissional e Aprovação da Minuta do Protocolo - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, para que estes pontos que nós hoje votámos e aprovámos produzam efeito de imediato antes da aprovação desta ata, que só ocorrerá no mês de fevereiro, colocava à votação a aprovação dos

pontos em minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade,
com sessenta e nove votos a favor.” -----

**Ponto 2.12 - Informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal da
Guarda acerca da Atividade Municipal.” -----**

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente e restante Assembleia, todos os que nos estão a ouvir, boa noite a todos. Venho aqui falar de um assunto e trago comigo números que estão disponíveis para toda a gente. Vou focar-me concretamente nalguns números que foram disponibilizados precisamente para esta Assembleia, e no documento que estamos agora a falar. Eu vou falar de um tema que foi muito pouco falado nesta Assembleia e em muitas outras, que é um tema que só representa 12,7% do PIB, em Portugal, em 2023: o turismo. De 2022 para 2023, Portugal teve um incremento de 19,2% de turistas no nosso país. De acordo com os mapas que estão disponibilizados, e eu vou fazer aqui uma analogia, eu acho que não há de ser muito complicado cada um dos deputados tentar perceber, mais ou menos, esta analogia, que é o número de visitantes que vai ao Welcome Center da nossa cidade, e fazer uma espécie de uma representação do número de turistas que a nossa cidade recebe. Acho que não é aqui nenhuma falácia. E, então, analisando esta situação, a verdade é que, de 2022 para 2023, o Welcome Center teve um incremento das pessoas que se dirigiram lá. O incremento foi de 13,9%. Estou a comparar ao mês de outubro, porquê? Porque, dos documentos que nos enviaram para esta Assembleia, é o último mês que está referido no mapa, embora nas assembleias de 2022 e de 2023 referissem logo o mês de novembro e o mês de dezembro. Portanto, estou-me a restringir ao mês de outubro que é para ser igual em todos os anos. Ora, de 2022 para 2023, tivemos, então, um incremento de 13,9% de visitantes no ano todo, até outubro, no Welcome Center. Aquém daquilo que é a média nacional. Depois, estabeleço aqui outro tipo de comparação e é isto que eu vejo com alguma preocupação: os Passadiços, em 2023, tiveram cento e catorze mil, oitocentos e vinte e oito visitantes. É claro que não são todos visitantes, alguns também seriam aqui da região. Agora, se nós somarmos esta situação, o aumento de turismo a nível nacional e o aumento de visitantes que a Guarda teve por causa dos Passadiços, qual é a conclusão que nós temos que chegar? Parece-me, a mim, que: ou os visitantes que foram aos Passadiços não vieram à Guarda (ou

foram muito poucos aqueles que vieram à Guarda) ou, então, tenho alguma dificuldade em perceber, se estamos abaixo da média nacional, somando aos visitantes que tivemos dos Passadiços, porque é que este número não seria pelo menos o dobro da média nacional? Acho que me estou a tentar explicar de uma forma muito simples, porque é com preocupação que eu vejo esta situação. Ora, se nós temos mais gente a visitar, supostamente, a nossa cidade, porque é que tivemos um aumento tão pequenino? Também quero referir que, neste momento, os dados disponibilizados até hoje, o número de visitantes dos Passadiços, de 2023 para 2024, “só” caiu 41%. Eu acho que isto merece reflexão. E até acho que essa reflexão já foi feita por este Executivo, quando aumenta, sem nenhuma razão aparente, o preço de 1 euro para 2,50 euros. Um aumento de 150% do preço do bilhete para se fazer os Passadiços. Para quê? Obviamente que há de ser para colmatar a diminuição de visitantes que os Passadiços têm tido, não é? Parece-me, a mim, que será esta a razão. Mas eu queria fazer, então, uma sugestão, uma vez que o preço já aumentou, sem que este Executivo comece a achar que estamos aqui sempre a falar mal, é apenas uma sugestão: já que estão a pagar 2,50 euros para visitar os Passadiços, que nesse preço esteja incluído, por exemplo, a visita à Sé da Guarda, a visita ao Museu da Guarda, ao Museu dos Meios, que faça com que as pessoas venham visitar os Passadiços, que fiquem na cidade e que conheçam um bocadinho mais a cidade. Porque não se consegue justificar a um visitante que tenha feito os Passadiços em fevereiro e pagou 1 euro, e agora vem em dezembro e pague 2,50 euros, quando tudo está rigorosamente na mesma. Portanto, são apenas estas considerações que eu gostava de deixar aqui, sendo que era bom que este Executivo, de uma vez por todas, olhasse para o turismo também como uma fonte de receita e de enriquecimento para esta região, que tem tanto para mostrar e coisas tão bonitas para se verem. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Luciano Calheiros.” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “Bom, senhor Presidente, eu pedia a sua permissão, dentro daquilo que falámos há bocadinho, eu ia fazer umas perguntas ao senhor Presidente da Câmara, mas vou deixar para uma próxima oportunidade. Eu trazia aqui um pequeno assunto que não está enquadrado no Regimento, (e agora, sim, não

está) e pedia permissão ao senhor Presidente da Assembleia se, de facto, podia falar sobre o assunto, muito rapidamente. Senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o seu colega de bancada quase esgotou o tempo.” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “Sim, mas são dois minutos, nem isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tem dois minutos.” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “O assunto não tem nada a ver com a política local, não tem nada a ver com a nossa Assembleia, e é o seguinte: ainda na fase final do antigo regime, no Estado Novo, como sabem, na época marcelista, tivemos um conjunto de jovens irreverentes, Deputados da Nação que, enfim, irreverentes, porque eram jovens, embora muito qualificados, de grande qualidade, que contribuíram também, à sua maneira, para o final do regime. Um desses homens foi Francisco Sá Carneiro, como sabem. Sá Carneiro morreu há quarenta e quatro anos, portanto, no dia 4 de dezembro, que é hoje mais um aniversário da sua morte. Sem mais delongas, era só isto que eu queria dizer e pedi a permissão ao senhor Presidente da Assembleia. Porque não é por ser Social Democrata. Eu, na altura, era jovem, e as figuras do pós 25 de Abril eram Mário Soares, em primeiro lugar, como sabeis e, portanto, não tenho problema nenhum em dizer, porque o Partido Socialista tinha sido fundado e, já estava mais ou menos organizado. O Partido Comunista, como sabeis, estava na clandestinidade e, portanto, era o que era. Mas Sá Carneiro, ao fundar o Partido Social Democrata, foi também um dos grandes protagonistas e eu tive oportunidade de privar com uma pessoa que o conheceu muito bem, o Doutor Miguel Veiga, um distinto advogado do Porto, amigo do Doutor Rui Rio. O próprio Doutor Rui Rio, disse-me a mim várias vezes: eu não sou do PSD, eu seria sempre do partido de Sá Carneiro que era um indivíduo fora de série, com um pensamento muito estruturado e ia muito à frente dos seus pares, na altura, Magalhães Mota também seria outro. E, portanto, morreu naquele trágico dia 4 de dezembro, num acidente de aviação, que ainda está por explicar, embora haja muitas teses sobre isso. Morreu Adelino Amaro da Costa, também, que era um distinto militante do CDS, uma das grandes figuras fundadoras, também, do CDS, e morreram outras figuras importantes da Nação. Eu não queria deixar de, hoje, aqui, também

lembrar esse facto, porque o pensamento de Sá Carneiro ainda está hoje presente no Partido Social Democrata, é o seu fundador. Há aqui também, digamos assim, um mito em volta da personalidade. Eu não sei o que é que ele seria como governante, não houve tempo para isso, não faço a mais pequena ideia. O que eu sei é que era uma pessoa muito à frente do seu tempo. Peço desculpa por ter falado num assunto que nada tem a ver com a Assembleia Municipal. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Nós hoje vivemos em democracia e hoje é muito fácil falar, mas já que vem a propósito o Dr. Sá Carneiro, dentro do Regime, eles conseguiram criar a famosa ala liberal e que tanto trabalho deu ao Regime então existente. Já agora, a “talhe de foice”, também lembrar outra figura, o senhor Deputado já falou aqui, faz sábado cem anos que nasceu o Dr. Mário Soares, outra figura também da democracia e, como há pouco me falou, eu lembrei-me que o Dr. Mário Soares também faz cem anos no dia 7 de dezembro. Portanto, uma homenagem para os dois, que eu penso que é legítima. Sobre este tema, senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Pedro Pinto, Deputado (PS):** “Boa tarde a todos. Só um pedido, senhor Presidente. Agora, na próxima intervenção, se for possível, responder às minhas questões da CERCIG, agradecia-lhe.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma pergunta ou intervenção sobre este tema? Presumo que não. Senhor Presidente, se desejar, tem a palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Renovo os cumprimentos. Senhor Presidente, eu quero dar aqui algumas notas breves, para além deste relatório tecnicamente elaborado. Senhor Deputado Pedro Pinto, essas questões da CERCIG que aqui colocou. É a primeira vez que ouço assim algum Deputado frisar a importância e estas questões de uma qualquer instituição da cidade. Mas é bom que seja colocado para que seja devidamente esclarecido. 700 mil euros, foram aprovados, em reunião de Câmara pelos senhores Vereadores todos, e que nós agradecemos, para que conste. Está em ata. Está nas deliberações de Câmara aquilo que nós aprovámos para as várias instituições sociais do concelho se candidatarem ao PRR. Está lá tudo aprovado em reunião de Câmara. Apoiámos dezasseis instituições, sensivelmente. Para além disso, foi aprovado também uma isenção de taxas. Um valor colossal, só em taxas, em função dos

regulamentos municipais. E tudo isto chega a cerca de 700 mil euros. No que diz respeito, seja a essa instituição, seja a outra que já pediu, a rubrica está esgotada. E, portanto, aquilo que eu já transmiti à CERCIG foi: quando financeiramente possível, levaremos o assunto à reunião de Câmara. Mas não é só à CERCIG, é à outra instituição que também já fez o mesmo pedido. Agora, não vale a pena. Nós temos que decidir por nos picarem? Desculpe o termo. Sinta isto como uma forma de elevação política... Eu sei que sim, senhor Deputado, eu sei que sim. A sua preocupação é esclarecimento público. Quando financeiramente for possível, nós fá-lo-emos! É tão simples quanto isto, porque tratamos todos com equidade. Eu não sei se sempre foi assim, ao longo destes cinquenta anos de democracia e quarenta e oito anos de poder local. Nós tratamos todos com equidade. E equidade é tratar igual o que é igual e diferente o que é diferente. E nós estabelecemos o montante máximo para cada instituição, independentemente do montante depois do investimento, enfim, porque há instituições que conseguiram mais percentagem de financiamento, outras conseguiram menos, enfim. Nós estabelecemos um limite máximo de valor a atribuir. A questão das taxas que eu já disse, só nessa instituição, já agora, devo dizer também, já foram quase 20 mil euros que não pagaram de taxas, em função da tal decisão que nós tomamos na reunião de Câmara. Só essa instituição. Terreno do parque industrial. Há um projeto que está em PIP, uma candidatura que está aprovada com um PIP, no parque industrial, na Quinta da Torre, nos terrenos da CERCIG. Há pouco, o senhor Chefe de Divisão lembrou-me que houve o pedido de renovação do PIP e estamos à espera do processo de licenciamento. E esse projeto vai ocupar espaço público, via pública, onde costumam estar uns camiões estacionados. Vai ocupar espaço público. E temos que encontrar aqui a forma legalmente adequada para resolver esse assunto, pelas confrontações das áreas, enfim, os técnicos encontrarão, juridicamente falando, uma solução para isso. Ainda só está em PIP. Quando estiver em causa o licenciamento, temos que analisar tudo isso porque é importante, naturalmente, essa valência que está em licenciamento dentro do Município da Guarda. Muito obrigado, senhor Deputado, pela sua insistência, porque há pouco, como sabe, não tive tempo. Sobre as questões do turismo, senhor Deputado, agradecemos a suas palavras. Deixe-me só dar-lhe aqui uma nota. Nos Passadiços do Mondego já atingimos, diz-me o senhor Vereador, cinquenta mil pessoas, este ano. Já ultrapassámos a barreira das cinquenta mil pessoas, cinquenta mil visitantes. Dos

cinquenta mil turistas, nunca saberemos o tempo que cada um fica cá. E a nossa preocupação é que fiquem cada vez mais tempo cá, naturalmente, tendo em conta a envolvência de toda aquela área e a importância para a nossa economia, seja para a restauração, seja para as unidades de restauração, seja para o comércio local. Devemos dizer também que o número de camas tem vindo a evoluir nos últimos anos. No caso concreto do Concelho da Guarda, a evolução do número de dormidas, de 2022 para 2023, aumentou 28%. Números que nos foram entregues. O número de dormidas, de 2022 para 2023, aumentou 28%. Ainda não temos dados mais atualizados. Mas devemos dizer também que os alojamentos locais, nos últimos três anos, duplicaram. Duplicou o número de alojamentos locais. Isto quer dizer o quê? A Guarda necessita, efetivamente, de mais camas. Aliás, lançamos um desafio a todos os senhores Deputados: façam alojamentos locais ou façam hotéis. A Guarda precisa mesmo de camas. A Câmara da Guarda, anualmente, faz muitas iniciativas, muitos eventos. Traz cá muita gente. Olhem só agora na altura do Exército, muita gente teve que ir para fora porque a Guarda não tem capacidade hoteleira. E nós percorremos, todos nós devemos percorrer esse objetivo para que hajam mais unidades hoteleiras. Para além do Hotel Turismo. Falaremos, tão breve quanto possível, sobre o Hotel Turismo. Faça-se o Hotel Turismo e faça-se mais, porque enchem. E são importantes as unidades hoteleiras, porque, bem sabemos, as pessoas depois andam por aí a gastar dinheiro, a fomentar a nossa economia. Senhor Deputado, fez aí uma proposta que já está aceite. Estávamos aqui a conferenciar, já está aceite. Vamos implementar, precisamente, essa medida, com os 2,50 euros. Já agora, senhor Deputado, sabe qual é o custo anual de manutenção dos Passadiços? E ainda não começámos na manutenção das madeiras. Ainda não começámos essa manutenção. Os custos dos Passadiços, anualmente, são cerca de 200 mil euros. Só para terem noção, este acréscimo do valor no bilhete paga metade. Só paga metade. Mas, desafio aceite. O senhor Vereador já disse que vai implementar isso para que possa ser integrado na bilhética. Vão aos Passadiços e depois têm entrada na Sé Catedral, ou no Museu, ou na Torre de Menagem, em breve falaremos sobre isso, ou na Torre dos Ferreiros. Vamos integrar um bilhete completo. É uma forma de puxar e de fixar as pessoas na cidade e no nosso território. Mas senhor Presidente, e sobre a informação em si acho que tenho dito sobre as questões que foram colocadas, eu queria dar aqui meia dúzia de notas muito breves, porque é importante, a fechar a reunião,

dizê-lo. Em primeiro lugar, falar sobre PDM. Não ouvi aqui hoje falar sobre PDM. Há uns meses havia quem falasse e queria que a Câmara, em determinados momentos, de “x” em “x” tempo, fizesse o ponto de situação do PDM. Pois, aqui estamos a fazer o grande ponto de situação. O PDM está em discussão pública. Neste processo, aguardado há vinte anos, há mais de vinte anos que se aguarda o PDM da Guarda, e eu tenho certeza daquilo que estou a dizer, todos, sem exceção, já quiseram fazer a revisão. Já estive mesmo, há uns anos, há vinte anos, estive no ponto de rebuçado, como se costuma dizer. Mas depois acabou por cair o processo. Mas, graças à dedicação e empenho político, naturalmente, dos técnicos da autarquia e dos consultores que para isso trabalharam, num trabalho muito intenso, muito duro, com algumas entidades, porque tiveram que ser trinta e oito entidades a dar parecer. E a algumas delas tivemos mesmo que levantar um pouco a voz, no bom sentido, e colocá-las no lugar certo. Porque quando uma entidade licenciadora em termos de ordenamento do território, quer dar um parecer sobre a economia da Guarda, bom, aí, podem imaginar qual é que foi a minha atitude! Tratem daquilo que lhes diz respeito, e, no que diz respeito à economia, deixem connosco e com os empresários. Mas chegámos aqui e o PDM está em discussão pública e por isso eu pedi ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para que pudesse divulgar, perante toda a Assembleia Municipal, para que possam analisar o PDM, este trabalho que foi feito nestes três anos e que possamos, efetivamente, no mais curto espaço de tempo, estarmos aqui para aprovar a versão final do Plano Diretor Municipal. Apenas duas notas principais: quase todas as aldeias passam a ter perímetro urbano. Meia dúzia de exceções (certo Arquiteto Leonel?) por causa do ICNF. Até agora, apenas sete ou oito aldeias, se não me falha a memória, é que tinham perímetro urbano e agora passam a ter praticamente todas ou quase todas o perímetro urbano. E mesmo aquelas que não têm na revisão Plano do Parque Natural da Serra da Estrela, também aí vamos fazer o perímetro nessas aldeias. É uma grande evolução, em termos de ordenamento do território e em termos de licenciamentos. Dizer também que, com esta versão do PDM, quadruplicamos as áreas para zonas empresariais. Quadruplicamos. Isto é ambicioso. Mas não estamos à espera que agora seja a Câmara a fazer estas obras todas. Não! Isto é uma cana para que todos os privados e empresas possam pescar agora, naquelas áreas aptas para empresas, solo empresarial, e possam ali ser desenvolvidos outros investimentos no futuro. Dar aqui uma outra nota sobre o

memorando de entendimento que foi assinado no dia da Cidade, entre a Guarda Nacional Republicana, a Subunidade de Emergência Proteção e Socorro. Foi assinado pelo Comandante Geral da GNR, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Arrifana. Este memorando de entendimento tem em vista a criação de um campo nacional de treino da UEPS da GNR. Atualmente, este campo nacional de treino situa-se no Fogueteiro, no Seixal, que já não tem as condições mínimas adequadas para os exercícios internacionais que são feitos. Vai decorrer um exercício internacional daqui a pouco tempo, que vai envolver seiscentas pessoas de toda a Europa e não só, dos Estados Unidos também costumam vir e de outros países das Américas. E por isso nós chegamos a este entendimento, continuando, senhor Deputado, a fazer o caminho da atração de pessoas para a Guarda, através da UEPS. Cá está o trabalho da Câmara da Guarda. E obrigado, senhor Presidente de Junta da Arrifana, pela disponibilidade para podermos chegar a este entendimento. Iremos, naturalmente, ter que verificar agora as condições da sua cedência definitiva nos tais exercícios Modex. Podem ir lá às redes sociais e depois já verão o que é que é o Modex, no Fogueteiro, no Seixal, e vermos a atração de pessoas. Olhe, vejam só, seiscentas pessoas que têm que dormir, a maior parte delas, em unidades hoteleiras. O Modex é uma vez por ano, mas há outros exercícios mais pequenos que estão constantemente a decorrer e é preciso colocarmos as pessoas a dormir. Cá está a necessidade de mais capacidade hoteleira. Estamos a falar numa área, senhor Presidente, de trinta hectares, na freguesia da Arrifana, atrás do campo de futebol da Arrifana. E, portanto, é uma área muito importante e muito considerável para que a UEPS da GNR possa fazer aqui o seu campo de treino. E isto significa, tão só e simplesmente, afirmar, cada vez mais, a presença da UEPS na Guarda, porque, quando outros... desculpem, senhores Deputados, se fizerem o favor, estamos quase a terminar. Eu sei que já é final do dia, mas são informações muito importantes para o desenvolvimento da Guarda. Quando outros, há cerca de um ano e meio, andavam preocupados em fazer telefonemas para Lisboa: o senhor não aprove isso, o senhor não aprove isso (falaremos, tão breve quanto possível, sobre essas matérias); havia outros que andavam em reuniões, no recato, em Lisboa e noutros locais e ao telefone, reuniões de dia e de noite, para conseguir este objetivo para a Guarda. E vejam só, e eu vou dizer isto com o maior desprendimento, se outra coisa não fizesse como Presidente da Câmara, já tinha feito uma grande coisa ao trazer a UEPS da GNR para a

Guarda, porque, efetivamente, serão duzentos e cinquenta militares o seu objetivo e que está a ser paulatinamente alcançado. Ao fim de um ano, em função da visita que fizemos às obras no Dia da Cidade, na presença da Senhora Ministra da Administração Interna, no início do próximo DECIR, nós teremos cá já cerca de cento e vinte militares, a tempo inteiro, na UEPS, na Guarda. Cento e vinte. E o caminho continua-se a fazer, porque há formações contínuas que já estão a decorrer: uma formação nacional de drones que já foi dada aqui, foram vinte militares que estiveram cá durante algumas semanas; acabou essa e já começou outra para mais vinte militares; em janeiro, estima-se que comece a nova formação anual da UEPS de mais setenta ou oitenta militares, a julgar pelos números do ano passado. Isto é formação contínua e é dinâmica para a nossa cidade. Estão a perceber a importância efetiva de termos esta nova unidade, que tem já um novo Subcomandante nomeado, o senhor Coronel Martinho, e o senhor General que brevemente se irá instalar também aqui na nossa cidade. É este o caminho da atração de pessoas, da atração de investimento, neste caso público, que nós trouxemos. Também é atração de talento, por esta via da segurança, e acreditem que havia muitos autarcas pelo país que desejariam ter esta força no seu território. Mas nós posicionámo-nos para tal e conseguimos chegar ao fim nessa boa negociação. Sobre o Porto Seco, ainda ontem falava e, aliás, ouvíamos publicamente as declarações do senhor Ministro das Infraestruturas. Nós continuamos a acompanhar o processo e esperamos, em breve, a aprovação definitiva da Comissão Europeia para que a APDL possa ser elegível no PO Centro, nos fundos comunitários do Portugal 2030, através da região centro. Eles são elegíveis através da região norte. Isto é uma coisa burocrática, mas é verdade é o país que temos. E este problema não estava resolvido. A obra está pronta a ser adjudicada. A APDL, neste momento, já tem luz verde, desde ontem, por isso é que o senhor Ministro ontem (e hoje já me mandaram aqui pelo WhatsApp algumas notícias nacionais) mandou avançar, com toda a velocidade, o Porto Seco da Guarda. Porquê? Porque já está a luz ao fundo do túnel para a nova Comissão Europeia, que já está em funções, poder validar esta alteração, esta reprogramação em termos de entidade, e poder avançar, em definitivo, o Porto Seco. Já agora, ontem foi reaberto um troço da linha da Beira Alta. Esperemos que, efetivamente, depois de tantos adiamentos (vamos a caminho dos três anos da linha encerrada), que possa, efetivamente, no primeiro trimestre (palavras do senhor Ministro das Infraestruturas ontem) do próximo

ano, ser aberta em definitivo a totalidade da linha da Beira Alta, porque é, efetivamente, muito importante para nós, pessoas, para as empresas, enfim, para toda a nossa sociedade, de toda a região e de todo o país. Dar apenas aqui, senhor Presidente, mais duas ou três notas breves, mas que são também elas muito importantes. Obras particulares: prazos de resposta. Não é só falarem das coisas quando acham que elas estão menos bem feitas. Acho que era importante a Assembleia falar nas coisas quando elas são bem feitas também. Nós fizemos, durante os últimos anos e particularmente este ano, uma grande recuperação nos prazos de resposta. Com essas contratações que fizemos, reforçámos os recursos humanos na divisão, e com as adaptações que estão continuamente a ser feitas e acompanhadas para as alterações legislativas, neste momento, aliás, esta é a estatística mensal, fazemos questão de fazer o controlo da estatística mensal, de todos os técnicos, com todos os números. É uma matriz interessante que eu gosto muito de ver todos os meses. E as ordens que existem, e é aquilo que está a ser cumprido, é que os prazos de resposta, nas obras particulares, 99%, neste momento, estão a ser respondidas até trinta dias. Há algumas que são no imediato, há outras que demoram duas ou três semanas. Mas as ordens que existem, e isso está a ser cumprido a 99%, (senhor Chefe de Divisão, ainda temos que fazer aqui o último caminho da afinação), é para chegarmos aos 100% de respostas até trinta dias. E isto é muito importante, sabem para quem? A começar pelas empresas. Fartei-me de ouvir isto nas empresas. Fartei-me, bom sentido. Porque as empresas, e os particulares também, preferem ouvir um não a trinta dias do que um sim a dois anos. E, em matéria de investimento, o encurtamento dos prazos de resposta tem efetivamente muita importância. Dar nota também que no Dia da Cidade inaugurámos a requalificação da carreira de tiro da Guarda, um investimento do Ministério da Administração Interna, lançado pelo anterior Governo já no final da legislatura, inaugurado e pago já por este Governo, digamos assim. E esta carreira de tiro, para servir a GNR, a PSP, a Polícia Judiciária, os Guardas Prisionais, os privados, caçadores, todos aqueles que têm licença de uso e porte de arma, efetivamente é muito importante porque esta carreira de tiro na Guarda, vai evitar que dezenas de pessoas se desloquem, semanalmente, ou para Castelo Branco ou para outras carreiras na região ou no país. E, naturalmente, poupam dinheiro, poupam recursos e acaba por alguma dinâmica que exista na economia, é na Guarda que ela se vai se vai situar. E, por último, falar sobre o Plano de

Revitalização do Parque Natural da Serra. Eu peço uma coisa à Assembleia: às vezes, quando não sabe, não falem do que não sabem. Eu sou um dos pais da criança, como sabem. Sou mesmo um dos pais da criança, quando, à época, falava com os meus colegas do Parque Natural da Serra da Estrela, para juntarmos e falarmos, a uma só voz, sobre o Plano de Revitalização. E assim tem sido, pela primeira vez, os seis Presidentes de Câmara do Parque Natural a falarem a uma só voz. Como ainda esta semana reunimos aqui na Câmara da Guarda, e ontem, de manhã, houve outra reunião em Gouveia precisamente sobre tudo isso. Esse Plano de Revitalização, dos 155 milhões de euros, cerca de 5 milhões já estão em curso. Do que está previsto, há 5 milhões que estão em execução. Dos 155 milhões de euros, há cerca de 5 milhões, números redondos, que já estão em execução. Aqui na Guarda, a Rede Cultural e Criativa da Guarda também faz parte do Plano de Revitalização, entre outras medidas noutros municípios. Ponto de situação: o Plano de Revitalização tem um prazo de execução de quarenta e oito meses. Ninguém vai gastar tudo no mesmo ano, é tecnicamente impossível, é financeiramente impossível. Enfim, são quarenta e oito meses que as medidas estão previstas serem executadas. Há lá uma ou outra que é vinte e quatro e trinta e seis, mas o grosso são quarenta e oito meses, onde está a estrada verde, onde estão os centros interpretativos no nosso Concelho, onde está o projeto e os estudos da barragem do planalto de Videmonte. Estou a falar das obras mais emblemáticas e mais necessárias para a nossa terra. E estas foram as medidas que nós colocámos e negociámos no Plano de Revitalização. Nós, autarcas. Fontes de financiamento: estão lá elencadas várias fontes de financiamento, o 2030, o PRR, o Orçamento de Estado, PEPAC, os municípios e outros. Nós assistimos, de camarote, às verbas que estão no Orçamento de Estado - 1 milhão e meio de euros. Aquilo que não foi explicado foi: 1 milhão e meio de euros para fazer o quê? Há vários mecanismos de financiamento. Não é o Orçamento de Estado que vai financiar a totalidade do Plano de Revitalização. De todo. Agora, aquilo que os autarcas querem saber é: onde é que vamos buscar o 150 milhões de euros? Porque não basta, senhores Deputados, um documento escrito da Resolução do Conselho de Ministros (que é importante, é o ponto de partida, foi muito importante e estamos muito gratos por isso), mas agora importa definir onde é que está o dinheiro para ir buscar os 150 milhões de euros. E essa é a responsabilidade que o Governo atual tem, que o Governo anterior já tinha (deixou a Resolução escrita, aprovada), mas agora é

preciso perceber onde é que estão as gavetas financeiras para fazer estas intervenções todas, sejam os projetos, sejam as obras, sejam os estudos, porque sem verbas não haverá, efetivamente, o plano de revitalização. E é nisto que nós, autarcas, em primeira instância, nós falámos, no recado, com o Governo. Aliás, posso-vos dizer que a reunião de ontem de manhã não correu nada bem. Mas, o que está passado, lá fica. É assim que nós trabalhamos. E, vejam só, os seis autarcas são dois independentes, são dois do PSD, são dois do PS. Maior equilíbrio não podia haver. E conseguimos entender, todos, pelo objetivo comum que é a defesa da nossa Serra da Estrela e da nossa região. E, naturalmente, esperamos que ao longo das próximas semanas, nos próximos meses (poucos), sejam definidas as gavetas onde nós podemos começar a fazer intervenções. Porque nós, Guarda, estamos na dianteira do processo: o projeto da Estrada Verde está a ser feito, custará pouco mais de 150 mil euros; os projetos de reabilitação das praias fluviais estão feitos; o projeto do centro náutico da barragem do Caldeirão está feito; estamos a fazer os projetos dos centros interpretativos, seja o Museu da Cestaria de Gonçalo, seja o Centro Interpretativo do Cobertor de Papa, seja o Centro (peço desculpa, não tenho aqui o apontamento para dizer o nome correto) de Valorização da Lã nos Trinta, seja o Centro Interpretativo da Água na Montanha. Se não me falha a memória, são estes quatro que lá estão assinalados, entre outras intervenções que nós temos previstas. E aquilo que precisamos, que pedimos, que exigimos ao Governo central, ao Estado central, é que defina rapidamente quais é que são as gavetas para nós podermos candidatar essas obras, porque, um milhão e meio de euros, pode ser suficiente, num curto espaço de tempo, para fazermos os projetos, mas, quando for para fazer as obras, já não é com 1 milhão e meio de euros que nós lá vamos. E por isso precisamos saber onde é que vamos buscar o resto das verbas, se é o Orçamento de Estado que é reforçado, se é o 2030, se é o resto do PRR, se é o PEPAC ou se serão outras fontes de financiamento. Senhor Presidente, é isto que eu tinha para dizer a terminar esta Assembleia. E desejar, naturalmente, esta que é a última Assembleia, esperamos, a última Assembleia Municipal do ano, desejar um Santo e Feliz Natal para todos e um grande Ano 2025, com muito trabalho. É aquilo que desejamos a todos vós. Muito obrigado.” -----